MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÕES
E DOCUMENTAÇÃO

RELATÓRIO
1971

ERVIÇO DE PUBLICAÇÕES DA DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO
DIPLOMÁTICA

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÕES
E DOCUMENTAÇÃO

RELATÓRIO
1971

SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES DA DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO
DIPLOMÁTICA
1974

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

Em 1971, o Brasil continuou a buscar, coerente com sua tradição histórica, o aperfeiçoamento do sistema de segurança política coletiva, a consagração do princípio da segurança econômica coletiva e o fortalecimento da solidariedade interamericana.

Seu objetivo no hemisfério foi o de somar esforços aos dos demais povos desta parte do mundo para realizar os ideais de paz e de progresso. Sem qualquer veleidade de liderança, fiel, como sempre, ao princípio de respeito à soberania das demais nações, e ciente de que seus problemas são, de modo geral, os mesmos dos demais países latino-americanos, procurou o Brasil com eles coordenar políticas conjuntas, em defesa de interesses comuns.

A visita de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, General-de-Exército Emílio Garrastazu Médici, aos Estados Unidos da América, e os encontros que teve, nas regiões de fronteira, com os Chefes de Estado do Paraguai, General-de-Exército Alfredo Stroessner, e da Colômbia, Doutor Misael Pastrana Borrero, assim como as visitas ao Brasil dos Ministros das Re-

lações Exteriores do Peru, da Venezuela, da Colômbia e do Equador, e as viagens que, pela primeira vez na história, fez o responsável pela Chancelaria brasileira à Guatemala, a El Salvador, a Honduras, à Nicarágua, à Costa Rica, a Trinidad-e-Tobago, à Guiana e ao Suriname — abriram novos caminhos nas relações continentais, fortaleceram a comunidade latino-americana e a unidade hemisférica, criaram novos mecanismos de cooperação e aperfeiçoaram os já existentes. Estreitou-se, ainda mais, o entendimento continental e o Brasil exerceu papel de relevo nesse processo.

Com a Europa Ocidental, empenhou-se o Brasil em reforçar os vínculos políticos, econômicos e culturais. O extraordinário florescimento econômico dos países daquela área e a busca de novos mercados para seus produtos e novos campos para seus investimentos — que coincidem com período de excepcional crescimento da economia brasileira e de vigoroso impulso de nossas exportações — levaram a inevitável encontro de interesses e a significativa melhoria da Europa Ocidental no quadro de nossa política econômico-comercial, bem como no campo da cooperação técnico-científica.

Com os países europeus de economia centralmente planificada, não se descuraram as oportunidades de expansão das relações econômicas. Ao mesmo tempo, incrementou-se o intercâmbio com o Japão e outros países da Ásia.

Procurou o Brasil também desenvolver as possibilidades de intercâmbio mais ativo e diversificado com o Oriente Médio e o Norte da África, mantendo-se eqüidistante em relação às disputas e às diferenças entre eles e sustentando sua crença no princípio da solução pacífica das controvérsias internacionais.

Buscou a diplomacia brasileira ampliar nossas relações com os países da África subsaárica, principalmente os da África Ocidental, tendo em conta os laços culturais que deles nos aproximam, a possibilidade de ampliar mercados, a crescente importância política que vêm adquirindo na comunidade interna-

cional e, ainda, a não menos importante conveniência de conciliar esforços para a proteção comum dos produtos primários de exportação.

Não se esgotou na ação bilateral a atividade da diplomacia brasileira. Teve ela atuação marcante e decisiva nos grandes foros mundiais, havendo contribuído para a formulação e a fixação dos grandes conceitos em que atualmente se articula a argumentação dos países em desenvolvimento, em suas reivindicações para modificar as regras do jogo internacional que atuam em favor de um injusto **status quo.** Como disse o Presidente Médici, em seu discurso de 20 de abril de 1970, "o nosso país se recusa a crer que a história se desenrole necessariamente em benefício de uns e em prejuízo de outros". A justiça internacional, que é o fundamento da verdadeira paz, reclama, por isso, a transformação dessas estruturas internacionais e a instauração de novo sistema de relações que assegure às nações em desenvolvimento da América Latina, da África e da Ásia amplo acesso aos mercados dos países desenvolvidos, a reestruturação dos mecanismos financeiros internacionais e a alteração do processo de distribuição mundial do progresso científico e tecnológico.

No âmbito das Nações Unidas, o Brasil manifestou seu repúdio ao chamado "realismo político", com que se procura instituir novas formas de congelamento de poder, bem como o estabelecimento, implícito ou explícito, de zonas de influência. Continuamos a acreditar que as Nações Unidas são a alternativa válida para as teorias de poder e de equilíbrio de poder, que alimentam ambições de hegemonia. Por isso, preocupa-nos a ameaça que representa para sua sobrevivência, como órgão normativo da sociedade dos Estados, o ressurgimento de conceitos e práticas diplomáticas contrários aos Propósitos e Princípios da Carta de São Francisco. A falência de tais princípios significaria o caos, pois redundaria em erigir a força crua do poder econômico, científico e militar como padrão do comportamento internacional.

O Brasil está convencido de que a segurança coletiva e o progresso sócio-econômico dos países em desenvolvimento são problemas cruciais de cuja solução depende o próprio convívio harmonioso entre as nações. Daí constituir obrigação política e dever moral contribuírem efetivamente os países ricos para o desenvolvimento das nações menos favorecidas ou, pelo menos, não criarem obstáculos ao crescimento econômico delas. Espera o Brasil que o mundo desenvolvido coopere concretamente com os países em desenvolvimento para a melhoria de suas condições de vida, bem como para estreitar e eliminar, no menor prazo possível, o hiato econômico, científico e tecnológico que os separa. Espera, assim, que os países desenvolvidos eliminem, antes do término desta Segunda Década do Desenvolvimento, os obstáculos externos que se opõem à aceleração do crescimento das demais nações.

Conseqüentemente, não admite o Brasil qualquer limitação ao pleno aproveitamento de seus recursos naturais, no legítimo exercício de sua soberania. A exploração do seu mar territorial de 200 milhas, da plataforma continental subjacente e do seu subsolo são para o Brasil direito legítimo e imperativo do seu progresso.

Não aceita o Brasil que se restrinja o seu livre acesso às conquistas da ciência e da tecnologia. Em todos os foros internacionais onde se discutiu o assunto, defendeu com ênfase a necessidade premente de intensificar-se o processo de transferência da tecnologia dos países industrializados para os países em desenvolvimento e de serem institucionalizados os instrumentos a isso adequados.

Não só a convergência de interesses e a identidade de reivindicações, mas também a convicção de que devemos exercer um papel dinâmico no mundo contemporâneo explicam nossa posição de ativa solidariedade com os países em desenvolvimento.

Essa linha de ação está em total consonância com a grande tradição da política externa brasileira. Uma política externa de

perfeita coerência histórica, de um país que deseja pesar no concerto das nações pela seriedade de suas atitudes, pela constância de suas posições, pela adesão permanente a causas que, se são suas, pertencem também a toda a humanidade.

Mario Gibson Barboza

ASSUNTOS AMERICANOS

ASSUNTOS AMERICANOS

No Continente americano coube ao Itamaraty executar, durante o ano de 1971, uma atuante política, global e integrada, de maior aproximação do Brasil com os países latino-americanos, bem como de afiançamento de nossas relações com os Estados Unidos da América.

Esta ação, que teve por finalidade estreitar os laços políticos, econômicos e culturais entre o Brasil e os demais países da área, com eles cooperando para o objetivo comum de atingir o desenvolvimento econômico e a estabilidade política e social, além de procurar uniformizar pontos de vista sobre assuntos de interesse mútuo, bilaterais, continentais e mundiais, realizou-se através do usual contato por via de Chancelarias e reuniões de Comissões Mistas de cooperação econômica e técnica, mas, sobretudo, por meio de um intenso intercâmbio de visitas do Ministro de Estado com os Ministros das Relações Exteriores de quase todos os países da América Latina, e de três encontros presidenciais.

Durante o ano de 1971, o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mario Gibson Barboza, foi visitado pelos Chanceleres

do Peru, da Venezuela, da Colômbia e do Equador e visitou os seus colegas do Paraguai, Nicarágua, El Salvador, Costa Rica, Honduras, Guatemala, Trinidad-Tobago e Guiana, tendo visitado também o Suriname. O Senhor Presidente da República, por sua vez, encontrou-se com os Presidentes do Paraguai e da Colômbia, respectivamente na ponte sobre o rio Apa e na cidade de Letícia, além de realizar visita oficial aos Estados Unidos da América.

Para cada um dos encontros e visitas realizados, elaboraram-se estudos minuciosos, realizaram-se sondagens diplomáticas e prepararam-se minutas de declarações conjuntas e de outros documentos a serem assinados. O esforço foi realmente grande, mas amplamente compensado pelo êxito que derivou desse programa de visitas para a política exterior do Brasil, com relação aos seus vizinhos, concorrendo para uma maior aproximação entre os povos da América.

O encontro dos Presidentes do Brasil e do Paraguai nas cidades de Bela Vista (Brasil) e Bella Vista (Paraguai), em 7 de julho, teve como principal finalidade a inauguração da ponte sobre o rio Apa, construída pelo Brasil, obra da maior importância para a integração física dos dois países.

Em 7 de agosto de 1971, os Presidentes do Brasil e da Colômbia estiveram reunidos em Letícia. A par da importância intrínseca para as relações entre os dois países, o encontro dos Presidentes naquela cidade de fronteira vem demonstrar o interesse cada vez maior que se atribui à Amazônia.

A visita que o Presidente Garrastazu Médici realizou aos Estados Unidos da América, atendendo a convite do Presidente Nixon, foi um dos fatos mais destacados de 1971. De fato, a visita, coroada de êxito, chamou a atenção do mundo e principalmente dos demais países americanos para a posição do Brasil no concerto das nações.

A visita que o Chanceler do Peru, General Edgardo Mercado Jarrin, realizou ao Brasil, no período de 22 a 27 de março, cons-

tituiu-se igualmente em grande êxito. Na ocasião foram examinados temas do momento político mundial, das relações interamericanas e das relações bilaterais entre os dois países. Os pontos principais das conversações versaram sobre a Comissão Mista criada em novembro de 1957, incremento do intercâmbio comercial, complementação industrial e região amazônica. Além disso, foi oferecido ao Peru, pelo Governo brasileiro, um crédito da ordem de 10 milhões de dólares.

De 3 a 5 de maio, o Ministro das Relações Exteriores visitou o Paraguai, a convite do Chanceler Raul Sapena Pastor, e com este manteve importantes conversações, versando as principais sobre: construção da estrada Encarnación—Puerto Presidente Stroessner, ponte sobre o rio Paraguai na estrada Transchaco, melhoria da navegabilidade do rio Paraguai e aproveitamento hidrelétrico do rio Paraná entre o salto das Sete Quedas e a foz do rio Iguaçu. Além disso, foram considerados assuntos referentes ao intercâmbio comercial.

A visita do Doutor Aristides Calvani, Chanceler da Venezuela, realizada de 17 a 20 de maio, caracterizou-se pelos importantes atos firmados na ocasião. Efetivamente, além da Declaração Conjunta assinada ao término das conversações, trocaram-se notas relativas à reativação da Comissão Mista criada em 1960 e foi firmada a Ata Final das Conversações Econômicas que se desenrolaram simultaneamente com a visita do Chanceler.

De 7 a 11 de junho, o Ministro Mario Gibson Barboza recebeu a visita do seu colega colombiano, Doutor Alfredo Vásques Carrizoza, o qual foi portador do convite que fazia o Presidente Misael Pastrana Borrero ao Presidente Emílio Garrastazu Médici para que ambos se encontrassem, em data ainda a ser fixada, em algum ponto da fronteira brasileiro-colombiana o que, finalmente, resultou no importante encontro de Letícia. Das conversações entre os dois Chanceleres foi dada a público uma Declaração Conjunta, onde são tratados assuntos que dizem respeito ao intercâmbio, à Região Amazônica e à cooperação técnica.

Logo a seguir, nos dias 17 e 18 de junho, visitou o Brasil o Embaixador José Maria Ponce Yepes, Ministro das Relações Exteriores do Equador. A Declaração Conjunta resultante das conversações que o Embaixador Ponce Yepes manteve com o Embaixador Mario Gibson Barboza, a par dos assuntos mundiais, faz referências especiais à Comissão Mista Brasil-Equador, criada em 5 de março de 1958. À referida Comissão Mista estão afetos os trabalhos relativos ao projeto da Via Interoceânica que, através de um sistema misto rodo-fluvial, deverá ligar os portos de Belém, no Atlântico, a Esmeraldas, no Pacífico. Menciona, ainda, a Declaração Conjunta o oferecimento pelo Brasil ao Equador de uma linha de crédito de 10 milhões de dólares, e a recomendação que fizeram os dois Ministros para que a Comissão Mista continue estudando a possibilidade da criação de um vínculo entre ambos os países na questão do petróleo.

A visita que o Ministro das Relações Exteriores realizou aos países da América Central resultou sumamente proveitosa para as relações do Brasil com aquela área, não só pelos acordos de cooperação técnica firmados na ocasião, mas também pelas linhas de crédito (um milhão de dólares para cada um) concedidas, com vistas ao incremento do intercâmbio comercial.

Nesse propósito foram criadas comissões mistas bilaterais com as 5 Repúblicas visitadas.

Ainda na América Central, o Chanceler brasileiro manteve importantes conversações, abrangendo temas de política geral e das relações bilaterais, com cada um dos países visitados. Além disso, o Ministro de Estado manifestou a intenção do Governo brasileiro de criar um Centro de Estudos Brasileiros em São José da Costa Rica e um Instituto Cultural Nicarágua-Brasil.

Em Trinidad-Tobago, o Ministro das Relações Exteriores, além das conversações mantidas com seu colega sobre temas da atualidade política mundial, firmou um Acordo Cultural e favoreceu a criação de uma Comissão Mista, com a finalidade de promover o comércio recíproco.

Durante a sua visita à Guiana, o Chanceler Mario Gibson Barboza e seu colega Shridath Ramphal decidiram criar uma Comissão Mista e foi concedido ao Brasil um Entreposto de Depósito Franco em Georgetown para mercadorias importadas ou exportadas pelo Brasil. Outrossim, o Ministro de Estado manifestou a aquiescência do Governo brasileiro em iniciar estudos com vistas à construção de uma ponte internacional sobre o rio Tacutu e enviar um grupo de engenheiros brasileiros à Guiana, a fim de estudar a colaboração que o Brasil poderia prestar à concretização do projeto da estrada Georgetown—Lethem. Ainda durante a visita, o Chanceler brasileiro ofereceu, em nome do Governo brasileiro, ao Governo da Guiana, um crédito de 6 milhões de dólares guianenses, equivalentes a cerca de US$ 3.000.000,00.

No Suriname, cujo Governo ainda não dispõe de autonomia nos campos da defesa e das relações exteriores, o Ministro de Estado propôs a criação de um grupo técnico misto brasileiro-surinamense, encarregado de estudar as possibilidades do incremento das relações entre os dois países nos campos do comércio, dos transportes e da cultura.

Além do intercâmbio de visitas acima mencionado, o setor competente atendeu ao constante movimento de rotina normal e aos seguintes acontecimentos: reunião do Grupo de Trabalho encarregado de estudar o aproveitamento hidrelétrico de Salto Grande, realizada em Brasília, de 24 a 26 de junho; VII Reunião da Comissão Especial Brasileiro-Argentina de Coordenação (CEBAC), realizada em Brasília, em 26 de julho; reunião de Consulta sobre Transportes com o Paraguai, realizada em Brasília, a 10 de agosto; reunião da Comissão Mista Brasil—Uruguai para o Desenvolvimento da Lagoa Mirim, realizada em Montevidéu, a 13 de agosto; reunião, em Brasília, em agosto, entre Delegações do Brasil e do Uruguai, para a revisão das relações econômicas, financeiras e comerciais entre os dois países; arrecadação e envio de donativos para as vítimas do terremoto ocorrido no Chile; criação de uma Comissão Mista Brasileiro—Boliviana e reunião da mesma em La Paz, no mês de agosto;

reunião da Comissão Mista Brasil—Peru, realizada em Lima, em agosto; VIII Reunião da Comissão Especial Brasileiro-Argentina de Coordenação (CEBAC), realizada em Buenos Aires, em fins de setembro; IV Reunião da Comissão Mista de Comércio e Investimentos Brasil—Paraguai, realizada em Foz do Iguaçu, a 11 de outubro; reunião da Comissão Mista Brasil-Venezuela, realizada em Caracas, em outubro; reunião da Subcomissão de Cooperação Econômica e Técnica da Comissão Mista Brasil—Equador, realizada em Brasília, em novembro; estabelecimento de relações diplomáticas com Barbados em 26 de novembro.

Não é demais insistir que o programa de visitas em nível de Chanceleres, realizado no ano de 1971, constituiu-se em êxito absoluto para o Brasil, projetando a sua imagem, não apenas no cenário latino-americano, mas também em todo o mundo ocidental, tendo recebido numerosos comentários na imprensa estrangeira, inclusive européia.

ORGANISMOS REGIONAIS AMERICANOS

ORGANISMOS REGIONAIS AMERICANOS

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

Em 1971, foi grande a movimentação de temas políticos e jurídicos na OEA, que foram sobretudo abordados durante o **I Período Ordinário de Sessões da Assembléia-Geral** (São José da Costa Rica, 14 a 24 de abril) e no decurso do **III Período Extraordinário de Sessões.**

Este último teve início a 5 de janeiro, em Washington, e objetivava apreciar o "Projeto de Convenção sobre Terrorismo e Seqüestro", elaborado pela Comissão Jurídica Interamericana.

O Brasil definiu energicamente a sua posição, caracterizando o terrorismo como "grave delito comum de lesa humanidade" e advogando para os terroristas a pena de extradição. Prevalecendo, na seqüência dos trabalhos, outra tese, de alcance restrito, que só estendia sua proteção a diplomatas vítimas de seqüestro, a Delegação brasileira e as de mais cinco países retiraram-se da reunião, antes de ser votado o novo projeto.

No campo das relações econômicas, merecem destaque a aprovação, quando da reunião de São José da Costa Rica, do projeto brasileiro exortando os Governos dos países desenvolvidos a favorecerem o comércio exterior dos países em desenvolvi-

mento e instando o Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES) e reorganizar as suas atividades.

Devem também ser ressaltadas as discussões sobre a Nova Política Econômica dos Estados Unidos da América, que empolgaram a VII Reunião Ordinária do CIES, realizada em setembro, no Panamá. Nessa ocasião, o grupo latino-americano reafirmou o Manifesto de Buenos Aires e aprovou resolução, recomendando a participação efetiva nos mecanismos atuais e eventuais de decisão, na reforma do sistema monetário internacional e na reformulação das bases do comércio internacional. Como resultado imediato das proposições latino-americanas, os EUA anunciaram, durante o encontro, a suspensão do corte de 10% na ajuda financeira à América Latina.

A Comissão Interamericana da Aliança para o Progresso (CIAP) empreendeu, entre 24 e 27 de maio, a "country-review" do Brasil, após a qual constatou o crescimento "em ritmo médio anual da ordem de 9% em termos reais" do PIB brasileiro, "o que significou um crescimento do produto, por habitante, consideravelmente mais alto que o expressado como meta mínima ao formular-se a Carta de Punta del Este".

Na área educacional, científica e cultural, ressaltam, como realizações do ano de 1971, a aprovação tanto dos Regulamentos da Comissão Executiva Permanente do Conselho Interamericano para a Educação, Ciência e Cultura, como dos três Comitês Interamericanos do CIECC. Igualmente, evoluíram os preparativos para a Conferência Interamericana Especializada sobre a Aplicação da Ciência e da Tecnologia do Desenvolvimento da América (CACTAL), marcada para maio de 1972, em Brasília.

No que se refere à atividade dos Organismos Especializados da OEA, cabe assinalar que foi Brasília oferecida para sede do VII Congresso Interamericano Indigenista, a realizar-se no segundo semestre de 1972. A conferência é o órgão máximo do Instituto Indigenista Interamericano.

Por fim, merece menção a XIV Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores, realizada em Washington, convocada por iniciativa do Equador, para considerar a questão dos direitos da pesca, em face das diferenças de concepção quanto aos limites do mar territorial. Àquela ocasião, aprovou-se recomendar aos Governos envolvidos em conflito o recurso a processos de negociação para solucionar os problemas e evitar o agravamento das diferenças.

ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO (ALALC)

De 25 de outubro a 10 de dezembro, teve lugar a XI Conferência Ordinária das Partes Contratantes do Tratado de Montevidéu, iniciada, pela primeira vez, de Pré-Negociações — sistema de negociação previsto pela Resolução 249 do Tratado de Montevidéu, e que se destina ao exame das possibilidades concretas de rebaixas, em nível bilateral.

Dois assuntos dominaram os trabalhos da XI Conferência da ALALC: a elaboração de projeto de resolução sobre concessões temporárias e o processamento dos pedidos de retirada de produtos das Listas Nacionais da Argentina, Brasil, Colômbia, México e Uruguai.

Desenvolveram-se com especial vigor as negociações dos acordos setoriais de complementação industrial. Doze projetos estavam em pauta para 1971. Sete foram concluídos com êxito; três prosseguem em negociação; e dois foram adiados para fins de 1972.

É a seguinte a relação dos acordos de complementação acionados em 1971:

Negociados

1. Ampliação do Ajuste n.° 14 do setor de Refrigeração. Entre o Brasil e o México.

2. Ampliação do Ajuste n.º 15 do setor Químico-Farmacêutico. Participam Brasil, México e Argentina.

3. Ampliação do Ajuste n.º 16 do setor Petroquímico. Brasil, México e Venezuela.

4. Acordo do setor de Refrigeração e Ar Condicionado e Aparelhos Elétricos, Mecânicos e Térmicos de Uso Doméstico. Argentina e Brasil.

5. Ampliação do Ajuste n.º 12 do setor Eletrônico e de Comunicações Elétricas. Brasil e México.

6. Acordo do setor Fotográfico. Argentina, Brasil e México.

7. Acordo do setor Eletrônico e de Comunicações Elétricas. Argentina, Brasil, México e Uruguai.

Em Negociação

1. Projeto n.º 2 do Acordo do setor de Refrigeração. Argentina, Brasil e México (reinício a 2 de fevereiro).

2. Acordo do setor de Instrumental de Medicina, Odontologia e Veterinária. Brasil e México (reinício marcado para fins de janeiro).

3. Acordo do setor de Plástico. Brasil, Colômbia, México e Venezuela.

TRATADO DA BACIA DO PRATA

Na atividade de acompanhamento do processo da Bacia do Prata, surge como acontecimento maior do ano de 1971 a realização da IV Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia. Dos mais profícuos, o encontro aprovou vinte e cinco resoluções, versando sobre temas tais como o aproveitamento dos recursos hídricos, a navegação de rios, projetos de interconexão rodoviária, ferroviária e de telecomunicações, integração ener-

gética, intercâmbio comercial e complementação industrial, características ictiológicas da região, intensificação do intercâmbio turístico, complementação econômica de áreas limítrofes, etc.

Tem particular importância a Resolução n.° 25, cognominada, por iniciativa do Chanceler argentino, "Declaração de Assunção sobre o Aproveitamento dos Rios Internacionais", que preceitua o acordo bilateral para o aproveitamento de rios internacionais contíguos e o aproveitamento das águas em razão das necessidades, nos casos de rios sucessivos, sempre que tal aproveitamento não implique prejuízo sensível a outro Estado da Bacia.

A 29 de junho, iniciou-se, em Brasília, a III Reunião do Grupo de Peritos do Recurso-Água. Não havendo terminado os trabalhos relativos ao Aproveitamento Nacional ou Multinacional dos Rios Internacionais, a reunião entrou em recesso até 29 de outubro. Nessa segunda fase, sugeriu-se ao Comitê Intergovernamental Coordenador que recomendasse aos Estados que executassem aproveitamentos hidrelétricos nas águas de rios internacionais de curso sucessivo, nos trechos sob sua jurisdição; que, a respeito dos programas de operação e de enchimento das represas de obras dessa natureza, sigam práticas análogas à que foi cumprida no caso do enchimento da represa Jupiá, para público conhecimento de dados técnicos relativos a ditos programas e que se ajustem às regras e princípios acima enunciados.

De particular importância revestiu-se a VII Reunião dos Ministros da Saúde da Bacia do Prata, à qual compareceu, chefiando a Delegação brasileira, o Professor Francisco de Paula da Rocha Lagoa, Ministro de Estado da Saúde. Dentre as diversas recomendações então aprovadas, sobressaem as relativas ao pedido de delimitação de áreas que deverão anexar-se à da Bacia do Prata, para efeito de saúde; à constituição de um Grupo Assessor de Peritos, para tratar, especificamente, de "estupefacientes, psicotrópicos e de dependência a drogas, e

à adoção de medidas contra a disseminação de moléstias, como impaludismo, febre amarela, enfermidades venéreas, cólera, poliomielite e peste."

Por fim, mencionem-se a IV Reunião sobre Financiamento de Projetos, na qual se discutiu o projeto brasileiro de criação de um sistema de financiamento de estudos relativos à integração física da Bacia, e os vários seminários abordando problemas referentes a rios internacionais, onde se colheram subsídios valiosos para o equacionamento do complexo tema do recurso-água.

Uma apreciação geral dos trabalhos indica ter sido bastante proveitoso o ano de 1971 na área dos organismos regionais americanos. No âmbito da OEA, a atuação brasileira caracterizou-se pela energia e espírito de colaboração, logrando êxitos inequívocos na discussão da proposta de fortalecimento do Sistema Interamericano de Paz e de consideração do Capítulo VI do Programa de Ação da Declaração de Punta del Este, de 1967; na eleição do Ministro Mozart Victor Russomano para o Tribunal Administrativo da Organização. Cabe sublinhar o fato de que o projeto de "Convenção para Prevenir e Punir os Atos de Terrorismo, configurados em Delitos contra Pessoas e a Extorsão conexa, quando estes tenham significação Internacional", aprovado no III Período Extraordinário de Sessões, não foi ainda ratificado por nenhum dos seus signatários. A ALALC manteve-se como instrumento efetivo de participação brasileira no comércio zonal, confirmando a tendência, verificada ao fim de 1970, para incremento anual do intercâmbio com a área em níveis superiores a 20%. No domínio do Prata, desponta como proveitosa realização diplomática a Declaração de Assunção, documento em que estão alinhados os princípios norteadores básicos da política brasileira na Bacia. A visita do Presidente Médici à OEA foi o ponto máximo da atuação do Brasil nos Organismos regionais.

EUROPA OCIDENTAL

EUROPA OCIDENTAL

A Europa Ocidental constitui uma das áreas de maior interesse, no quadro da política exterior brasileira, em consonância, aliás, com a tradição, que remonta aos primórdios da formação do Brasil e só se viu esmaecida nos períodos da Segunda Guerra Mundial e do imediato pós-guerra.

Tem-se procurado, através de um trabalho sistemático, de intensidade crescente, reforçar os vínculos políticos, econômicos e culturais que ligam o Brasil aos países da área. Por outro lado, o extraordinário florescimento econômico neles verificados, quase sem exceção, na última década, a busca, pelos mesmos, de novos mercados para seus produtos e novos campos para os seus investimentos, coincidindo com um período de excepcional crescimento da economia brasileira e de uma inusitada agressividade em nossas exportações, levaram a um inevitável encontro de interesses e significativa melhoria da posição da Europa Ocidental no quadro de prioridades da política comercial brasileira.

Só os países do Mercado Comum Europeu absorvem, hoje, nada menos de 29,3% das nossas exportações. Dentre os 15 países maiores compradores de produtos brasileiros, 10 se

encontram na Europa Ocidental, entre eles os atuais segundo e terceiro grandes compradores, a saber, a República Federal da Alemanha e a Itália.

Crescem em ritmo seguro os investimentos da Europa Ocidental, que abriga hoje 7 dentre os 10 primeiros países investidores no Brasil. Paralelamente, cresce a importância da área como fonte de nossos financiamentos externos.

Por outro lado, vai-se constituindo a Europa Ocidental numa das principais fontes de assistência técnica e cooperação científica com que conta o Brasil, sendo vários os acordos já assinados, nesse campo, com países da área, todos em frutífera fase de implementação.

O Itamaraty, no decorrer de 1971, desenvolveu trabalho sistemático de acompanhamento dos acontecimentos políticos, econômicos e sociais nos países situados na Europa Ocidental, tendo produzido inúmeros estudos, pareceres e informações que vieram a se constituir em subsídios à tomada de decisões, por parte das autoridades brasileiras, nos assuntos concernentes à área, nos campos bilateral e multilateral.

Por outro lado, coube ao MRE preparar a visita, ao Brasil, de altas autoridades de países da Europa Ocidental. Nesse particular, o ano de 1971 foi especialmente significativo, merecendo destaque as visitas dos Chanceleres da República Federal da Alemanha, Walter Scheel, de Portugal, Rui Patrício, e da Espanha, Gregório Lopes Bravo, dos Ministros dos Transportes da República Federal da Alemanha e da França, respectivamente Georg Leber e Jean Chamant, do Ministro das Finanças da França, Valéry Giscard d'Estaing, do Ministro das Cooperações e Previdência Social e da Saúde e Assistência de Portugal, Baltazar Rebelo de Souza, e do Ministro dos Monopólios e das Alfândegas da Turquia, Haydar Ozalp.

No campo dos assuntos econômicos, em grande parte tratados, necessariamente, em outros setores da Secretaria de Estado, o Setor Competente conduziu as negociações de alguns atos

internacionais que contribuirão grandemente para o fortalecimento das nossas relações com os países da área, merecendo destaque o acordo sanitário-veterinário hispano-brasileiro, já concluído, e o acordo similar com a Itália, em fase final de negociação, os quais virão criar novas condições para exportação, para aqueles países, de gado em pé, além de abrirem novas perspectivas no tocante às exportações de carnes e derivados, bem como o acordo, por troca de notas, entre os Governos do Brasil e da Noruega, para ampliação da Indústria de Celulose Boregaard, o maior investimento norueguês no Brasil.

Por outro lado, desenvolveu-se permanente colaboração com entidades empresariais, principalmente o Centro Empresarial Luso-Brasileiro, criado em 1970, por iniciativa do Itamaraty, como parte dos esforços do Governo brasileiro para incrementar as relações econômicas com Portugal e dar uma base econômica à Comunidade Luso-Brasileira.

No âmbito das iniciativas de caráter financeiro, no qual foi 1971 igualmente fecundo, o Itamaraty participou das negociações para a conclusão de acordos para evitar a dupla tributação em matéria de impostos sobre o rendimento e a evasão fiscal com Portugal, França, Alemanha, Bélgica, Países-Baixos e Finlândia (os dois primeiros já ratificados e os demais ainda em negociação), os quais vieram constituir peças fundamentais do quadro institucional necessário ao incremento do fluxo de investimentos e financiamentos, bem como à movimentação de técnicos, artistas, professores e profissionais liberais entre aqueles países e o Brasil.

No campo da saúde e assistência, conduziu o MRE negociações com a Espanha para atualização do Acordo de Previdência assinado entre os dois países, bem como as destinadas a estabelecer normas para implementação, no tocante à assistência social, do Acordo de Migração ítalo-brasileiro; participou, ainda, das negociações para elaboração de um programa de trabalho conjunto luso-brasileiro no campo da saúde.

No campo da assistência técnica e da cooperação científica e tecnológica, da maior importância para a manutenção do ritmo de crescimento que se pretende imprimir à economia brasileira, o ano de 1971 mostrou-se igualmente frutífero. Nesse particular, coube ao Itamaraty, entre outros encargos, conduzir as negociações entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear e o Centro de Pesquisas Nucleares de Jülich, para conclusão de um convênio de cooperação no âmbito do Acordo Geral de Cooperação Científica e Tecnológica germano-brasileiro, de 1969, bem como a participação brasileira na Primeira Reunião da Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Científica e Tecnológica, realizada em Bonn, durante a qual, para citar apenas dois do seus resultados, foram firmados convênios entre o Centro Técnico Aeroespacial e o Instituto Alemão de Pesquisa e Ensaio para Navegação Aérea e Espacial, e entre o Conselho Nacional de Pesquisas e o Centro de Pesquisas Nucleares de Jülich, abrangendo ampla e variada gama de cooperação.

Participou, ainda, das negociações para implementação do Acordo Básico de Assistência Técnica luso-brasileiro e do Acordo de Cooperação Social hispano-brasileiro, bem como dos entendimentos para elaboração, pela Comissão Nacional de Energia Nuclear e o "Comitato Nazionale per l'Energia Nucleare", de um programa de trabalho conjunto ítalo-brasileiro e, ainda, das medidas de incremento da colaboração entre o "Comissariat à l'Energie Atomique", da França, e a Comissão Nacional de Energia Nuclear.

Finalmente, tendo em vista os vínculos especiais entre o Brasil e Portugal, cumpre assinalar que o ano de 1971 poderá ser considerado o ano da maturação da Comunidade Luso-Brasileira, no que concerne à sua instrumentação jurídica e institucional, de vez que, nesse ano, a par da conclusão dos dois importantes atos já mencionados e de outras iniciativas, foi assinada e posteriormente promulgada a Convenção de Igualdade de Direitos e Deveres entre Brasileiros e Portugueses, peça fundamental para a consolidação da Comunidade.

A fim de inaugurar o edifício da Embaixada da República Federal da Alemanha, esteve em Brasília, no mês de abril, o Ministro Walter Scheel, quando foi recebido pelo Senhor Presidente da República e se entrevistou com o Ministro de Estado das Relações Exteriores. Na ocasião foi assinado um convênio especial entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear e o Centro de Pesquisas Nucleares de Jülich, no âmbito do Acordo Geral de Cooperação Científica e Tecnológica firmado entre os governos do Brasil e da República Federal da Alemanha em junho de 1969.

As duas instituições trabalharão juntas em diversos setores da pesquisa nuclear e do desenvolvimento técnico nuclear, através do intercâmbio de cientistas e técnicos, da realização comum de projetos científicos e ainda no apoio mútuo na obtenção de equipamentos científicos.

A 16 de abril, poucos dias antes da visita do Ministro das Relações Exteriores, apresentou credenciais ao Senhor Presidente da República o novo Embaixador da República Federal da Alemanha, Karl Hermann Knoke.

Em maio esteve no Brasil um grupo de seis alemães, chefiados pelo deputado Gerhard Kimbaum, presidente da Comissão de Economia do "Bundestag". A comitiva, que visitou o Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia, declarou-se vivamente impressionada com o desenvolvimento econômico do Brasil.

Em fins de março, visitou o Brasil o Ministro dos Transportes da República Federal da Alemanha, Senhor Georg Leber, a fim de inaugurar a "Exposição Industrial Alemã" que teve lugar em São Paulo, de 24 de março a 4 de abril. Do programa constou, ainda, visita a uma das frentes da Transamazônica, a convite do Ministro Mario Andreazza.

Ao regressar, o Senhor Leber declarou-se surpreendido com o dinamismo do desenvolvimento brasileiro e manifestou sua ad-

miração pelo esforço do Governo atual, não só em sua especialidade, mas nos diversos setores da economia.

Dando prosseguimento à política de estreitamento das relações Brasil/Alemanha, reuniu-se em Bonn, a 18 e 19 de novembro, para sua sessão inaugural, a Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Científica e Tecnológica. A Seção Brasileira foi presidida pelo Secretário Geral de Política Exterior, Embaixador Jorge de Carvalho e Silva, e nela se faziam representar os Ministérios da Marinha, Aeronáutica, Minas e Energia, o Conselho Nacional de Pesquisas e a Comissão Nacional de Energia Nuclear.

Naquela oportunidade, foram assinados mais dois convênios especiais. O primeiro, entre o Centro Técnico Aeroespacial e o Instituto Alemão de Pesquisa e Ensaio para Navegação Aérea e Espacial, visando a execução de vasto projeto de cooperação até o ano de 1974 e compreendendo o intercâmbio de cientistas e técnicos, a execução conjunta de projetos científicos e o auxílio mútuo na obtenção de equipamento.

O segundo convênio, entre o Conselho Nacional de Pesquisas e o Centro de Pesquisas Nucleares de Jülich, tem um âmbito bastante mais amplo e variado, abrangendo a cooperação nos seguintes campos: física, química, geologia, geofísica, geoquímica, ciências dos materiais, tecnologia industrial, agricultura, veterinária, biologia, bioquímica, produção e aplicação de radioisótopos e astronomia. Entidades dos dois países se encarregarão de desenvolver e executar projetos nessas disciplinas.

Ficou também equacionada a próxima realização de mais dois convênios especiais, a serem firmados oportunamente: entre o Conselho Nacional de Pesquisas e a Sociedade Alemã de Matemática e Processamento de Dados de Birlinghoven e, sobre oceanografia, entre entidades congêneres do Brasil e da Alemanha.

No campo da oceanografia, o Brasil apresentou proposta para cooperação na chamada "Operação Guanabara", que é parte

do Projeto Cabo Frio (um grande projeto nacional que abrange todos os aspectos da oceanografia e o esforço de várias universidades brasileiras). O Instituto de Pesquisas da Marinha é o órgão responsável pela contribuição brasileira; da parte alemã, o Instituto de Oceanografia da Universidade de Kiel.

Esteve no Brasil uma delegação para manter conversações preliminares acerca da utilização do mar territorial e portos brasileiros pelo navio nuclear "Otto Hahn". Em Brasília, a delegação visitante reuniu-se, nos dias 10, 11 e 12 de março, com representantes do Itamaraty, da Comissão Nacional de Energia Nuclear e da Marinha. No diálogo mantido foram esclarecidas numerosas questões pendentes, tanto no campo jurídico quanto no campo eminentemente técnico. Acertou-se ainda que, pouco antes do simpósio sobre navios nucleares, realizado em Hamburgo, no mês de maio, os representantes brasileiros designados para participar do encontro se reuniriam novamente com as autoridades alemãs ligadas ao "Otto Hahn", para uma troca final de informações. A delegação alemã convidou técnicos brasileiros para participarem de uma das viagens do "Otto Hahn", no mês de abril, tendo para isso sido designados um oficial da Marinha e um representante da Comissão Nacional de Energia Nuclear.

Posteriormente, a Comissão Nacional de Energia Nuclear aprovou as "Normas sobre o Uso de Portos, Baías e Águas Territoriais Brasileiros por Navios Nucleares", abrindo caminho para uma eventual visita do "Otto Hahn" ao Brasil.

Em outubro, foi encaminhada às autoridades alemãs, através da Embaixada em Bonn, contraproposta brasileira de Acordo, bem como um projeto de notas que deverão ser trocadas entre os dois Governos para a realização de viagens singulares do navio, enquanto tal Acordo não for concluído. Durante a viagem do Secretário Geral de Política Exterior a Bonn, foi ventilado o assunto, tendo a primeira viagem ficado marcada, em princípio, para junho de 1972.

Prosseguiu, em 1971, o exame da situação dos trabalhadores brasileiros na RFA, com vistas à adoção das medidas que se façam eventualmente necessárias, seja no âmbito externo, seja no interno.

Executando esquema já firmado no ano anterior, funcionários do Ministério do Trabalho e Previdência Social, com o qual o Itamaraty tem atuado em estreita colaboração, procederam a dois levantamentos preliminares, um em fevereiro, nos Estados de Santa Catarina e Paraná, outro em junho-julho, na República Federal; este último foi executado pelo próprio Diretor do Departamento Nacional de Mão-de-Obra, com a assistência da Embaixada em Bonn e das Repartições consulares naquele país.

Ao mesmo tempo, prosseguia o trabalho normal e regular de assistência aos trabalhadores, levado a efeito pelos Consulados, enquanto se iniciava, em Brasília, o estudo dos tratados sobre mão-de-obra estrangeira já assinados pela República Federal com vários outros países.

Entretanto, a publicação, em princípios de outubro, de reportagens sobre a morte de três trabalhadores brasileiros (ocorrida no período de julho a outubro), tornou pública, de forma sensacionalista, situação já do conhecimento das autoridades brasileiras. O Itamaraty fez publicar nota oficial com informação sobre o alcance da questão e sobre as medidas já tomadas.

Posteriormente, as notícias perderam o enfoque apaixonado dos primeiros dias, e o Ministério do Trabalho e Previdência Social, em cuja alçada se encontra o assunto, fixou normas preliminares para fiscalizar o processo de contratação de operários brasileiros para o exterior.

O episódio provocou, também, uma manifestação da Embaixada da RFA, no sentido de que o seu Governo considerava o assunto da exclusiva competência do Governo brasileiro, assinalando, entretanto, estarem dispostas as autoridades alemãs a colaborar no que fosse necessário para a solução dos problemas surgidos.

ÁUSTRIA

A 20 de setembro apresentou credenciais ao Senhor Presidente da República o novo Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Áustria no Brasil, Senhor Friedrich Hartlmayr.

BÉLGICA

À semelhança do que sucedeu com relação à França e Países-Baixos, participou o Itamaraty das negociações, realizadas em setembro, no Rio, visando à assinatura de um acordo para evitar a dupla tributação.

ESPANHA

O ano de 1971 foi particularmente proveitoso para as relações hispano-brasileiras, refletindo, de certa forma, a política espanhola de aproximação para com os países latino-americanos. Dentro dessa política, visitou oficialmente o Brasil, entre 31 de março e 2 de abril, o Ministro dos Assuntos Exteriores da Espanha, Engenheiro Gregório López Bravo, depois de uma "tournée" pelos países da Bacia do Prata e Chile.

O Chanceler espanhol foi recebido em audiência especial pelo Presidente Emílio Garrastazu Médici e manteve profícuas conversações com o Ministro Mario Gibson Barboza, durante as quais foram passados em revista os principais tópicos das relações bilaterais e da conjuntura internacional. Constataram, quanto às primeiras, o excelente nível das relações políticas e o aumento espetacular do intercâmbio comercial nos últimos anos; no tocante à segunda, registraram, com satisfação, o alto grau de coincidência das respectivas posições, especialmente em relação aos assuntos de interesse direto para os dois países.

O ponto mais importante de tais conversações foi a aceitação, do lado espanhol, da posição do Brasil sobre a delimitação da soberania e jurisdição marítima e, do lado brasileiro, do inte-

resse da Espanha em que se mantenha o regime jurídico da passagem inocente pelos estreitos. Manifestaram ainda os Chanceleres a decisão de concertar sua ação, bilateralmente e nos Organismos Internacionais de que são partes o Brasil e a Espanha, para a obtenção da paz mundial e do desenvolvimento social e econômico dos povos, expressando seu repúdio pelo terrorismo e pela violência em geral.

Os dois Ministros assinaram, no dia 1.° de abril, o Convênio Básico de Cooperação Técnica, comprometendo-se a envidar esforços para a conclusão do futuro Acordo sobre Ciência e Tecnologia, baseado no primeiro; trocaram notas aprovando o acordo firmado entre a EMBRATEL e a Companhia Telefônica Nacional da Espanha, para a instalação de um cabo submarino ligando o Brasil à Europa, através do território espanhol; concordaram sobre a conveniência de concluir o mais breve possível um acordo destinado a evitar a bitributação e mostraram-se determinados a intensificar a execução do Acordo Cultural hispano-brasileiro.

Dentre outros fatos marcantes nas relações entre o Brasil e a Espanha, devemos mencionar a operação concluída em Madrid, em junho, pela qual o Brasil adquirirá 50 locomotivas espanholas, em troca da compra de 60.000 toneladas adicionais de café pela Espanha no período 1972/74, operação que aumentará o volume do comércio sem desequilibrar ainda mais a balança comercial, altamente desfavorável para a Espanha ("deficit" de quase US$ 100 milhões em 1970).

Em setembro, foi concluído em Madrid o Acordo Sanitário-Veterinário hispano-brasileiro, que regulamenta o intercâmbio de gado em pé, além de abrir possibilidades para intensificar o comércio de outros produtos pecuários (carnes e derivados).

Durante o ano de 1971, deve-se registrar ainda, além da ratificação, em abril, do Acordo de Previdência Social de 1969, o início de negociações visando a atualizá-lo. Em agosto, uma delegação espanhola veio ao Brasil e, após reuniões com uma delegação brasileira, integrada por um representante do Ita-

maraty, foi elaborado um Protocolo Adicional destinado a atualizar determinados aspectos do Acordo.

Também foram iniciadas negociações com vistas à aprovação de Normas Administrativas para melhor execução do Acordo de Cooperação Social, de 1964, que prevê assistência espanhola no campo da Formação Profissional (bolsas de estudo, ajuda técnica no reaparelhamento de centros de ensino profissional brasileiro etc.).

FINLÂNDIA

Iniciaram-se as negociações para a assinatura de um acordo destinado a evitar a bitributação em matéria de imposto sobre o rendimento e a evasão fiscal. A primeira reunião das delegações dos dois países se realizou no Rio de Janeiro, em fins de outubro, tendo integrado a delegação brasileira dois representantes do Itamaraty.

Prosseguiram os estudos para a celebração de um acordo de cooperação técnica, que estabeleça um programa de troca de bolsistas, permitindo a engenheiros e operários brasileiros efetuar estágios de aperfeiçoamento em campos onde os finlandeses têm grande experiência, como indústrias de papel e celulose, desenho industrial, artes gráficas e construção naval.

FRANÇA

O ano de 1971 foi marcado por inúmeras visitas, que deram insofismável testemunho da cordialidade em que se desenvolvem as relações oficiais entre o Brasil e a França.

Citem-se, nesse particular, a vinda do Ministro das Finanças francês, Valéry Giscard d'Estaing, e do Ministro dos Transportes, Jean Chamant, os quais mantiveram inúmeros contatos com setores brasileiros ligados a suas áreas de trabalho.

Em visita de cortesia, estiveram no Brasil o Almirante André Storelli, Chefe do Estado-Maior da Marinha, o General Gabriel

Gauthier, Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o General Martial Valin, Chefe da Resistência Francesa na II Guerra Mundial, e o General Saint Cricq, comandante da "École de l' Air", chefiando um grupo de cadetes daquela instituição. Assinale-se, também, a visita do General Hughes de l'Estoile, Diretor de Assuntos Internacionais da Delegação Ministerial para Armamentos.

Acontecimento dos mais importantes ligado às relações franco-brasileiras foi a realização, de 9 a 20 de setembro, no Parque Anhembi, em São Paulo, da Feira Industrial Francesa, reputada como uma das maiores jamais organizadas pela França no exterior. Tal exposição se orientou inteligentemente pelo critério de exibir apenas criações da moderna indústria francesa que maior interesse pudessem oferecer para um país em vias de desenvolvimento.

A mostra contou, outrossim, com a participação de bancos privados franceses, que realizaram inúmeras operações de financiamento de compra do material exposto.

O ano de 1971 caracterizou-se ainda, no contexto das relações franco-brasileiras, por um estreitamento da colaboração entre o "Commissariat à l'Energie Atomique" e a Comissão Nacional de Energia Nuclear.

Recorde-se, finalmente, que, em dezembro, o Embaixador de França, François de Laboulaye, após três anos de permanência no Brasil, apresentou despedidas ao Governo brasileiro, ocasião em que foi condecorado com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul.

ITÁLIA

Em 1971, foi organizado pela Comissão Nacional de Energia Nuclear, do Brasil e pelo "Comitato Nazionale per l'Energia Nucleare", da Itália, um programa destinado a dar cumprimento ao Acordo Ítalo-brasileiro de Cooperação para o Uso Pacífico da Energia Nuclear, assinado em 1958.

O referido programa prevê, entre outras medidas, a visita de uma delegação de técnicos brasileiros à Itália, em 1972, e a vinda de técnicos italianos ao Brasil para colaborar nos campos da segurança e controle das instalações nucleares, bem como nos setores de reatores a nêutrons rápidos, tecnologia dos materiais, química do plutônio, fabricação e reprocessamento de elementos combustíveis e circuitos integrados para controle de reatores.

Para a assinatura do mencionado programa, esteve em visita ao Brasil o Professor Carlo Salvetti, Vice-Presidente do "Comitato Nazionale per l'Energia Nucleare".

Prosseguiram as negociações para a assinatura de um ajuste complementar regulamentando os artigos 37 a 43 do Acordo de Migração Ítalo-brasileiro, que dispõe sobre prestação de assistência aos trabalhadores que se deslocarem de um para outro país. Uma contraproposta italiana encaminhada ao Itamaraty foi remetida ao Ministério do Trabalho e Previdência Social para apreciação.

NORUEGA

As relações políticas brasileiro-norueguesas prosseguiram, em 1971, no bom nível tradicional, sem alterações nem problemas.

No plano das relações econômicas, deve-se mencionar a assinatura, em abril, de um mecanismo de consulta que permite, sempre que surgirem problemas relativos a fretes marítimos, a convocação de uma reunião destinada a resolvê-los.

O movimento de capitais da Noruega para o Brasil é relevante atualmente: aqui se encontra o maior investimento norueguês no exterior (US$ 76 milhões), o da Indústria de Celulose Borregaard S/A, vindo, em segundo plano, o da Munck do Brasil S/A.

Encontra-se em fase final de construção, no Rio Grande do Sul, a primeira unidade de produção da Borregaard, que deverá ser inaugurada em abril de 1972. O Governo brasileiro auto-

rizou em dezembro, mediante acordo por troca de notas, um aumento de 160.000 para 189.000 toneladas anuais na produção da Borregaard S/A, toda ela destinada à exportação para a matriz norueguesa, a "Aktieselskapet Borregaard".

A Munck do Brasil já se encontra instalada com uma fábrica em São Paulo que produz guindastes e gruas. Em setembro, foi inaugurada uma segunda fábrica, no mesmo Estado, destinada a produzir equipamento hidráulico para a primeira.

PAÍSES-BAIXOS

Em novembro, assumiu a chefia da Embaixada na Haia o Embaixador Carlos Sette Gomes Pereira, em substituição ao Embaixador Carlos da Ponte Ribeiro Eiras.

Da mesma forma, apresentou credenciais ao Chefe de Governo brasileiro, a 9 de março de 1971, o Embaixador Leopold Quarles van Ufford, ocupando o cargo deixado vago em dezembro de 1970 com a partida do Embaixador Dorone van den Brandeler.

PORTUGAL

O ano de 1971 foi particularmente significativo na história das relações entre os dois países. Prosseguiram, com o mesmo vigor do ano anterior, os esforços das autoridades e da iniciativa privada no sentido de incrementar as relações luso-brasileiras em todos os campos.

Em janeiro, seguiu para Portugal uma delegação brasileira, da qual participaram dois representantes do Itamaraty, a fim de retomar as negociações com vistas à assinatura de um acordo para evitar a bitributação em matéria de impostos sobre o rendimento e a evasão fiscal.

Pouco depois, em princípios de março, realizou-se em Lisboa a segunda reunião da Comissão Mista criada pelo Acordo Cultural Luso-brasileiro, durante a qual foi elaborado um Protocolo

Adicional ao referido Acordo, para melhor disciplinar o intercâmbio de estudantes entre os dois países.

No dia 22 de abril, Dia da Comunidade Luso-Brasileira, realizaram-se em todo o País comemorações da efeméride, que incluiram atos solenes em estabelecimentos de ensino e entidades culturais. Na Universidade de Brasília, realizou-se uma sessão solene organizada pelo Ministério da Educação e Cultura, em colaboração com o Itamaraty, falando na ocasião representantes do Conselho Federal de Cultura e do Real Gabinete Português de Leitura.

No mesmo dia, foram assinados, em Lisboa o Protocolo Adicional ao Acordo Cultural e o Acordo para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, que virá constituir um estímulo adicional à movimentação de capitais e de técnicos, artistas e profissionais liberais no seio da Comunidade.

Ainda no Dia da Comunidade, foi assinado, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em cerimônia que contou com a presença dos Ministros das Relações Exteriores e da Educação e Cultura, o parecer conjunto da Academia Brasileira de Letras e da Academia de Ciências de Lisboa favorável ao projeto de lei de autoria do Deputado Alceu de Carvalho visando a simplificar a ortografia da língua portuguesa. Assinaram o parecer, pela Academia Brasileira, o Professor Pedro Calmon, e, pela sua congênere portuguesa, o Professor Amorim Ferreira, para esse fim especialmente enviado ao Brasil. O referido projeto veio a transformar-se na Lei n.º 5.765, de 18 de dezembro de 1971.

Em princípios de junho, foi a Portugal o Ministro da Fazenda, Professor Antônio Delfim Netto, a convite do Ministro das Finanças e Economia Português, Doutor João Dias Rosas. Durante os entendimentos entre os dois Ministros foram acordadas diversas medidas para o fortalecimento das relações econômicas luso-brasileiras, entre as quais as referentes à criação de

entrepostos aduaneiros nos dois países e à breve instalação de uma agência do Banco do Brasil em Lisboa.

Pouco depois, visitou oficialmente o Brasil o Ministro das Corporações e Previdência Social e da Saúde e Assistência de Portugal, Doutor Baltazar Rebelo de Souza, retribuindo visita anterior que lhe fizera o Ministro da Saúde brasileiro, Doutor Rocha Lagoa. Ao término da visita, os dois Ministros aprovaram, na ata das conversações mantidas, programa de cooperação luso-brasileira no campo da saúde pública, incluindo intercâmbio de professores, trabalhos de equipe e concessão recíproca de bolsas de estudo. Na ocasião, reuniu-se em Brasília, no Ministério do Trabalho e Previdência Social, a comissão mista luso-brasileira destinada a elaborar as normas administrativas para a aplicação do Acordo de Previdência Social entre os dois países, com a colaboração de representantes do Itamaraty e da Embaida de Portugal. As referidas normas, já em vigor, em caráter experimental, deverão ser definitivamente aprovadas quando da segunda reunião da comissão mista.

Em fins de junho, o Chefe do Estado-Maior do Exército, General Alfredo Souto Malan, fez uma visita oficial a Portugal, onde percorreu diversos estabelecimentos militares e foi alvo de expressivas homenagens.

Em agosto, o Ministro das Relações Exteriores, na qualidade de enviado especial do Presidente da República, viajou a Lisboa, para solicitar ao Governo português a transladação para o Brasil dos restos mortais de D. Pedro I, D. Pedro IV de Portugal. A solicitação brasileira e seu atendimento foram anunciados em discurso à Nação pelo Presidente Médici, que assim se expressou:

> "Não posso esconder minha emoção. Fala por si mesmo este fato em que nenhuma eloqüência poderia superar: no ano em que celebraremos o sesquicentenário de nossa Independência, regressará ao Brasil o corpo daquele que, em 7 de setembro, às margens do Ipiranga, com a bravura, o

arroubo e a paixão, que eram a marca de sua personalidade, proclamou livres estas terras.

Meus compatriotas. Os restos mortais de D. Pedro, o nosso primeiro Imperador, de agora em diante repousarão para sempre no solo brasileiro que ele tão extremadamente, amou, no seio desta nação livre, soberana e altiva, que ele sempre considerou a sua pátria".

No quadro dos encontros anuais entre os Chanceleres dos dois países, que se vêm verificando desde 1966, veio ao Brasil em início de setembro o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Doutor Rui Patrício, visitando o Rio de Janeiro, Brasília, Salvador e Recife. Durante a visita, o Ministro Rui Patrício procedeu, com seu colega brasileiro, Embaixador Mario Gibson Alves Barboza, a um amplo exame das relações entre os dois países, bem como de tópicos da conjuntura política internacional de interesse comum. Os dois Chanceleres procederam, na oportunidade, à troca dos instrumentos de ratificação do Acordo para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e do Protocolo Adicional ao Acordo Cultural e assinaram a Convenção sobre a Igualdade de Direitos e Deveres entre Brasileiros e Portugueses, marco histórico do desenvolvimento da Comunidade Luso-Brasileira.

Na declaração conjunta, firmada em dez de setembro, os dois Ministros condenaram a violência em todas as suas formas, reafirmaram o direito dos Estados soberanos de defenderem os recursos do mar dentro de suas zonas jurisdicionais e observaram que, apesar do comércio luso-brasileiro manter-se ainda em níveis inferiores aos desejados, vem-se registrando progressivo aumento no volume das trocas. Assinalaram que a transladação dos restos mortais de D. Pedro I do Brasil, D. Pedro IV de Portugal, "na transcendência do seu significado espiritual, é motivo de justificado orgulho para a Nação brasileira e para a Nação portuguesa, enobrece os seus Governos e projeta-se na história como símbolo da perene união dos dois povos", e reconheceram que a assinatura da Convenção sobre a

Igualdade de Direitos e Deveres entre brasileiros e portugueses, pelas suas implicações nos planos político, jurídico, econômico, social, cultural e humano, constitui o mais importante passo até agora dado pelos dois países, no esforço comum para o estabelecimento de normas ordenadoras das aspirações e interesses imanentes à Comunidade Luso-Brasileira.

Durante a visita do Ministro Rui Patrício, realizou-se a segunda reunião do Centro Empresarial Luso-Brasileiro, cujo comunicado final encareceu a necessidade de se estudarem diversas medidas tendentes a dinamizar o comércio bilateral, tais como a criação de entrepostos aduaneiros, a celebração de acordos de complementação industrial e os desdobramentos tarifários. Foram também considerados os problemas de investimentos mútuos e de transferência de tecnologia.

Em meados de setembro, realizou-se, no Rio de Janeiro, uma reunião de consulta entre as autoridades aeronáuticas do Brasil e de Portugal, propondo-se então um novo Quadro de Rotas.

Em fins de outubro, retribuindo a visita do General Souto Malan, veio ao Brasil o Chefe do Estado-Maior do Exército português, General Antônio Augusto dos Santos, que percorreu extensas regiões do País, inclusive a Amazônia.

Em 24 de novembro, o Congresso Nacional aprovou, pelo Decreto Legislativo n.º 82, a Convenção sobre Igualdade de Direitos e Deveres, pouco antes aprovada também pela Assembléia Nacional portuguesa.

No início de dezembro, durante as comemorações da Semana da Marinha, veio ao Brasil em visita oficial, entre outras altas patentes militares estrangeiras, o Almirante Francisco Ferrer Caeiro, Comandante Naval do Continente da Marinha portuguesa.

Finalmente deve ser consignado que, atendendo ao pedido que lhe fez, em nome da Nação brasileira, o Presidente Médici, o Presidente de Portugal, Almirante Américo Tomás, comprome-

teu-se a vir ao Brasil em 1972, por ocasião da transladação dos restos mortais de D. Pedro I.

REINO UNIDO

Os principais acontecimentos ligados às relações Brasil—Reino Unido foram as visitas de parlamentares britânicos, dentro do programa estabelecido pela Embaixada em Londres, visando a ampliar pontos de apoio nos círculos oficiais britânicos à tarefa de restabelecimento da correta imagem do Brasil naquele país.

Nessas condições, esteve no Brasil, de 19 a 29 de abril, o Deputado trabalhista Benjamin Thomas Ford, Vice-Presidente do "All-Party Latin America Group".

Em Brasília, no Rio e em São Paulo, cumpriu o Senhor Ford extenso programa, que abrangeu, entre outros itens, entrevista com vários Ministros de Estado, inclusive o das Relações Exteriores, recepção na Câmara dos Deputados, contatos com as classes produtoras e visita a Urubupungá.

Regressando a Londres, o parlamentar teceu, na imprensa e no Parlamento, vivos elogios ao Brasil e seu Governo, confessando-se muito bem impressionado com o que pudera ver e ouvir durante sua estada no País.

Da mesma forma, visitaram o Brasil, de 9 a 17 de outubro, Lord Clifford of Chudleigh, membro independente da Câmara dos Pares, e, da Câmara dos Comuns, Richard Buchanan, trabalhista, e John Hannam, conservador, Secretário da Associação Parlamentar Anglo-Latino-Americana e membro do Grupo Parlamentar Anglo-Brasileiro.

Os citados parlamentares, que manifestaram repetidamente preocupação com que fossem intensificadas as relações financeiras e comerciais entre os dois países, foram recebidos por autoridades das duas Casas do Congresso e ouviram do Ministro das Relações Exteriores exposição sobre as grandes linhas

da atual política externa do Brasil, exposição essa que foi objeto de vários elogios e referências no Reino Unido, após o regresso dos visitantes.

Merece, também, menção a assistência prestada pelo Itamaraty ao Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, na questão surgida entre este e o estaleiro "Upper Clyde", que, como se recorda, abriu falência, o que pôs em risco o apronto de uma draga que havia sido encomendada pelo DNPVN. Após uma série de tentativas, chegou-se a uma solução satisfatória da questão, tendo o Itamaraty servido de intermediário nos contatos entre as duas partes.

SUÉCIA

Em setembro, assinou-se um acordo, por troca de notas, com a Suécia, estabelecendo um mecanismo de consultas bilaterais para os problemas de transporte marítimo.

Pouco depois, em novembro, veio ao Brasil em visita não-oficial, o Conde Wilhelm Wachtmeister, Diretor da Divisão Política do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Suécia, tendo sido recebido pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores.

SUÍÇA

A 12 de agosto apresentou credenciais o novo Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Suíça no Brasil, Senhor Emil Stadelhofer.

TURQUIA

No final de 1971, visitou o Brasil o Senhor Haydar Ozalp, Ministro da Alfândega e Monopólios da Turquia, que assinou com o Instituto Brasileiro do Café um Protocolo visando a regulamentar as exportações de café brasileiro para a Turquia.

PARLAMENTO EUROPEU

De 11 a 14 de julho de 1971, esteve no Brasil, como etapa de um programa de visitas a países latino-americanos, uma delegação do Parlamento Europeu chefiada pelo seu Presidente, o Deputado Walther Behrend, alemão, e composta de outros quatro deputados, seis senadores e quatro funcionários da organização.

Os parlamentares foram recebidos em audiência especial pelo Senhor Presidente da República e por outras altas autoridades, tendo-se avistado ainda com representantes das classes produtoras de São Paulo. Foram, outrossim, recepcionados pelo Congresso Nacional e homenageados com um almoço no Itamaraty.

Nessa última oportunidade, o Senhor Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, ao enaltecer o incremento do intercâmbio em diversos setores entre o Brasil e as Comunidades, verificado nos últimos anos, externou a opinião do Governo brasileiro de que apenas os países em vias de desenvolvimento, e não protegidos por qualquer tipo de privilégio, devem auferir os benefícios do Sistema Geral de Preferências, que a CEE acabara de pôr em vigor — e o desejo de que o Sistema seja periodicamente revisto e adaptado à cambiante realidade econômica mundial.

COMÉRCIO DE CARNES

Como decorrência dos esforços que o Governo brasileiro vem desenvolvendo com o fim de aumentar as exportações de carnes para a Europa Ocidental, merece especial destaque a visita de inspeção realizada pelos veterinários ingleses G. Wight e J. Boyle, em fins de março e princípios de abril, a qual resultou na qualificação, por aqueles técnicos, de novos frigoríficos brasileiros, habilitados a exportar para o Reino Unido.

A missão manteve ampla troca de idéias com as autoridades sanitárias e com proprietários de frigoríficos brasileiros sobre

as condições higiênico-sanitárias destes. Dessa visita resultaram medidas que possibilitarão a melhoria dos padrões dos estabelecimentos e o seu conseqüente reconhecimento pelo Governo britânico e por futuras missões veterinárias de outros países.

O MRE participou das gestões que tornaram a missão possível, bem como das reuniões entre os citados técnicos e as autoridades brasileiras para exame e discussão das observações dos primeiros. Designou, outrossim, funcionário diplomático para acompanhar e assistir os visitantes durante sua estada no Brasil.

Ainda no âmbito da política de aumento das exportações de carnes, tiveram prosseguimento, no ano considerado, as negociações com a Espanha e Itália visando à assinatura de acordos sanitários.

Com a Espanha, as conversações levaram à assinatura do ajuste em Madrid, em 23 de setembro, pelo Embaixador do Brasil e o Chanceler López Bravo. O convênio regulamenta o intercâmbio de gado em pé entre os dois países e assegura ampla cooperação e troca de informações com vistas a proteger o estado sanitário do gado, e prevê a possibilidade de as autoridades brasileiras e espanholas estabelecerem condições técnicas particulares para o comércio de outros produtos pecuários, entre eles carnes e derivados, que a Espanha já importa do Brasil em grande quantidade (mais de quatorze milhões de dólares em 1970).

As negociações com a Itália, por sua vez, levaram à eliminação de vários pontos de divergência e à elaboração de nova contraproposta brasileira, encaminhada em fins de dezembro às autoridades italianas.

Cabe, finalmente, assinalar a visita, em maio, de uma delegação chefiada pelo Vice-Ministro da Agricultura italiano, Deputado Primo Silvestri, que manteve, no Rio, com representantes

do Ministério da Agricultura, proveitosa reunião, da qual também participou o Itamaraty.

Os objetivos dessa missão foram: verificar os resultados da inseminação artificial de sêmen de touros de raças italianas em zebus; estudar a possibilidade de importação de vitelos brasileiros inteiros para engorda; e examinar o interesse das autoridades brasileiras em efetuar experiências e testes imunológicos de confronto de vírus de aftosa, necessários à efetivação daquelas importações.

ÁFRICA E ORIENTE PRÓXIMO

ÁFRICA E ORIENTE PRÓXIMO

ORIENTE PRÓXIMO

Com relação ao que se convencionou chamar de Oriente Próximo, o Itamaraty, em 1971, procurou manter a política de imparcialidade e neutralidade, embora não de indiferença, que caracteriza a posição eqüidistante do Governo brasileiro diante do conflito árabe-israelense. Além do encaminhamento e solução dos assuntos bilaterais de rotina, foram designados novos Embaixadores do Brasil na República Árabe do Egito, no Líbano e no Irã. Cumpre ressaltar, ainda no campo diplomático, a apresentação de credenciais do primeiro Embaixador do Iraque no Brasil, bem como a dos novos Embaixadores do Egito e da Argélia.

O MRE acompanhou atentamente o desenrolar da situação militar no Oriente Próximo, tanto no que tange à corrida armamentista entre os países árabes e Israel, quanto à crescente intromissão da URSS naquela área. As informações coletadas foram regularmente remetidas ao EMFA.

Objetivando a diversificação de nossa pauta de exportações, o Setor Competente colaborou com outros órgãos do Ministério nas negociações que resultaram na assinatura do Acordo Comercial entre o Brasil e o Iraque, em Bagdá. Ainda no campo

econômico foram acompanhadas as gestões que visam à ida ao Oriente Próximo de uma missão comercial brasileira ainda no corrente ano.

Continuando o esforço de aproximação com os países do Oriente Próximo o Setor Competente preparou informações para a Delegação brasileira que compareceu às comemorações dos 2.500 anos da criação do Império do Irã, realizadas em outubro. Finalizando, foram efetuadas gestões e preparadas informações para a visita do Chefe do EMFA ao Marrocos, em maio. Por outro lado, gestões decorrentes do convite do EMFA para que militares marroquinos visitassem o Brasil também foram efetuadas, embora a visita tivesse sido cancelada em virtude dos acontecimentos de Schirat.

ÁFRICA SUBSAÁRICA

No que concerne à África subsaárica, observaram-se cuidadosamente as tendências evolutivas da política da região. Especial atenção foi dada aos problemas suscitados pelos territórios portugueses, Rodésia, África do Sul e Sudoeste Africano.

Esforços foram envidados no sentido da manutenção da situação de equilíbrio com que temos tentado caracterizar nossa posição diante do conflito latente entre a África Meridional e a África Negra.

O Brasil, dando continuidade à sua política de reforço dos laços com os países africanos, nomeou novos Chefes de Missão para a Costa do Marfim, Nigéria e Gana. De outra parte, apresentaram credenciais o primeiro Embaixador da Costa do Marfim no Brasil, que se instalou diretamente em Brasília, e o novo Embaixador do Senegal.

Visando à visita do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores à África Ocidental, em 1972, foram elaborados estudos econômicos, políticos e culturais, sobre as possibilidades de intensificação das relações do Brasil com o Senegal, Costa do Marfim, Nigéria, Camarões, Zaire, Togo, Daomê e Gana.

O Setor Competente cobriu as visitas ao Brasil, assessorado pelos setores cultural, econômico e de promoção comercial, do Senhor Adamou Njoya, Diretor do Centro de Estudos de Relações Internacionais de Iaundê, República dos Camarões, e de uma Delegação da República do Zaire.

Participou, ainda, de reunião com uma Delegação da Nigéria, chefiada pelo seu Ministro de Minas e Energia, havendo sido preparada contra-proposta brasileira para o acordo comercial a ser assinado com aquele país. Foi convidado a visitar oficialmente o Brasil o Ministro da Agricultura da Costa do Marfim.

Por intermédio de gestões do Itamaraty, foram doados medicamentos ao Quênia e Angola.

Foram elaboradas, outrossim, de acordo com as orientações políticas e econômicas acima descritas, instruções para os novos Chefes de Missão na Costa do Marfim, Nigéria, Irã, Líbano, República Árabe do Egito e Tunísia.

EUROPA ORIENTAL, ÁSIA E OCEÂNIA

EUROPA ORIENTAL

O Setor Competente deu continuidade ao trabalho de análise e interpretação das informações políticas recebidas das Missões brasileiras na Europa Oriental de forma a manter-se permanentemente capacitado a informar — subsidiária ou originariamente — o processo decisório relativo à área socialista. A avaliação desses dados permitiu uma perfeita compreensão da natureza e extensão dos preceitos que devem envolver as relações bilaterais entre o Brasil e cada país do Leste europeu no campo da segurança.

Procurou-se, através da Secretaria Executiva da COLESTE, expandir e diversificar o intercâmbio comercial com os países da Europa Oriental, mantidas as proporções e importância do mercado em apreço dentro do plano global de desenvolvimento do comércio exterior brasileiro. Nas feiras internacionais de que o Brasil participou, procurou-se enfatizar, mais do que em qualquer outro ano, a mostra de artigos industrializados de forma a tornar os pavilhões brasileiros mais representativos do estágio de desenvolvimento econômico alcançado pelo País.

Os esforços desenvolvidos no sentido de ampliar o comércio com a Europa Oriental visavam, sobretudo, a evitar a repe-

tição dos índices de 1970, quando o intercâmbio entre o Brasil e a área registrou uma taxa de incremento negativa (—3,41%), com relação a 1969, e uma participação sobre o total exportado pelo País de 5,17% (contra 6,34% em 1969). Em que pesem esses dados, manteve-se, em 1970, a acumulação de saldos naqueles mercados — no valor de US$ 89.579 mil — o que obriga a adoção de critérios objetivando uma maior seletividade das importações nacionais, com vistas ao aproveitamento ótimo do comércio bilateral.

O pequeno fluxo de importações da área socialista é, ainda, responsável pela perda de velocidade dos produtos brasileiros nos mercados em questão, além de constituir elemento perturbador do esforço de colocação de manufaturas brasileiras na área. Grosso modo, o comércio entre o Brasil e o Leste europeu tem-se constituído de exportações de café (beneficiadas pela ausência de contingenciamento nos chamados "mercados novos") e outros produtos primários; e de importações de trigo, produtos da indústria química, equipamentos e maquinaria pesada.

PARTICIPAÇÃO EM FEIRAS

Com vistas a obter uma ampla e significativa gama de produtos para exposição em feiras da Europa Oriental, a COLESTE promoveu vários encontros com exportadores nacionais na sede da CACEX, em São Paulo.

A seleção das feiras obedeceu a critérios objetivos, optando-se por aquelas que apresentassem margens reais de negócios. A COLESTE manteve, em 1971, seu apoio financeiro às atividades de promoção comercial como estímulo à expansão do comércio e a consolidação da presença brasileira nos mercados do Leste europeu.

A participação do Brasil nas feiras de Leipzig — sob a égide da Confederação Nacional da Indústra — Brno, Budapeste, Poznan, Zagreb e Plovdiv, com uma média de 60 firmas por

certame, ocupou uma área aproximada de 300 m^2. Os custos dessa participação totalizaram US$ 117,553.00; as vendas efetivadas durante a realização das amostras alcançaram US$ ... 22.374.700,00 (com especial destaque para o contrato assinado, na feira de Budapeste, para a venda de tecidos à Hungria, no valor total de US$ 20.000.000,00). Encontra-se em estágio de negociações a venda de vários outros produtos que até então não constavam da pauta brasileira de exportação para o Leste europeu ou que participavam aleatoriamente do fluxo de comércio para essa área.

URSS

Vinda ao Brasil, em janeiro, do Vice-Ministro do Comércio Exterior, Senhor Manjulo. Em entrevista na Secretaria de Estado, revelou o interesse das empresas soviéticas em participarem de empreendimentos metalúrgicos, siderúrgicos e energéticos no Brasil. Discutiu, ainda, a possibilidade de trocas de cereais e colocação de produtos manufaturados brasileiros no mercado soviético.

Por iniciativa da COLESTE e sob a supervisão do setor especializado do Ministério da Indústria e do Comércio, esteve no Brasil uma delegação da firma soviética RAZNOEXPORT para visitar o parque industrial de calçados com vistas à exportação do produto brasileiro para a União Soviética. As negociações serão concluídas após o exame da remessa, já efetivada, de grande número de calçados brasileiros fabricados de acordo com as especificações técnicas exigidas pelo importador soviético.

POLÔNIA

Reunião na Secretaria de Estado, na segunda quinzena de julho, de Grupo de Trabalho integrado por representantes de órgãos ligados ao comércio exterior de ambos os países. A delegação polonesa, chefiada pelo Senhor Janusz Michalski, diretor do

Departamento de Tratados do Ministério do Comércio Exterior da Polônia, manteve ainda contactos com autoridades federais e estaduais em São Paulo e Rio de Janeiro, bem como com associações e entidades de classe ali sediadas.

Visita de delegação do Conselho Nacional da Indústria Siderúrgica (CONSIDER), composta de representantes das empresas estatais USIMINAS, COSIPA e CSN, à Polônia, entre 14 e 19 de outubro. Como resultado dos contactos levados a cabo pela missão brasileira, acertou-se, no começo de dezembro, a compra de 18.500 toneladas de carvão metalúrgico polonês, destinados à realização de testes industriais pela COSIPA, após o que as empresas estatais do setor assinarão contratos de financiamento do produto a longo prazo.

Em seqüência aos entendimentos realizados em julho, esteve em visita oficial ao Brasil, de 5 a 10 de novembro, o Senhor Kazimierz Olazewski, Ministro do Comércio Exterior da Polônia para aprofundamento das discussões levadas a efeito pela missão anterior, no sentido de ampliação e diversificação do comércio entre os dois países.

BULGÁRIA

Visita, de 19 a 27 de maio, da missão econômico-comercial chefiada pelo Vice-Ministro do Comércio Exterior, Senhor Penko Penkov. Como decorrência das negociações desenvolvidas no Itamaraty, os Governos do Brasil e da Bulgária assinaram, a 20 de maio, um Protocolo sobre Navegação Marítima estabelecendo a participação preferencial de navios das bandeiras dos dois países no transporte de cargas geradas pelo comércio recíproco, bem como a cooperação entre as autoridades brasileiras e búlgaras para resolver questões no campo dos transportes marítimos. Celebração de Acordo para a compra de 40.000 toneladas métricas de trigo búlgaro, em 19 de agosto, no Itamaraty.

IUGOSLÁVIA

Visita ao Itamaraty, dia 21 de maio, de delegação iugoslava chefiada pelo Vice-Ministro do Exterior daquele país, Dr. Anton Vratusa, para discussão de temas multilaterais de interesse para os dois países em foros internacionais e assuntos pendentes relativos ao comércio bilateral.

Visita do Secretário Federal de Comércio Exterior, Senhor Muhamed Hadzic, entre 7 e 14 de outubro. As conversações mantidas abordaram a possibilidade de incremento do comércio recíproco e a necessidade de se equilibrar o "clearing" entre os dois países.

Em 17 de junho, representantes da Rede Ferroviária Federal S.A. firmaram com representantes da empresa iugoslava RUDNAR EXPORT IMPORT contrato de compra de 1.750 vagões ferroviários de diversos tipos, no valor de US$ 39.529.394,40. Essa operação restituiu maior equilíbrio à balança comercial Brasil/Iugoslávia e permitiu ao IBC negociar vendas de café à Iugoslávia por um período de dois anos.

ROMÊNIA

Reunião no Itamaraty, a 17 de setembro, com o Secretário Geral do Ministério do Comércio Exterior daquele país para discussão de temas das relações econômico-comerciais entre os dois países.

Visita ao Brasil, na primeira quinzena de novembro, de técnicos do setor de Inspeção Sanitária e Comercialização de Carnes, que percorreram estabelecimentos habilitados à exportação, localizados em São Paulo, e ajustaram, com autoridades do Ministério da Agricultura, projeto de protocolo sanitário-veterinário para disciplinar o comércio de animais vivos e produtos de origem animal.

Viagem de missão do IBC a Budapeste para assinatura de contrato de vendas de café no valor de US$ 8,2 milhões, escalonados em um período de oito anos.

Essas compras se acham vinculadas à venda de material ferroviário (doze trens automotrizes) pela Ganz-Mavag à Rede Ferroviária Federal, em decorrência de contrato assinado a 21 de maio, no Rio de Janeiro.

ÁSIA E OCEÂNIA

Na condução da política exterior brasileira com os países da Ásia e Oceânia, o Itamaraty procurou intensificar a ação diplomática bilateral, com vistas à maior aproximação com os países da área e ao maior conhecimento dos seus interesses e objetivos, em termos de política internacional. Por outro lado, foi dedicada constante atenção ao desenrolar dos principais acontecimentos políticos asiáticos, incluindo os referentes a países com os quais o Brasil não mantém relações diplomáticas, procedendo-se, regularmente, à análise de tais acontecimentos para informação dos demais setores da Secretaria de Estado e dos órgãos interessados do Governo.

Da mesma forma, no campo econômico e comercial, procurou-se dar continuidade ao trabalho de identificação e utilização das oportunidades econômicas e comerciais surgidas na área, dentro da orientação traçada pelo Governo de incrementar o comércio exterior brasileiro, com todos os países do mundo. Atenção muito especial vem sendo dada à expansão das relações econômico-comerciais com o Japão, que têm apresentado índices de crescimento dos mais significativos. A III Reunião da Comissão Mista Brasil—Japão (Brasília, 26-27 de outubro de

1971) foi orientada no sentido de se proceder a um exame completo de todas as possibilidades que se oferecem à expansão do comércio e da cooperação econômica e técnica entre os dois países.

Após a reunião da Comissão Mista, o Itamaraty coordenou o programa de visita ao Brasil de uma importante Missão japonesa, sob a presidência do Senhor Toshiwo Doko, das mais representativas firmas da indústria japonesa e constituída de vinte e cinco representantes das maiores empresas daquele país, interessadas, em alguns casos, em reforçar as operações de suas filiais no Brasil e, em outros, em examinar as condições existentes para novos investimentos no País. A Missão manteve reuniões com os Ministros das Relações Exteriores, Fazenda, Planejamento, Indústria e do Comércio e Minas e Energia, além de ter mantido profícuos contatos com as entidades de classe no Rio de Janeiro e São Paulo. O Itamaraty pretende incentivar a realização de visitas dessa natureza, de grande utilidade para o melhor conhecimento dos programas governamentais de desenvolvimento, e, em particular, das novas oportunidades de investimentos criadas no País.

Outras Visitas

— Missão japonesa de Pesquisa sobre o mercado brasileiro de amendoim (5 membros), em fevereiro.

— Grupo de industriais japoneses da Câmara de Comércio e Indústria de Osaka (5 membros), fevereiro/março.

— Missão japonesa de Sanidade Animal (2 membros), junho/julho.

— Missão Econômica chinesa, chefiada pelo Ministro da Economia Li Kwoh-Ting (12 membros), setembro.

— Missão Comercial Chinesa de Produtos Elétricos (8 membros), setembro.

— Vice-Presidente da Mitsui Co. & Ltd., Senhor Tatsuro Goto, outubro.

— Presidente da "Indian Trade Company", Senhor Prakesh Lal Tandon, outubro.

— Representantes da "Rolling Stock Export Association", da Índia, Senhores L.K. Dhaman, L.K. Chowdharu e D.M. Gupda, novembro.

Visitas ao Exterior (Japão)

— Ministro de Estado das Comunicações, Senhor Coronel Hygino Corsetti, maio.

— Presidente das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A (USIMINAS), Senhor Amaro Lanari, abril.

— Ministro da Indústria e do Comércio, Senhor Doutor Marcus Vinicius de Moraes, maio.

— Missão do Conselho Nacional de Indústria Siderúrgica (CONSIDER), 12 membros, outubro.

RELAÇÕES POLÍTICAS

Crise no Subcontinente Asiático

Por ocasião da crise no subcontinente asiático, envolvendo a Índia e o Paquistão, o Governo brasileiro, em coerência com os princípios de solução pacífica das controvérsias internacionais e considerando as cordiais e amistosas relações com ambos os países envolvidos na questão, adotou uma posição de eqüidistância em relação ao conflito e expressou seu desejo de que a paz e a ordem pudessem ser restauradas brevemente na região.

Solidarizando-se, entretanto, com o grave problema humano decorrente do êxodo de paquistaneses orientais para o território indiano, o Brasil, através dos Governos Federal e do Estado do Rio, doou duzentas mil doses de vacinas anticólera destinadas

à imunização dos refugiados do Paquistão Oriental em território indiano.

Visitas ao Brasil

— Deputado Erasmo da Sequeira, membro do Parlamento indiano, setembro.

— Senhor Raj Bahadur, Ministro para Assuntos Parlamentares, de Navegação e Transportes da Índia, setembro, na qualidade de Enviado Especial do Primeiro-Ministro da Índia.

— Senhor Logis Border, Subsecretário dos Negócios Estrangeiros da Austrália, setembro.

— Embaixador Aslam Malik, Enviado Especial do Presidente Yahya Khan, setembro.

— Grupo de Governadores de Províncias japonesas (10 membros), novembro.

RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS

Apresentação de credenciais de Embaixadores brasileiros

— Embaixador Leonardo Eulálio de Nascimento e Silva, junto ao Governo da Comunidade da Austrália, em 16 de fevereiro.

— Embaixador Jorge de Oliveira Maia, junto ao Governo da Tailândia, em 4 de junho.

— Embaixador Jorge de Oliveira Maia, cumulativamente junto ao Governo da Federação da Malásia, em 25 de setembro.

— Embaixador Paulo Leão de Moura, junto ao Governo do Japão, em 25 de outubro.

Indicações

— Aprovada pelo Senado Federal, em 6 de setembro, e publicada no Diário Oficial de 19 de setembro a indicação do Embaixador

Jorge de Oliveira Maia para exercer, em caráter cumulativo, as funções de Embaixador junto aos Governos de Cingapura e Vietname.

— Aprovada pelo Senado Federal, em 28 de novembro, e publicada no Diário Oficial de 15 de dezembro a indicação do Embaixador Quintino Symphoroso Deseta para exercer as funções de Embaixador junto à República Islâmica do Paquistão.

Apresentação de credenciais de Embaixadores estrangeiros

— Embaixador do Japão, Senhor Shigeru Nakamura, em 14 de janeiro.

— Embaixador da República da Coréia, Senhor Suk Chan Lo, em 19 de março.

— Embaixador da Austrália, Senhor Frederick Thomas Homer, em 12 de abril.

— Embaixador da República da China, Senhor Chu Fu-Sung, em 14 de junho.

— Embaixador da Índia, Senhor Prithi Singh, em 14 de junho.

— Embaixador da República Islâmica do Paquistão, Senhor Afzal Iqbal, em 20 de setembro.

Acordos

— Aprovação do Acordo Básico de Cooperação Técnica firmado com o Governo do Japão, em Brasília, a 22 de setembro de 1970, pelo Decreto Legislativo n.º 47, de 7 de julho de 1971. Promulgado pelo Decreto n.º 6.098, de 4 de agosto. Publicado no **Diário Oficial** em 6 de agosto.

ORGANISMOS INTERNACIONAIS

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

ORIENTAÇÃO POLÍTICA DE DELEGAÇÕES BRASILEIRAS

Foram particularmente relevantes, nesse domínio, os trabalhos para elaboração de instruções destinadas às Delegações brasileiras à XXVI Sessão da Assembléia-Geral, à LI Sessão do Conselho Econômico e Social, em julho de 1971, e à II Sessão do Grupo de Trabalho Intergovernamental sobre poluição marinha, tema que se acompanhou com muito interesse porque vinculado a meio-ambiente e ao direito do mar. Nas matérias de seu âmbito, o Setor Competente forneceu subsídios para que as Divisões da área formulassem as instruções que devem seguir os novos Embaixadores do Brasil em Lagos e em Islamabad. Em foros técnicos, sobretudo de natureza econômica, como a OACI, a INCO, e outros como a FAO, a UNESCO, a OMS, a OIT e a AIEA, produziram-se em 1971 debates ou controvérsias que interessaram diretamente ao Setor. Tais questões ou versaram sobre projetos de resolução sobre descolonização, quase sempre originados no interior do grupo afro-asiático ou versaram sobre o ingresso da República Popular da China ou da República Democrática Alemã. Em todos esses casos, opinou-se sobre a posição que o Brasil deveria assumir, de modo coerente com as diretrizes políticas observadas na Assembléia-Geral das Nações Unidas. No que se refere à questão da descolonização,

o Brasil se manifestou contra os excessos em matéria de competência dos diferentes órgãos da Organização das Nações Unidas, e contra a invasão de foros técnicos por temas essencialmente políticos. No que é relativo à RDA, a nossa posição continuou, em 1971, a ser a de que a sua admissão nas agências não pode preceder a admissão na ONU, questão que está subordinada a um acordo entre as duas Alemanhas e as potências que ocuparam o território alemão, finda a guerra. A chamada "questão da China nas Nações Unidas" foi acompanhada, através de comunicações da Missão junto às Nações Unidas, da Embaixada do Brasil em Washington e demais Missões Diplomáticas. Na Assembléia-Geral, o Brasil votou contra a resolução albanesa, que recomendava a expulsão da República da China e a admissão da China de Pequim. Sustentou-se, nas agências, que projetos de expulsão da China de Formosa e de admissão da China de Pequim devem ser objeto de votação por parte da assembléia deliberativa de cada uma, de acordo com a sua constituição. Na UNESCO, na OIT, na OIA, na OACI, no GATT e na FAO manifestou-se posição contrária a que se reconhecesse caráter mandatório, de execução imediata, à resolução aprovada na Assembléia das Nações Unidas sobre a "restauração dos direitos legais da República Popular da China". A mesma posição foi adotada na Junta de Governadores da AIEA. Em todos esses foros, foi o Brasil fiel à manutenção dos representantes da República da China.

CANDIDATURAS

Embora sem cobrir completamente a questão de candidaturas brasileiras e de candidaturas em geral em órgãos multilaterais, porque partes importantes dessa questão são da competência de outros órgãos do Ministério, procurou-se formar uma idéia de conjunto das candidaturas brasileiras e dos apoios que nos foram pedidos. As negociações mais importantes, nesse setor, em 1971, foram: (a) a candidatura brasileira à reeleição ao ECOSOC para o triênio de 1973-1975, nas votações que se realizarão durante a XXVII Sessão da Assembléia Geral; (b) reeleição

do Embaixador José Sette Câmara Filho para a Comissão de Direito Internacional; (c) reeleição do Ministro David Silveira da Mota para o Comitê de Contribuições das Nações Unidas; e (d) lançamento da candidatura brasileira à reeleição para o Comitê de Recursos Naturais do ECOSOC.

DIREITOS HUMANOS

No setor de direitos humanos, o ano de 1971 foi designado Ano Internacional de Luta contra o Racismo e a Discriminação Racial. No âmbito das programações nacionais foi emitido selo comemorativo. Aproveitando o ensejo do Dia dos Direitos Humanos, celebrado em 10 de dezembro, o Itamaraty e o Ministério da Justiça patrocinaram a realização de uma cerimônia, que incluiu uma palestra do Professor Pedro Calmon sobre o Ano Internacional. Ainda no quadro das comemorações do Ano Internacional, enviou-se representante a um seminário, em Iaundê, dedicado ao debate da implementação dos instrumentos das Nações Unidas destinados a combater e a eliminar a discriminação racial. Foi representante brasileiro o Deputado Célio de Oliveira Borja, que atuou também como Relator, tendo divulgado, de forma conveniente, a situação racial no Brasil. O "Dia das Nações Unidas" — 24 de outubro — foi celebrado, com a colaboração do Ministério da Educação e Cultura, em estabelecimentos de ensino de todos os níveis, com palestras e trabalhos sobre a ONU.

Se bem que a discriminação racial tenha sido, no setor de direitos humanos, a questão que mais cuidado recebeu em 1971, outros problemas foram tratados com muita atenção. Prepararam-se relatórios para a Comissão de Direitos Humanos sobre direitos econômicos, sociais e culturais, liberdade de informação, situação da mulher, projeto de convenção sobre jornalistas em missões perigosas.

Na Comissão de População, em 1971, as posições que têm orientado a nossa atuação em questões demográficas, ou seja, a competência soberana de cada país para decidir a esse respeito, em lugar de competência de organismo supra-estatal. Tendo em vista que o mandato brasileiro termina em 1972, fomos favoráveis a uma reunião extraordinária da Comissão ainda em 1971, para tratar da fixação do programa da Conferência Mundial de População em 1974. Em oposição à ênfase em planejamento familiar, reivindicou-se prioridade para estudos sobre mortalidade e sobre fatores econômico-sociais do desenvolvimento. Nesse sentido, o Brasil foi ainda contrário à criação de Instituto Internacional, por julgar que isso prejudicaria os institutos regionais existentes e porque, de acordo com o projeto, tal Instituto destinar-se-ia primordialmente ao planejamento familiar.

ENTORPECENTES

O Brasil participou, de 11 de janeiro a 21 de fevereiro, da Conferência de Plenipotenciários para a Adoção do Protocolo sobre Substâncias Psicotrópicas. O Protocolo transformou-se em Convenção, que o Brasil assinou. O Chefe da Delegação fez reservas aos artigos 19 e 31, por atribuir o primeiro uma competência que julgou-se excessiva à Junta Internacional, e por prever o segundo jurisdição obrigatória da Corte da Haia, quando é sabido que o Brasil não renovou o depósito do instrumento de aceitação da jurisdição mandatória da Corte. Apresentou-se reserva, também, ao artigo 27 (territórios metropolitanos) por falta de clareza na redação. Em 9 de junho, o Itamaraty consultou o Ministério da Saúde quanto à conveniência de ratificar-se a Convenção. Sugeriu o Itamaraty que, das reservas feitas na Conferência, fossem mantidas apenas as relativas aos artigos 19 e 31. O Ministério da Saúde concordou com a ratificação e com a sugestão quanto às reservas. Está sendo ultimada, no Setor Competente, a tradução da Convenção, para envio ao Congresso. Encontra-se em estudos a participação brasileira

no Fundo das Nações Unidas para Controle de Entorpecentes, fundo esse que foi criado pela Resolução 1559 (XLIX) do ECOSOC, e que deve ser integrado por contribuições voluntárias dos Estados membros das Nações Unidas. A L Sessão do ECOSOC e a XXIV Sessão da Comissão de Entorpecentes das Nações Unidas, reunidas em Genebra de 27 de setembro a 21 de outubro, decidiram a convocação de uma Conferência de Plenipotenciários para discutir e aprovar emendas à Convenção Única sobre Entorpecentes de 1961. Em setembro, antes da sessão da Comissão de Entorpecentes das Nações Unidas, o MRE, juntamente com membros da Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes, debateu com uma delegação norte-americana chefiada pelo Embaixador Joseph Jova projetos norte-americanos de emendas à Convenção Única sobre Entorpecentes. Com uma ou outra modificação, aceitaram-se os projetos americanos.

ESPAÇO CÓSMICO

Em 1971, o Brasil participou, ativamente, das reuniões do Comitê sobre os Usos Pacíficos do Espaço Cósmico e de seu Subcomitê Jurídico. A X Sessão do Subcomitê Jurídico realizou-se em Genebra, de 7 de junho a 2 de julho. O ponto mais importante da agenda foi a Convenção sobre Responsabilidade por Danos Causados por Objetos Lançados no Espaço Cósmico que vinha sendo discutido há sete anos. A Delegação soviética, depois de concordar com textos dos Estados Unidos e Bélgica, sobre situação de controvérsias e lei aplicável, introduzidos simultaneamente em um só documento, permitiu que se chegasse a uma conclusão da Convenção. O "package deal" resultante foi copatrocinado pelo Brasil e aprovado sem objeções no Subcomitê. Apenas as Delegações do Canadá, Japão e Suécia solicitaram registrar no relatório suas reservas sobre certas disposições do texto. O Comitê sobre os Usos Pacíficos do Espaço Cósmico, em sua XIV sessão, realizada em Nova York de 1.° a 10 de setembro, aprovou a Convenção adotada pelo Subcomitê Jurí-

dico. Em setembro de 1971, a 1.ª Comissão debateu projeto de resolução da Bélgica sobre responsabilidade que obteve o copatrocínio do Brasil.

RADIAÇÕES ATÔMICAS

Foi enviada Delegação à XXI Sessão do Comitê Científico das Nações Unidas sobre os Efeitos das Radiações Atômicas, sob a chefia do Professor Luiz Renato Caldas. O Comitê preparou subsídios para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio-Ambiente.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO-AMBIENTE

O ano de 1971, segundo ano de trabalho preparatório da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio-Ambiente, foi marcado por intensa atividade, da qual o Brasil participou em todos os momentos. PREPCOM II — O Comitê preparatório (PREPCOM) criado pela Resolução 2581 da XXIV Sessão da Assembléia-Geral reuniu-se pela segunda vez em sessão formal, de 8 a 19 de fevereiro, em Genebra, oportunidade em que o Brasil conseguiu fazer vencer conceitos de desenvolvimento econômico no contexto ambiental, mediante a convocação, por sua iniciativa, de Reunião de Peritos sobre Desenvolvimento e Meio-Ambiente e convite a brasileiro (Embaixador Miguel Ozório de Almeida) para comparecer a esse encontro, realizado em Founex, Suíça, em junho. O Relatório de Founex seria analisado posteriormente em seminários regionais, a cargo das Comissões Econômicas e do UNESOB. IWGs — Cabe notar ainda, na segunda sessão do Comitê preparatório, a instituição de cinco grupos de trabalho intergovernamentais (IWGs) para auxiliar o Secretário-Geral da Conferência de Estocolmo, Maurice F. Strong: IWGs sobre a declaração quanto ao meio-ambiente (sessão substantiva em maio); IWG sobre poluição marinha (duas sessões, junho e novembro); IWG sobre solos (uma sessão, em junho); IWG sobre "Monitoring" e vigilância (uma sessão, em agosto); IWG sobre

conservação (uma sessão, em setembro). O Brasil participou de todas as reuniões (observador no IWG sobre "monitoring" e vigilância). ECOSOC LI: O relatório do PREPCOM II foi apreciado pela LI Sessão do ECOSOC (Genebra, julho), sem que se apresentasse projeto de resolução sobre o item. O Brasil reiterou as opiniões defendidas no PREPCOM e valeu-se da ocasião para criticar severamente o texto "consolidado" pelo IWG sobre a declaração. Seminários regionais: em agosto, promoveram os seus respectivos seminários sobre desenvolvimento e meio-ambiente a Comissão Econômica para a Ásia e Extremo-Oriente (ECAFE) e a Comissão Econômica para a África (ECA), nas sedes das Comissões (Bangkok e Adis Abeba). O Seminário do Escritório Econômico e Social das Nações Unidas em Beirute (UNESOB) reuniu-se em outubro. De particular importância foi o Seminário Regional sobre Desenvolvimento e Meio-Ambiente promovido pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) no México, de 6 a 11 de setembro. Mediante vigorosa atuação diplomática, o Brasil imprimiu a essa reunião a tônica do desenvolvimento econômico de Founex, cujo relatório foi endossado plenamente pelos participantes. O relatório do México, por sua vez, reivindica para os países em desenvolvimento em geral, e para a América Latina, em particular, o que antes eram solicitações quase exclusivas do Brasil. Não se encerrou, contudo, o debate sobre uma posição comum latino-americana em Estocolmo, deixando-se a sugestão de nova reunião regional em 1972, sem foro determinado. PREPCOM III — Coube à terceira sessão do Comitê Preparatório — Nova York, de 13 a 14 de setembro — analisar os relatórios dos IWGs, Founex, Seminários regionais, além das "Action proposals" preparadas pelo Secretariado da Conferência. O Brasil, valendo-se principalmente dos relatórios de Founex e do México, passou nessa reunião a uma posição defensiva para um virtual poder de veto, em nome dos países em desenvolvimento. Conseguiu-se assim a nova convocação do IWG sobre a declaração para o período de 5 a 14 de janeiro de 1972. A documentação do Secretariado ("Action proposals") foi criticada com todo o rigor e o início da ofensiva dos países em desenvolvimento constituiu, sem dúvida, a aber-

tura decisiva para que se empreendesse a ação necessária durante a XXVI Sessão da Assembléia Geral. XXVI Assembléia Geral — O item 47 da agenda mereceu discussão acalorada na XXVI Sessão da Assembléia Geral e dois projetos de resolução: um, de iniciativa do Brasil, sobre "Desenvolvimento e Meio-Ambiente", copatrocinado, em sua segunda revisão, por mais 37 países, e outro, de iniciativa da Suécia, de caráter processual no itinerário da Conferência de Estocolmo, copatrocinado em sua versão final por mais 33 países. Aprovados na Segunda Comissão ambos os projetos — o primeiro com 62 votos a favor, 4 contra (Austrália, Bélgica, Estados Unidos e Reino Unido) e 31 abstenções, o segundo com 94 votos a favor, 8 contra e 7 abstenções — foram levados à apreciação do Plenário em 20 de dezembro. As dificuldades surgidas na Segunda Comissão — participação universal na Conferência ou adiamento para 1973 — não foram removidas, e as emendas que visavam a tais objetivos foram derrotadas. A votação ao primeiro texto (Brasil) resultou em 85 votos a favor, 2 contra (Estados Unidos e Reino Unido) e 34 abstenções, tornando-se a Resolução 2849 (XXVI). O segundo texto (Suécia) ganhou o número de Resolução 2850 (XXVI) por 104 votos a favor, 9 contra e 7 abstenções. Pode-se considerar a XXVI Sessão da Assembléia Geral, no setor do meio-ambiente, uma vitória para o Brasil e a coroação da campanha da diplomacia brasileira desde o "turning point" de Founex, com a aprovação maciça pela Assembléia Geral da Resolução 2849 (XXVI). Revisão da documentação: ciente da necessidade de contato freqüente entre o Secretariado da Conferência e os governos, na preparação das "Action proposals", o Secretariado Geral da Conferência reuniu representantes nacionais duas vezes em Genebra (11 a 15 de outubro e 13 a 17 de dezembro). Em ambas as ocasiões, a documentação foi amplamente revista e comentada pelo Brasil (convidado, compareceu o Embaixador Miguel Ozório de Almeida). Visita ao Brasil do Senhor Maurice F. Strong: O Brasil convidou, em dezembro, o Secretário-Geral da Conferência, Maurice F. Strong, para visitar o país em 20 e 21 de janeiro de 1972. Relatório nacional (notas preliminares): De janeiro a março, o Setor Competente coordenou a elaboração

do "Relatório nacional" (notas preliminares) sobre meio-ambiente, trabalho de que participaram entidades federais, estaduais e municipais. O referido trabalho foi entregue ao Secretariado, em Genebra, com a reserva expressa de que o Brasil poderia, a qualquer momento, apresentar relatório revisado e em forma definitiva.

SEGURANÇA INTERNACIONAL COLETIVA

A XXV Assembléia Geral (Resolução 2734) aprovou uma "Declaração sobre o fortalecimento da segurança internacional". O Brasil, que já havia participado ativamente, na XXV, da negociação do texto da "declaração", participou ativamente na XXVI da negociação do texto, que deu seguimento à Resolução da XXV. A principal intenção, na Segunda Comissão foi enriquecer o conceito de segurança econômica coletiva, e, na comissão política, transferir tal conceito, de seu contexto econômico, para o contexto político. Foi uma operação semelhante à realizada em matéria de desarmamento, setor em que o Brasil contribuiu poderosamente para fazer vigorar a tese de que as economias porventura resultantes de medidas de desarmamento entre as grandes potências deveriam ser investidas, de maneira substancial, em desenvolvimento econômico e social, singularmente em benefício dos países em desenvolvimento. Pode-se dizer que, em parte relevante, foi graças aos esforços do Brasil que a resolução aprovada em 1971 pela Assembléia Geral da ONU, a respeito de segurança, consagrou a idéia da solidariedade econômica coletiva, em benefício prioritário dos países em desenvolvimento, como parte integrante da segurança coletiva em matéria de política internacional. Também graças aos esforços da Delegação do Brasil, associada ao grupo latino-americano na apresentação de anteprojeto de resolução, a resolução finalmente aprovada incluiu a recomendação de que se procure definir as operações de manutenção de paz, de forma adequada, e estabelecer a maquinaria administrativa correspondente.

CONFERÊNCIAS, ORGANISMOS E ASSUNTOS GERAIS

Dentre as atividades levadas a cabo em 1971, cabe destacar, de modo especial, os excelentes resultados colhidos pela atuação das Delegações brasileiras à 56.ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho (Genebra, junho) e à XVI Sessão da Conferência da FAO (Roma, novembro). No primeiro caso, a Conferência de Genebra fixou, pela primeira vez, a responsabilidade da OIT, no que respeita ao esforço da comunidade internacional em favor do desenvolvimento. Pode-se dizer, sem exagero, que grande parte no processo de tal fixação coube à contribuição da Delegação brasileira, pela apresentação de projeto de resolução em que se conjugaram, em relação de causa e efeito, os temas do comércio e do emprego. Além de marcar a consciência das Delegações presentes à reunião e preparar caminho para outras iniciativas do mesmo tipo, a atuação brasileira teve ainda por resultado um princípio de coordenação entre os países em desenvolvimento, fato até então insólito na OIT.

Por outro lado, a Delegação do Brasil à Conferência da FAO foi a mais ativa das representações presentes àquela reunião, tendo apresentado três projetos de resolução, que foram aprovados por unanimidade. Por um desses documentos, criou-se, pela

primeira vez na história das Nações Unidas, um órgão intergovernamental dedicado ao problema do **deficit** protéico, com a participação do Banco Mundial e do PNUD, o que facilitará a aprovação de projetos neste importante setor de atividades. Além disso, a Delegação brasileira iniciou um processo, agora irreversível, de revisão total da programação e das prioridades da FAO, o que permitirá ao Brasil, pela primeira vez, contribuir diretamente no delineamento das atividades da FAO, impondo a esta Organização os programas e prioridades que mais objetivamente atendam aos interesses dos países em desenvolvimento.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA

O Setor Competente participou, em 1971, do preparo de várias reuniões da FAO, tais como a do Comitê "ad hoc" sobre Florestas (Roma, 1.° a 6 de fevereiro), a V Sessão da Comissão Assessora Regional para o Atlântico Sudoeste (CARPAS) (Mar del Plata, 18 a 26 de março), a VI Sessão do Comitê de Pesca (Roma, 15 a 21 de abril), a reunião do Subcomitê de Identificação da Subpopulação (Lisboa, 5 a 10 de abril), a II Sessão Ordinária (Madrid, 18 de novembro a 9 de dezembro) da Comissão Internacional para a Conservação do Atum no Atlântico, a LVI Sessão do Conselho (Roma, 7 a 18 de junho), a XIX Sessão (29 de março a 6 de abril) e a XX Sessão (12 a 26 de outubro) do Comitê Intergovernamental do Programa Mundial de Alimentos (PMA). Ocupou-se, ademais, da participação brasileira nas reuniões da Comissão Mista FAO/OMS do "Codex Alimentarius", enviando representação, realizando e comparecendo a reuniões preparatórias dos Comitês de Métodos de Análise e Amostragem (Colônia, 25 a 30 de janeiro), de Frutas e Vegetais Elaborados (Washington, 7 a 11 de junho), de Higiene dos Alimentos (Washington, 14 a 18 de junho), da Carne (Kalmbach, 1.° a 5 de novembro), sobre Alimentos para Usos Dietéticos Especiais (Bonn, 6 a 10 de dezembro), sobre Peixes e Derivados (Bergen, 4 a 9 de outubro), sobre Resíduos de Pesticidas (Copenhague,

11 a 16 de outubro), de Peritos em Padronização de Alimentos Rapidamente Congelados (Genebra, 6 a 10 de dezembro), de Peritos Governamentais sobre o Código de Princípios referentes ao Leite e Produtos do Leite (Roma, 6 a 11 de setembro), sobre Etiquetagem de Alimentos (Genebra, 28 a 29 de junho).

Foi solicitada à Delegação em Genebra a participação no Comitê Executivo do "Codex" (25 de junho) e na VIII Sessão da Comissão Mista FAO/OMS do "Codex Alimentarius" (Genebra, 30 de junho a 9 de julho).

Realizaram-se as gestões necessárias à criação do Grupo Informal de Trabalho do "Codex", constituído de representantes dos Ministérios da Saúde, da Agricultura e do Itamaraty (DOA-DPB-DALALC), para preparo de instruções e estudo de problemas brasileiros relativos à padronização alimentar proposta pelo "Codex Alimentarius". Com participação do MRE e dos Ministérios da Saúde e da Agricultura realizaram-se no Brasil três reuniões da FAO: Reunião Técnica de Consulta sobre Planejamento e Operação de Mercados Atacadistas (Brasília, 18 a 22 de outubro), II Sessão do Comitê do Arroz para as Américas (Pelotas, 6 a 11 de dezembro), a VII Sessão do Comitê do "Codex" de Resíduos de Pesticidas (Brasília, junho a julho de 1972).

Tratou-se, ainda, da preparação da XVI Sessão da Conferência da FAO (Roma, 6 a 25 de novembro). Nesta reunião, a Delegação do Brasil apresentou e fez aprovar três importantes projetos de Resolução: o primeiro para reformulação das prioridades e dos programas da FAO; o segundo sobre o **deficit** de proteínas nos países em desenvolvimento, compreendendo a criação de um Subcomitê do Conselho, para o trato do problema; o terceiro recomendando maior ênfase nas atividades de pesquisa agrícola. Foi, além disso, assegurada a eleição do Brasil para o Conselho, sua indicação para o Grupo Consultivo de Pesquisa Agrícola Internacional, para o Subcomitê que tratará do problema do deficit protéico (em ambos representando a América Latina), para o Comitê de Finanças (Conselheiro Marina Barros de Vas-

concelos), bem como para o posto de Membro Suplente no Comitê de Pensões ("Staff Pension Committee").

ENERGIA ATÔMICA

O Setor Competente continuou a ocupar-se, durante o ano de 1971, em estreita colaboração com a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), dos acordos bilaterais sobre a utilização pacífica de energia nuclear, tendo em vista a conveniência de centralizar o assunto em um só serviço do Itamaraty.

A 23 de abril foi assinado, em Brasília, o Convênio Especial de Cooperação Científica Tecnológica entre a Companhia de Pesquisa Nuclear de Yülich Ltda. — KFA e a CNEN.

Em 13 de agosto foi assinado, entre a CNEN e o "Comitato Nazionale per l'Energia Nucleare", o programa de implementação do Acordo de Cooperação para o Uso Pacífico da Energia Nuclear Ítalo-Brasileiro.

Por outro lado, o Setor em apreço encarregou-se de assegurar a orientação geral da Representação do Brasil nos diversos órgãos da AIEA e das reuniões por ela promovidas, tais como: XV Sessão Regular da Conferência Geral da AIEA, de 21 a 27 de setembro; reuniões da Junta de Governadores, em 23 de fevereiro, 8 de junho, 17 de setembro e 8 de dezembro, além de outros simpósios, comitês e a IV Conferência Internacional sobre os Usos Pacíficos da Energia Atômica, de 6 a 16 de setembro.

A Representação Permanente do Brasil junto à AIEA continuou a dedicar atenção a dois problemas que têm estado em foco desde o ano anterior: a) a emenda do artigo VI do Estatuto já apresentada, mas ainda dependente de moroso processo de ratificação, de forma a aumentar de 25 para 34 o número de membros da Junta de Governadores, órgão no qual o Brasil é sempre representado. O Brasil efetuou o depósito do instrumento de ratificação da emenda, após a aprovação do Congresso Nacional; b) formulação do conteúdo e estrutura dos Acordos

de Salvaguarda com a Agência, especialmente dos que decorrem da vigência do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares.

Na reunião de dezembro da Junta de Governadores, foi aprovada resolução que reconhecia a República Popular da China como único Governo com direito de representar a China na AIEA e expulsar Formosa daquela Organização.

Durante as referidas reuniões e na própria AIEA, o Brasil tem-se caracterizado como país interessado no desenvolvimento da tecnologia nuclear para fins exclusivamente pacíficos, sem aceitar, entretanto, imposição ou restrição a seu poder de decisão como Estado soberano, nos assuntos relativos à energia nuclear.

No decurso de 1971, mereceu atenção, também, o problema da coleta de dados sobre usos de energia nuclear, procurando-se adequar o fluxo de informações às necessidades nacionais, em harmonia com as definições expressas pela CNEN.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

No âmbito da Organização Internacional do Trabalho, foram processados os assuntos ligados à representação do Brasil naquele organismo. Foi promovida a participação brasileira na 56.ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, bem como nas 182.ª, 183.ª e 184.ª reuniões do Conselho de Administração, do qual o Brasil faz parte. Especial atenção foi dada ao problema da representação brasileira nas reuniões técnicas realizadas pela OIT, com vistas a facilitar o comparecimento de peritos, empresários e sindicalistas a conclaves que apresentassem interesse para suas áreas específicas de trabalho.

Todo o trabalho desenvolveu-se em estreita coordenação com os órgãos técnicos competentes do Ministério do Trabalho e Previdência Social. Ao MRE couberam principalmente as questões políticas, orçamentárias e a decisão quanto ao apoio às diversas candidaturas apresentadas aos postos eletivos da

agência especializada, ficando a cargo da Comissão Permanente de Direito Social e, após a extinção desta, à Consultoria Jurídica do Ministério do Trabalho e Previdência Social, os assuntos de caráter técnico-trabalhista. Coube também ao Itamaraty coordenar o estudo da projetada reforma da estrutura da OIT, assim como desenvolver permanente atuação no sentido de implementar, através de resoluções dos órgãos decisórios da OIT, o Programa Mundial de Emprego.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE

Em trabalho conjunto realizado com a Coordenação de Assuntos Internacionais do Ministério da Saúde, criaram-se condições para a participação efetiva de Delegações brasileiras em todas as reuniões de importância promovidas pela Organização Mundial de Saúde e por seu órgão regional, a Organização Pan-Americana de Saúde. Foram elaboradas as instruções destinadas às Delegações do Brasil que compareceram à XXIV Assembléia Mundial de Saúde e à XIX Reunião do Conselho Diretor da Organização Pan-Americana de Saúde, sobretudo no que se referiu aos problemas políticos e orçamentários, assim como às questões de procedimento e de candidaturas.

Tendo sido o Brasil eleito para o Comitê Executivo da Organização Pan-Americana de Saúde em fins de 1970, revelou-se das mais profícuas a atuação dos delegados brasileiros à 66.ª Reunião do Comitê, realizada em Washington, em julho de 1971. Vários programas sanitários de grande interesse para o Brasil foram aprovados pela Organização, e votou-se, em conseqüência de proposta originária da Delegação brasileira, um aumento das verbas destinadas pela Organização Mundial de Saúde ao seu órgão regional.

ORGANIZAÇÃO METEOROLÓGICA MUNDIAL

Durante o ano de 1971, em colaboração com o Departamento Nacional de Meteorologia do Ministério da Agricultura, cuidou-

se dos assuntos relativos à representação do Brasil nas reuniões promovidas por aquela agência especializada, além das questões políticas, administrativas e orçamentárias. Realizou-se, em abril, o 6.° Congresso Mundial de Meteorologia, reunião em que a Delegação brasileira, composta de elementos do Ministério da Agricultura, do Ministério da Marinha e do Ministério da Aeronáutica, devidamente assessorados por funcionários do Itamaraty, desenvolveu excelente atuação.

Foi também favorecido o comparecimento de técnicos brasileiros às reuniões especializadas da Organização, como a V Sessão da Comissão de Meteorologia Aeronáutica e a V Sessão da Comissão de Meteorologia Agrícola. Coordenou-se, também, a visita do Diretor-Geral da Organização Meteorológica Mundial ao Brasil, a partir da qual novas perspectivas foram abertas para a meteorologia brasileira, através dos estudos para o financiamento de um Curso de Meteorologia Tropical, a ser localizado na Universidade de Brasília, assim como dos progressos realizados na implementação das linhas do Centro Regional de Telecomunicações Meteorológicas de Brasília, para cujo equipamento muito tem contribuído a OMM através do Programa de Assistência Voluntária.

ASSUNTOS ECONÔMICOS

ASSUNTOS ECONÔMICOS

Do ponto de vista da execução da política exterior do país, os resultados, na área econômica, foram plenamente satisfatórios. Com base nas diretrizes fixadas pelo Senhor Presidente da República e integrado nos esforços nacionais de desenvolvimento, o Itamaraty orientou sua ação no sentido de maximizar as oportunidades externas disponíveis.

É bem verdade que o ano de 1971 foi fértil em acontecimentos perturbadores no quadro do sistema econômico-financeiro internacional os quais, de origem estranha ao Brasil e aos países em desenvolvimento em geral, sobre estes não deixaram de repercutir. Mister é destacar, nesse campo, o conjunto de medidas anunciadas pelo Presidente dos Estados Unidos da América em 15 de agosto, que, destinando-se como se destinavam a procurar resolver problemas internos da economia norte-americana, geraram imediata reação de outras potências desenvolvidas e culminaram nos acordos de dezembro, que realinharam as paridades de algumas das principais moedas internacionais. Tais acordos, que não deixam de constituir talvez apenas um primeiro passo para a normalização do sistema, ora se encontram em estágio probatório, devendo o ano de 1972 marcar novos e importantes desenvolvimentos na matéria.

O Brasil, como de resto a maior parte dos países em desenvolvimento, procurou fazer sentir, sem dramatismos, nos foros internacionais, sua inconformidade em que medidas, destinadas a combater situações causadas por desequilíbrios para os quais não contribuiu, pudessem repercutir negativamente sobre seus esforços de desenvolvimento. Esta posição de princípio decorre do fato de que a comunidade internacional já reconheceu, ao aprovar a Resolução 2626 (XXV) da Assembléia-Geral das Nações Unidas (II Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento), certas metas como contribuição internacional aos esforços nacionais de desenvolvimento e mesmo estas, que ficaram bem aquém do mínimo desejável pelo mundo subdesenvolvido, ainda não foram cumpridas.

A ação do Itamaraty baseou-se, pois, globalmente, no conceito de que cabe à comunidade internacional — e fundamentalmente aos países desenvolvidos, sejam eles de economia de mercado ou socialistas — despender esforços para não entravar o processo de desenvolvimento dos países em desenvolvimento; a estes cabe, como sempre defendeu o Brasil, a parcela maior, pois o desenvolvimento é resultado do esforço nacional de cada um: mas cabe a todos a responsabilidade de não criar entraves externos a esses esforços.

Apesar de uma conjuntura internacional não de todo despida de conotações e protecionismos sombrios, os resultados obtidos não deixaram de corresponder às expectativas. O Brasil se fez presente a todos os conclaves onde se trataram assuntos de seu interesse. As representações brasileiras, devidamente instruídas, cumpriram os mandatos que receberam. Nos foros econômicos, agiu o Brasil, em primeiro lugar, em coordenação com as nações irmãs da América Latina, e, obtidas posições comuns latino-americanas, com o conjunto dos países em desenvolvimento, com quem partilhamos aspirações e problemas comuns. Em 1971, aliás, realizou-se em Lima, Peru, a II Reunião Ministerial do Grupo dos "77", onde estão congregados todos os países em desenvolvimento (hoje, cerca de 96) e que, a cada quatro anos, se reúnem para fixar metas comuns com vistas às sessões

quadrienais da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, cuja III Sessão será realizada em Santiago, em abril/maio de 1972, marcando novo encontro entre países em desenvolvimento, de um lado, e os desenvolvidos de outro.

POLÍTICA COMERCIAL

O Setor Competente, ao longo de 1971, desenvolveu ação bilateral e multilateral, em coordenação com outros órgãos da Administração, no sentido da formulação e execução da política comercial externa brasileira. Em geral, foi dada especial ênfase à necessidade de revisão das regras do comércio internacional, de modo a que os países em desenvolvimento possam vir a ter mais justa e equitativa participação nas transações econômicas internacionais. Em particular, emprestou-se maior importância às atividades ligadas à expansão das exportações de manufaturados bem como ao setor da ciência e tecnologia.

Nesse contexto, as principais atividades se relacionaram com os seguintes campos: (1) relações Brasil—Comunidade Econômica Européia; (2) relações América Latina—CEE; (3) Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD); (4) esquema geral de preferências tarifárias; (5) ciência e tecnologia; (6) Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO); (7) Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC); (8) Comissão Econômica para a América Latina das Nações Unidas; (9) Acordo Geral sobre Comércio e Tarifas Aduaneiras (GATT); e (10) Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES), da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Considerando a importância de suas relações mútuas, em maio de 1971, o Brasil apresentou às Comunidades Européias proposta para a abertura de negociações com vistas à conclusão de um acordo bilateral.

Em outubro iniciaram-se as conversações exploratórias, visando a determinar os problemas específicos que entravam o desenvolvimento das trocas comerciais entre ambas as partes e precisar as medidas que, no âmbito de um acordo futuro, permitirão ao Brasil uma participação adequada no mercado de uma Comunidade Européia ampliada pela próxima adesão da Grã-Bretanha, Noruega, Dinamarca e Irlanda.

Em setembro de 1971, a convite do Governo brasileiro, esteve em visita ao Brasil, o Professor Ralph Dahrendorf, membro da Comissão das Comunidades Européias responsável pelas Relações Exteriores, onde discutiu com as autoridades brasileiras possíveis campos de cooperação entre o Brasil e as Comunidades.

Em 18 de junho de 1971, realizou-se, em Bruxelas, reunião entre Embaixadores latino-americanos e representantes das Comunidades Européias, durante a qual foi estabelecido um mecanismo de diálogo entre os dois grupos. O diálogo tem por objetivo a criação de um sistema de cooperação que favoreça o desenvolvimento das relações políticas, comerciais e financeiras entre a América Latina e as Comunidades Européias. Neste sentido, em dezembro, representantes de ambos os grupos voltaram a reunir-se em Bruxelas a fim de determinar os tópicos que deverão receber atenção prioritária em suas futuras reuniões.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO

O Setor Competente ocupou-se, durante 1971, de várias reuniões internacionais de preparação para a III UNCTAD, a saber: 1) — a

IX reunião da Comissão Especial de Coordenação Latino-americana (CECLA), realizada em Brasília de 2 a 9 de fevereiro; 2) — a X reunião da CECLA, realizada em Bogotá, de 2 a 7 de agosto; 3) — a XI sessão da Junta de Comércio e Desenvolvimento da UNCTAD, realizada em Genebra de 26 de agosto a 17 de setembro; 4) — a XII reunião da CECLA, realizada em Lima de 18 a 22 de outubro; 5) — a II Reunião Ministerial dos 77, realizada em Lima de 25 de outubro a 8 de novembro; e 6) — as reuniões da II Comissão da Assembléia Geral das Nações Unidas, em novembro-dezembro.

Ao longo dessas reuniões, formularam-se a posição latino-americana e a posição dos 77 para a III UNCTAD, elaborou-se a agenda provisória a ser examinada naquela Conferência, e marcou-se a realização da mesma para o período de 11 de abril a 19 de maio de 1972, em Santiago, Chile.

Em toda essa fase preparatória da III Conferência, as delegações do Brasil participaram ativamente, colaborando nos vários campos de competência da UNCTAD, no sentido de dar cada vez maior objetividade à longa tarefa de reformulação das estruturas que regem o comércio internacional dos países em desenvolvimento. Além de sua atuação nos campos substantivos, destacou-se o Brasil no campo institucional, ao propor a transformação da UNCTAD em uma Organização Internacional para o Comércio e Desenvolvimento (OICD), ampliação atualmente indispensável à negociação e implementação de medidas adicionais no âmbito de sua competência.

SISTEMA GERAL DE PREFERÊNCIAS

As realizações no âmbito do Sistema Geral de Preferências foram da maior importância durante o ano de 1971. Em 1.° de julho, a Comunidade Econômica Européia colocou em vigor sua oferta de preferências tarifárias gerais em favor dos países em desenvolvimento. O segundo país a fazê-lo foi o Japão, em 1.° de agosto. A Noruega iniciou a implementação do esquema em

1.º de outubro. A maioria dos demais países outorgantes — Reino Unido, Hungria, Suécia, Dinamarca, e Finlândia — providenciaram a necessária ratificação parlamentar, ou de outra índole, de suas respectivas ofertas para iniciarem a implementação do sistema a partir de 1.º de janeiro de 1972. Para facilitar o pleno aproveitamento do Sistema Geral de Preferências por parte dos exportadores brasileiros, foram providenciadas, em tempo hábil, a divulgação, explicação e, em certos casos, a tradução, dos textos das várias ofertas, bem como foram encaminhadas às autoridades aduaneiras dos países outorgantes os álbuns contendo os fac-símiles dos carimbos e assinaturas dos funcionários da CACEX autorizados a autenticar os certificados de origem para os produtos brasileiros beneficiados pelo sistema.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

As atividades relativas à ciência e tecnologia distribuiram-se por vários foros. Na UNIDO, a matéria recebeu grande destaque entre os princípios norteadores da estratégia daquela Organização, recomendados pela Conferência Especial e aprovados pela XXVI Assembléia Geral.

Na UNCTAD, o Grupo Intergovernamental sobre Transferências de Tecnologia, em sua primeira sessão, aprovou seu programa de trabalho, nele incluindo quase todas as reivindicações dos países em desenvolvimento.

Na XII CECLA e na II Reunião Ministerial dos 77, foram aprovadas todas as propostas brasileiras sobre a matéria. A parte pertinente do documento aprovado pelos países em desenvolvimento em Lima constitui grande evolução em relação às posições anteriores.

A XXVI Assembléia Geral aprovou, no item referente a UNCTAD, resolução sobre transferência de tecnologia de autoria e iniciativa do Brasil. O tema foi assim o único, dentro de toda a temática da UNCTAD, a merecer este ano resolução independente.

Na Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), foi aprovada unanimemente a proposta brasileira de estudos sobre um sistema de rodadas multilaterais de negociações sobre tecnologia. Essa proposta brasileira, também endossada pela XII CECLA e pela II Reunião Ministerial dos 77, poderá ter grande impacto na transformação das condições em que se processa a transferência de tecnologia para os países em desenvolvimento.

Finalmente, o Itamaraty participou do Grupo de Trabalho interministerial, criado para sugerir medidas concretas para a implementação das políticas científica e tecnológica.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

Realizou-se, em Viena, no período entre 1 a 8 de junho de 1971, a Conferência Especial Internacional da UNIDO (Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial), com o objetivo de traçar os ramos futuros da assistência técnica das Nações Unidas no campo industrial, à luz dos compromissos contidos na estratégia da II Década do Desenvolvimento, e especificamente, elaborar as bases da estratégia para as atividades de longo prazo daquela organização.

A Conferência Especial foi precedida de longa fase preparatória que compreendeu atividades do Secretariado da UNIDO e do Comitê consultivo da Conferência, bem como reuniões em âmbito regional aos países membros, das quais resultaram documentos de posição comum.

No caso do Grupo dos 77, os pontos constantes desses documentos foram considerados pelo Comitê Permanente daquele Grupo em Viena, com a ativa participação do Brasil, durante o período que se estendeu de janeiro de 1971 até às vésperas da Conferência, e que culminou com a aprovação de um documento básico de posição dos países em desenvolvimento.

O projeto de resolução aprovado por unanimidade pela Conferência compreende 3 partes: 1) princípios que devem reger a

elaboração da estratégia; 2) estrutura organizacional da UNIDO e 3) financiamento das atividades da UNIDO. As pretensões dos 77, consubstanciadas no documento básico acima referido, foram plenamente atendidas, e até reforçadas, no que se refere aos princípios orientadores da estratégia e essencialmente atendidas na parte organizacional e na parte do financiamento.

Durante os trabalhos da II Comissão da Assembléia Geral das Nações Unidas e, posteriormente, na própria Assembléia Geral, a resolução adotada pela Conferência Especial foi aprovada por unanimidade, inclusive no que se refere à constituição de Grupo de Peritos de alto nível que se encarregará da elaboração da estratégia de longo prazo das atividades da UNIDO.

CONSELHO ECONÔMICO E SOCIAL DAS NAÇÕES UNIDAS

De 5 a 30 de julho de 1971, realizou-se, em Genebra, a 51.ª Sessão do ECOSOC, cujo principal resultado foi a aprovação de um "package" que recomenda à XXV Assembléia Geral adotar as medidas necessárias para reformar a Carta das Nações Unidas, a fim de que se aumente de 27 para 54 o número de membros do ECOSOC; decide estabelecer um comitê permanente do Conselho para tratar de ciência e tecnologia, e cria um comitê para ajudar a Assembléia Geral na revisão e avaliação global da Estratégia para a II Década de Desenvolvimento das Nações Unidas. O Brasil votou contra o "package", entre outras razões, por considerar que cada assunto deveria ser considerado separadamente, em seus méritos próprios, e por ser contrário à criação dos dois referidos comitês no âmbito do ECOSOC.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA

De 27 de abril a 8 de maio de 1971, realizou-se, em Santiago do Chile, o XIV período de Sessões da CEPAL. A principal finalidade da reunião foi a de estruturar a CEPAL para exercer, de

acordo com o recomendado nas Resoluções 2626 (XXV) e 2687 (XXV) da Assembléia Geral, suas novas funções de organismo responsável pela implementação da Estratégia para a II Década de Desenvolvimento das Nações Unidas no âmbito da América Latina. Com esse objetivo, a XIV reunião da CEPAL criou o Comitê de Peritos Governamentais de alto nível, a ser convocado oportunamente. A reunião da CEPAL também elegeu os 10 novos membros do Conselho Diretor do ILPES, entre os quais o candidato do Brasil, Ministro João Paulo dos Reis Velloso.

ACORDO GERAL SOBRE COMÉRCIO E TARIFAS ADUANEIRAS

No decorrer de 1971, além da realização da XXVII Sessão das Partes Contratantes do Acordo Geral sobre Comércio e Tarifas Aduaneiras (GATT), as principais atividades desse organismo se concentraram: 1) nas negociações comerciais entre países em desenvolvimento; 2) na aprovação do "waiver" para o esquema geral de preferências; 3) no Relatório do Grupo dos Três; e 4) na sobretaxa norte-americana.

Durante a XXVII Sessão, as Partes Contratantes do GATT aprovaram decisão concedendo a dezesseis países em desenvolvimento — Brasil, Chile, Coréia, Egito, Espanha, Filipinas, Grécia, Índia, Israel, Iugoslávia, México, Paquistão, Peru, Turquia, Tunísia e Uruguai — o direito de se outorgarem concessões tarifárais e não-tarifárias. Esses dezesseis países, em agosto de 1971, concluíram entendimentos compreendendo um conjunto de ofertas de 490 produtos, representando um volume de comércio de aproximadamente US$ 550 milhões. O Brasil contribuiu com doze produtos para esse total. Espera-se que ao longo de 1972 aumente o número de países em desenvolvimento participantes, bem como o volume de ofertas e haja também concessões no campo não-tarifário.

Em junho de 1971, foi aprovado o "waiver" para o esquema geral de preferências outorgadas pelos países desenvolvidos aos países em desenvolvimento, o que à luz do Acordo Geral deu cunho legal à implementação do esquema preferencial.

Numa tentativa de resumir os levantamentos feitos pelos diversos comitês do GATT — especialmente os Comitês de Agricultura e o de Produtos Industriais — no campo das barreiras ao comércio dos países em desenvolvimento, bem como a fim de fazer recomendações e propor medidas para a remoção e eliminação dessas barreiras, estabeleceu-se na XVII reunião do Comitê de Comércio e Desenvolvimento o chamado Grupo dos Três, composto pelos presidentes desse último comitê, das Partes Contratantes e do Conselho. O Grupo dos Três consubstanciou suas atividades em um relatório que apresenta as principais barreiras comerciais aplicadas por Austrália, Áustria, Bélgica, Holanda, Luxemburgo, Canadá, Dinamarca, Comunidade Econômica Européia, República Federal da Alemanha, França, Itália, Japão, Noruega, Suécia, Suíça, Reino Unido e Estados Unidos da América.

Em sua XXVII Sessão, as Partes Contratantes do GATT decidiram pela continuidade dos trabalhos do Grupo dos Três e solicitaram aos países arrolados no respectivo relatório que levantassem as barreiras que aplicam em detrimento do comércio dos países em desenvolvimento.

Quanto à sobretaxa norte-americana, criou-se no GATT um Grupo de Trabalho que, ao condenar aquela medida discriminatória, recomendou que os Estados Unidos da América promovessem a sua imediata retirada para os produtos originários dos países em desenvolvimento. Na XXVII Sessão das Partes Contratantes, os Estados Unidos da América foram vigorosamente condenados por suas medidas protecionistas.

Finalmente, vale mencionar no contexto das atividades do GATT um ponto de interesse específico do Brasil: a concessão do "waiver" durante a XXVII Sessão das Partes Contratantes para a recomposição da Lista III — Brasil no GATT, o que, em termos práticos, implica dispor o Brasil do prazo de um ano para negociar com os três membros com os quais não têm entendimento formal — CEE, Japão e Reino Unido — o fechamento da Lista III.

COMISSÃO ESPECIAL DE CONSULTA E NEGOCIAÇÃO DO CONSELHO INTERAMERICANO ECONÔMICO E SOCIAL

De 15 a 28 de março de 1971, em Punta del Este, teve lugar a II Reunião Ordinária da Comissão Especial de Consulta e Negociação (CECON) do Conselho Interamericano Econômico e Social. A principal tarefa da reunião consistiu em avaliar as atividades do Grupo **ad hoc** de Comércio sobre Barreiras Tarifárias e Não-Tarifárias.

Em março, também sob a égide da CECON, realizou-se em Washington reunião de consulta sobre calçados a fim de apreciar relatório norte-americano sobre os problemas relacionados com a importação de calçados pelos Estados Unidos.

Em setembro, teve lugar no Panamá a 5.ª Reunião do Grupo **ad hoc** de Comércio durante a qual foram examinados problemas relacionados com o comércio interamericano, sobretudo à luz das medidas adotadas pelo Executivo norte-americano a 15 de agosto.

PRDUTOS DE BASE

Pesca

Em decorrência da promulgação do Decreto n.° 68.459, de 1.° de abril de 1971, que regulamenta a pesca no mar territorial brasileiro, o Ministério das Relações Exteriores reuniu um grupo de trabalho, composto ainda de representante dos Ministérios da Marinha e Agricultura (SUDEPE), com o objetivo de preparar as diretrizes para a negociação de acordos de pesca, conforme disposto no Artigo 20 do referido Decreto.

Aprovadas as diretrizes por Sua Excelência o Senhor Presidente da República, o grupo interministerial, investido da qualidade de delegação brasileira, deu início às conversações com os países interessados em negociar acordos de pesca, tendo rece-

bido sucessivamente em Brasília delegações da França, Trinidad e Tobago, Países-Baixos (Suriname), Guiana e Estados Unidos da América. As conversações com os mencionados países foram, no seu conjunto, de natureza exploratória, tendo as partes trocado informações sobre as respectivas posições e examinado a possibilidade de concluirem acordos para a pesca do camarão no Norte do Brasil. Com todas as delegações, o Brasil assinou atas de entendimentos, nas quais constam indicações dos assuntos tratados e das perspectivas para o prosseguimento das negociações em 1972.

Dado o interesse de Trinidad e Tobago e Países-Baixos (Suriname), as conversações com esses dois países orientaram-se no sentido da elaboração de textos de acordos provisórios, que lhes permitissem a pesca do camarão ainda no final da safra de 1971. Tendo os Governos aprovado os respectivos textos, foram concluídos, a 4 e 19 de agosto, acordos provisórios com Trinidad e Tobago e Países-Baixos, havendo a vigência de ambos expirado a 31 de outubro de 1971.

Açúcar

Como grande exportador de açúcar e interessado direto na melhoria das condições do mercado internacional do produto e no incremento de suas exportações, o Brasil continuou, em 1971, a prestigiar o Acordo Internacional do Açúcar, dando-lhe contribuição para o seu fortalecimento e participando das reuniões do Conselho e dos demais Comitês.

A exemplo de 1970, o Brasil foi reeleito, em 1971, membro de todos os Comitês da Organização Internacional do Açúcar, excetuando-se apenas o de Consumo de Açúcar.

Ademais, 1971 foi o ano da renovação do "Sugar Act", instrumento que regula, entre outras coisas, o mercado importador norte-americano de açúcar. A quota brasileira foi reduzida em pequena quantidade, ficando nossa posição naquele mercado praticamente inalterada.

No mercado livre, a quota básica de exportação brasileira, para 1971, foi fixada pela OIA em 500 mil toneladas. Além dessa quantidade, o Brasil recebeu autorização do Comitê Executivo, sob a forma de redistribuição de "shortfalls", de exportar mais 64.000 toneladas.

As exportações brasileiras para os Estados Unidos, em 1971, continuaram em um nível bastante satisfatório (556.637 toneladas métricas), embora tenha exportado perto de 20.000 toneladas menos que em 1970. Entretanto, devido ao aumento das cotações do açúcar naquele mercado, conseguiu o Brasil com essas exportações auferir em divisas US$ 89.638.197,00, ou seja, mais US$ 2,8 milhões do que em 1970.

Para o mercado livre, o Brasil exportou, em 1971, a cifra recorde de 561.249 toneladas, correspondentes a US$ 61.391.002,50, ultrapassando em US$ 22 milhões a cifra correspondente a 1970.

Trigo

Em 1971, a política tritícola internacional do Brasil foi particularmente influenciada pelo substancial crescimento da produção interna, com uma safra brasileira comercializada de cerca de 1.500.000 toneladas.

No quadro internacional verificou-se a ausência dos tradicionais fornecimentos argentinos, não só em virtude da falta de disponibilidade de trigo argentino para exportação, mas também pela denúncia, por aquele país, da cláusula de preços do acordo de trigo Brasil—Argentina. Apenas em outubro, após um ano de negociações, foi possível um entendimento, celebrando-se novo acordo, a vigorar a partir de 1972, o que permitiu a efetivação, ainda em 1971, de uma transação isolada.

Em 1971, os Estados Unidos figuraram como grande fornecedor de trigo ao Brasil em termos estritamente comerciais. Não houve novo acordo para transações concessionais.

Do Canadá, em termos concessionais, foram adquiridas 300 mil toneladas.

O Governo brasileiro efetuou compras de trigo ao Uruguai, com vistas ao estreitamento do intercâmbio entre os dois países.

Na área multilateral participou o Brasil da Conferência da UNCTAD na qual se negociou novo Acordo Internacional do Trigo, concluindo-se um instrumento de natureza provisória, administrativa, até que se torne possível a negociação de cláusulas econômicas. Dada a natureza do acordo foi possível ao Brasil voltar a integrar-se entre os países-membros.

Algodão

Em 1971, realizou-se a XXX Sessão Plenária do Comitê Consultivo Internacional do Algodão, na qual se discutiram, em pormenor, os problemas da conjuntura internacional do produto, diagnosticando-se um desequilíbrio entre a oferta e a procura, com níveis inadequados de estoques e o fortalecimento de uma tendência altista dos preços.

À luz desses resultados, a delegação brasileira indicou a intenção das autoridades do país de fomentarem o plantio do algodão, o que ocorreu através de substancial elevação do preço mínimo de apoio ao produtor.

De resto, o Brasil, pela sua atuação no Instituto Internacional do Algodão, participou dos esforços para aumentar a pesquisa e promoção do algodão nos principais mercados consumidores dos países desenvolvidos da Europa Ocidental e Japão.

Sisal

No ano de 1971, procurou o Brasil revigorar o acordo informal de produtores de fibras duras, de maneira a melhor servir aos interesses dos produtores e exportadores brasileiros. Foi possível, apesar da forte oposição de alguns países competidores, assegurar para o Brasil uma quota de exportação razoável, de 155.000 toneladas métricas para 1971, mantendo, ao mesmo tempo, diferenciais de preços que preservam a competitividade do produto brasileiro frente ao africano.

Petróleo

No setor do petróleo, prosseguiram, em 1971, os esforços empreendidos pelo Itamaraty, em coordenação com outros órgãos federais, no sentido de fortalecer o poder de negociação da PETROBRÁS através do exame de possíveis acordos de compra com as companhias estatais existentes em alguns países produtores. Considerando que esses acordos poderiam ser também veículo para a maior penetração de produtos brasileiros nesses países — que se caracterizam por alta renda, grande volume de importação, e comércio reduzido com o Brasil — foi enviada uma missão brasileira, composta de representantes da PETROBRÁS, do Banco Central, da CACEX e do Itamaraty, à Venezuela, Trinidad e Tobago, Argélia, Líbia, Arábia Saudita, ao Irã e à então República Árabe Unida, com o objetivo de manter entendimentos com as empresas petrolíferas estatais daqueles países para a aquisição de petróleo cru e celebrar eventuais acordos comerciais bilaterais que assegurem maior venda de produtos brasileiros nos respectivos mercados.

Em 11 de maio de 1971, foi assinado pelo Embaixador do Brasil em Bagdá e pelo Plenipotenciário do Governo do Iraque um Acordo sobre Comércio e Cooperação, negociado entre os dois países a 15 de dezembro de 1970. Pelo acordo, o Brasil se compromete a comprar petróleo do Iraque, cujo Governo assume a obrigação de facilitar a colocação em seu mercado de produtos brasileiros em valor correspondente à quantidade de petróleo adquirido.

Minério de ferro

Dando prosseguimento à política de aproximação com países produtores de minério de ferro, 2.° produto na pauta brasileira de exportações, o Brasil se fez presente na IV Consulta Informal de Produtores, realizada em Genebra, em junho-julho de 1971. Designado na ocasião coordenador da próxima Consulta, o Brasil promoveu em Lima, durante a Reunião dos 77, um encontro informal entre os países-membros das Consultas Informais de Minério de Ferro para determinar os procedimentos em relação à V Consulta e à II Reunião **Ad Hoc** da UNCTAD

entre produtores e consumidores, ambas previstas para fevereiro de 1972.

Café

O ano de 1971 foi marcado por desenvolvimentos significativos no mercado cafeeiro internacional.

A conjuntura, no início do ano, era totalmente insatisfatória como conseqüência ainda das quotas fixadas pelo Conselho Internacional do Café para o ano-cafeeiro de 1970/71. Impossibilitados de fazer valer, no Conselho, que se reuniu em sessão de emergência em fevereiro, os pontos comuns que haviam acordado em reunião realizada no Rio de Janeiro, os produtores foram forçados a adequar suas políticas à situação então existente, o que permitiu certos reajustamentos.

Posteriormente, ao se aproximar a data da sessão anual de verão (agosto) do Conselho, com ameaça adicional de greve portuária, depois concretizada nos Estados Unidos da América, foi possível negociar, para o ano-cafeeiro em curso (1971/72), uma quota global mais ou menos ajustada à demanda (47 milhões de sacas) e mecanismos de defesa de preço satisfatórios.

A crise monetária internacional, que repercutiu sobre todos os mercados de produtos de base, não deixou de ter seus efeitos sobre o mercado cafeeiro, muito embora o comportamento no último trimestre do ano civil (primeiro do ano-cafeeiro) haja sido satisfatório, para o que não deixou de contribuir a situação portuária nos Estados Unidos da América, já que os estivadores haviam voltado ao trabalho apenas como conseqüência da aplicação compulsória dos dispositivos da Lei Taft-Hardley.

Do ponto de vista brasileiro, é inegável que o comportamento do setor, no plano externo, manteve os altos índices de anos anteriores: o Brasil, como é natural, exerce marcada liderança no setor cafeeiro internacional e as atitudes e posições positivas, que firmemente vem defendendo, não deixarão de contribuir para um encaminhamento racional e realista do problema da renegociação do Convênio Internacional do Café, processo que, em princípio, deverá estar concluído em 1972.

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TRANSPORTES MARÍTIMOS

Relações Multilaterais

De 15 a 26 de fevereiro de 1971, realizou-se, em Genebra, a II Sessão do Grupo de Trabalho sobre Legislação Marítima da UNCTAD. A Sessão foi inteiramnete dedicada aos conhecimentos de carga, seus efeitos nas práticas comerciais internacionais e suas implicações negativas nas economias dos países em desenvolvimento. Na ocasião foi aprovada, por unanimidade, Resolução que, por intermédio de trabalhos presentemente a cargo da UNCITRAL, amplia a responsabilidade do armador sobre a carga por ele transportada, resguardando, desta forma, os interesses das nações predominantemente usuárias (e o Brasil é uma delas) dos serviços marítimos.

Na V Sessão do Comitê de Transportes Marítimos da UNCTAD, realizada de 22 de março a 2 de abril de 1971, tratou-se, pela primeira vez, de problemas relacionados com o transporte intermodal, assunto até então afeto à IMCO/ECE; mais especificamente, um projeto de Convenção sobre o assunto, a ser negociado e firmado em Conferência prevista para novembro de 1972, foi violentamente atacado em sua forma atual, pelos prejuízos para os países em desenvolvimento. O CTM conseguiu

deslocar o assunto para seu próprio âmbito e para o do ECOSOC. Coube ao Brasil, mais uma vez, tomar a iniciativa de sensibilizar os "77" para o tema (que está longe de representar uma prioridade para a maioria dos países em desenvolvimento). O MRE criou um Grupo de Trabalho Interministerial constituído de representantes do Ministério dos Transportes — SUNAMAM, GEIPOT, DNER, DNEF, RFFSA, DNPVN, da Diretoria de Portos e Costas, da CERNAI, do Ministério da Indústria e do Comércio, da CACEX, do Banco Central, do Instituto de Resseguros do Brasil, VARIG e Cruzeiro do Sul para preparar a posição do Brasil com vistas à Conferência sobre Containers, a realizar-se em Genebra, em novembro de 1972.

No âmbito da Organização Marítima Consultiva Intergovernamental (IMCO), o MRE tem atuado em coordenação com a Diretoria de Portos e Costas do Ministério da Marinha e com a SUNAMAM do Ministério dos Transportes a fim de acompanhar os estudos e recomendações daquele organismo técnico especializado das Nações Unidas e de apresentar ao mesmo sugestões. No decorrer de 1971, o Brasil participou das reuniões do Conselho, do Comitê Jurídico e do Grupo de Trabalho sobre Cooperação Técnica da IMCO e se fez representar por observadores nas reuniões do Comitê de Segurança Marítima e do Grupo de Trabalho sobre Facilitação. Além disso, o Brasil participou de algumas reuniões do Grupo IMCO/ECE sobre Transporte Intermodal, destinado a preparar o projeto de Convenção sobre Transporte Intermodal, a ser submetido à Conferência ONU/IMCO sobre Containers.

Na VII Sessão da Assembléia Geral da IMCO, realizada em Londres, de 5 a 15 de outubro de 1971, o Brasil foi reeleito, pelo terceiro período consecutivo, para uma vaga na Categoria C do Conselho, relativa ao biênio 1971/1973. Foram tratados assuntos técnicos de interesse prioritário dos Ministérios da Marinha (Diretoria de Portos e Costas) e Transportes (SUNAMAM). O único tema com conotações de ordem político-econômicas, o do transporte intermodal, não apresentou modificações substantivas no quadro geral.

De 29 de novembro a 18 de dezembro, o Brasil participou, em Bruxelas, de Conferência para o Estabelecimento de um Fundo de Compensação para Danos de Poluição do Mar por Óleo. A Convenção sobre o Fundo de Compensação surgiu em decorrência de Resolução aprovada na Conferência Internacional Legal sobre Danos causados pela Poluição do Mar por Óleo (Bruxelas, 1969), que solicitou à IMCO a elaboração de um projeto de esquema de compensação, baseado na existência de um Fundo Internacional que aliviasse o proprietário do navio do ônus financeiro adicional imposto pela Convenção sobre Responsabilidade Civil em Danos de Poluição do Mar. O Brasil assinou essas duas Convenções, mas está ainda estudando a conveniência ou não de ratificá-las.

De 29 de novembro a 2 de dezembro, foi também negociada, em Bruxelas, com a participação do Brasil, uma Convenção Relativa à Responsabilidade Civil no campo do Transporte Marítimo de Materiais Nucleares, com a finalidade de solucionar problemas decorrentes da aplicação simultânea de algumas convenções marítimas, relacionadas com a responsabilidade do armador, e outras convenções relativas à responsabilidade de terceiras partes em danos nucleares.

Relações Bilaterais

No campo bilateral, o Governo brasileiro mantém sua política de realizar o maior número possível de acordos diretos, em nível de Governo e em nível empresarial, com países de grande participação no nosso intercâmbio e transporte comercial. Em 1971, o Brasil manteve conversações com os seguintes países:

1) Noruega — Estabelecimento de Mecanismo de Consulta. (abril de 1971). Representa uma grande conquista, pois trata-se da primeira grande potência, de tradições marítimas inteiramente antagônicas às do Brasil, a concluir com nosso país um ajuste que estabelece um vínculo claramente bilateral, em matéria até então considerada como impossível de ser bilaterali-

zada (liberdade dos mares, etc.). Tornou-se possível pela concessão de uma segunda freqüência à SAS, pelas autoridades aeronáuticas, a pedido do Itamaraty. Suécia e Dinamarca, igualmente se comprometeram a concluir semelhante ajuste. No âmbito do Mecanismo de Consulta foram realizadas, em setembro de 1971, em Brasília, negociações bilaterais com a Noruega. Solicitada pelos noruegueses, essa primeira reunião de consulta se limitou às queixas norueguesas relativas à sua participação decrescente como terceira bandeira no tráfego Brasil—EUA. O lado brasileiro apenas tomou conhecimento dos problemas relatados, prometendo boa vontade em ajustes empresariais futuros;

2) Suécia — Em setembro de 1971, foi concluído, por troca de notas, em cerimônia presidida pelo Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, o Mecanismo de Consulta sobre Transportes Marítimos entre o Brasil e a Suécia;

3) Argentina — Em novembro de 1971, foi concluído o Mecanismo de Consulta com a Argentina, realizado em Buenos Aires durante negociações globais de transportes entre os dois países. Importante pela lacuna existente, uma vez que o Brasil já concluíra até então uma série de Mecanismos de Consulta com países latino-americanos (Peru, Venezuela e Bolívia).

TRANSPORTES AÉREOS

Conferência diplomática para revisão da Convenção de Varsóvia, realizada na Guatemala, de 9 de fevereiro a 8 de março. Assinou-se o Protocolo da Guatemala, que emenda a Convenção de Varsóvia, de 1929, emendada pelo Protocolo da Haia de 1955, relativa à responsabilidade civil no transporte aéreo.

XVII Assembléia Extraordinária da Organização de Aviação Civil Internacional, reunida em Nova York nos dias 11 e 12 de março. Assinou-se o Protocolo de Emenda ao artigo 50 da Convenção de Chicago, que amplia de 27 para 30 o número de membros do Conselho de Administração da OACI.

Reunião de Consulta Brasil—Países Baixos, celebrada no Rio de Janeiro no período de 22 a 26 de março. Concedeu-se à KLM, que solicitava a 2.ª freqüência, um sobrevôo adicional do território brasileiro, com direito a escala técnica no Rio ou São Paulo.

XVIII Assembléia Ordinária da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), Viena, julho de 1971. O Brasil foi reeleito para o Conselho de Administração da Organização, na 1.ª Categoria, com uma certa dificuldade em virtude da candidatura da URSS.

Conversações aeronáuticas Brasil—Equador, realizadas, em Quito, no período de 7 a 17 de julho. Início de negociação para a celebração de acordo aéreo entre os dois países.

Conferência Diplomática, convocada pela OACI em que foi adotada uma Convenção para a Repressão aos Atos Ilícitos contra a Segurança da Aviação Civil, Montreal, de 8 a 23 de setembro de 1971.

Reunião de Consulta aeronáutica Brasil—Portugal, realizada no Rio de Janeiro no período de 13 a 15 de setembro. Obteve-se a modificação do Quadro de Rotas brasileiro, bem como o compromisso das autoridades aeronáuticas portuguesas de autorizar inclusão nesse Quadro de escala em Luanda, com plenos direitos comerciais.

Conversações Informais Brasil—Peru, realizadas em Lima no período de 14 a 19 de setembro. Discussão do problema de taxas aeroportuárias cobradas indevidamente à VARIG. Criação de uma comissão peruana encarregada de encontrar solução definitiva para o assunto.

Reunião de Consulta aeronáutica Brasil—Chile, realizada no Rio de Janeiro no período de 7 a 9 de dezembro. Concessão provisória (1 ano) de direitos comerciais à LAN-Chile no Brasil, na rota Santiago—Buenos Aires e Europa e balizamento de dois pontos na Europa para a empresa chilena. Obteve-se o equilí-

brio entre os quadros de rotas dos dois países com o balizamento do Quadro "B" brasileiro, que inclui direitos de tráfego além-Chile, para Taiti e Austrália e/ou Japão.

TRANSPORTES TERRESTRES

1. Reunião de Consulta Brasil—Paraguai, Brasília, 10 e 11 de agosto de 1971. Foram resolvidos vários problemas existentes no tráfego bilateral entre os dois países, tais como habilitação de empresas, cobrança de taxas, etc.

2. Reunião de Consulta com o Paraguai, Assunção, 25 e 26 de novembro de 1971, que representou a continuação da Reunião de Brasília.

3. Reunião de Consulta com a Argentina, Buenos Aires, de 29 de novembro a 3 de dezembro de 1971, em que foram solucionados problemas existentes no tráfego bilateral e assinados dois Convênios: Convênio sobre Transporte Internacional Fluvial Transversal Fronteiriço de Passageiros, Veículos e Consulta sobre Transportes Marítimos.

TELECOMUNICAÇÕES

a) III Conferência Plenipotenciária do INTELSAT, Washington, de 14 de abril a 21 de maio de 1971. Foram assinados dois Acordos: Acordo que estabelece a Organização Internacional de Telecomunicações Comerciais por Satélite INTELSAT e o Acordo Operacional;

b) I Conferência Interamericana de Telecomunicações CITEL, Caracas, setembro de 1971.

POLÍTICA FINANCEIRA

RELAÇÕES BILATERAIS

Assistência Financeira da Alemanha ao Brasil
Cooperação com o MINIPLAN

O Itamaraty, em colaboração com o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, empreendeu gestões junto às autoridades competentes alemãs, no sentido do estabelecimento de diretrizes racionais e objetivas para a cooperação financeira a projetos brasileiros, o que, até então, se fazia de maneira empírica e arbitrária.

Com esse objetivo, foram mantidos, no mês de maio, em Bonn, entendimentos entre autoridades brasileiras e alemãs. Durante aqueles encontros foram traçadas as linhas gerais do mecanismo destinado a indicar, anualmente, quais os projetos a serem financiados prioritariamente.

Esse mecanismo visa sobretudo a evitar que, como freqüentemente ocorria, pedidos de financiamento para projetos considerados não prioritários tramitassem junto às autoridades alemãs, em detrimento de outros julgados de maior importância para o Governo brasileiro.

Atualmente, dentro de esquema estabelecido, o Itamaraty deverá transmitir ao Governo alemão, no fim de cada ano, uma lista de projetos para os quais o Governo brasileiro espera obter financiamento alemão no ano seguinte.

A partir dessa etapa, seguir-se-ão os entendimentos, no sentido da organização sistemática de uma "lista comum de projetos prioritários".

Cooperação Financeira com o Japão

Foram mantidos entendimentos com o Ministro João Paulo dos Reis Velloso, do Planejamento, sobre o estabelecimento de um programa anual de assistência financeira do Japão ao Brasil, nos moldes daquele que se contempla entre o Brasil e a Alemanha.

A assistência do Japão ao Brasil se tem processado de maneira bastante modesta e não corresponde ao nível do intercâmbio mútuo entre os dois países e à posição relativa do Brasil na América Latina. Nessas condições, o Setor Competente empreendeu linha de ação, no sentido de aproveitar a visita do Ministro Velloso a Tóquio, em janeiro de 1972, para encaminhar projeto sobre o assunto às autoridades japonesas.

Dentro dessa linha de conduta, por ocasião da III Reunião da Comissão Mista Brasil—Japão, foi apresentada, em nome da Delegação brasileira, proposta de acordo governamental.

Embora o Governo japonês não tivesse podido, em princípio, comprometer-se a negociar o acordo, manifestou-se interessado em receber, para exame, uma lista de projetos de financiamento.

Continua-se a gestionar para que tenham prosseguimento os entendimentos necessários, a fim de que as negociações cheguem a bom termo.

BID

Prestou-se colaboração às autoridades fazendárias, enviando-se representante junto à Delegação brasileira à Reunião da Comissão da Assembléia de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento, realizada em Caracas, em fevereiro de 1971, bem como à XII Reunião da Assembléia de Governadores daquele organismo, levada a efeito em Lima, no mês de maio do mesmo ano.

FMI-BIRD

A colaboração às autoridades fazendárias se fez sentir também no âmbito do FMI-BIRD, tendo desempenhado papel relevante como veiculador de informações valiosas ao longo de todo o desenvolvimento da crise monetária internacional.

SEGUROS

Tendo em vista recente determinação das autoridades securitárias brasileiras destinadas a fortalecer o mercado segurador nacional e resguardar os interesses comerciais brasileiros frente a pressões exercidas pelas grandes companhias internacionais, o MRE desenvolveu, durante o ano de 1971, profícua atividade de coordenação interna no sentido de exercer, no âmbito de foros internacionais, como a UNCTAD, uma política de liderança no seio dos países em desenvolvimento.

Nesse sentido, prosseguirá o Itamaraty os trabalhos até agora realizados, procurando promover uma cooperação mais estreita com os demais órgãos governamentais competentes, a fim de que seja assegurado o fiel cumprimento da Resolução n.º 3/71 do Conselho Nacional de Seguros Privados sobre seguro de transporte internacional de mercadorias importadas.

Acordos de Bitributação

Dando prosseguimento ao programa de negociações de acordos bilaterais de bitributação, iniciado em 1970, o Setor Competente, em colaboração com a Comissão de Estudos Tributários Internacionais, do Ministério da Fazenda, realizou as negociações que culminaram com a assinatura de acordos de bitributação com Portugal e França, além de obter a rubrica de um acordo de bitributação com a Bélgica.

Presentemente, encontram-se em andamento negociações de acordos semelhantes com a Holanda, Finlândia, Alemanha, Áustria e Espanha. Algumas dessas negociações encontram-se em estágio bastante avançado.

PROMOÇÃO COMERCIAL

PROMOÇÃO COMERCIAL

Na parte de formulação da política exterior, buscou-se, no setor de promoção comercial, o estabelecimento de objetivos, metas e diretrizes setoriais a serem perseguidos e observados, de forma a garantir uma ação adequada aos objetivos e diretrizes globais fixados pelo Governo brasileiro, especialmente no que diz respeito ao setor externo da economia brasileira. Procurou-se assim definir com clareza as responsabilidades adicionais da diplomacia brasileira, na atual fase da evolução histórica do Brasil, em que o desenvolvimento econômico constitui a grande meta nacional. Definida como tarefa indissociável das relevantes funções de política comercial, e como complemento necessário da negociação comercial, a promoção comercial é instrumento fundamental para que a política exterior contribua de forma direta e mensurável para o crescimento da economia nacional.

De acordo com esses conceitos, o objetivo básico estabelecido para a promoção comercial, e adaptado naturalmente às características peculiares de áreas, circunstâncias e setores específicos, consistiu na prestação de serviços eficientes de apoio externo à expansão das exportações brasileiras e ao aumento dos fluxos de turismo e de investimentos para o Brasil.

Para esse fim, cuidou-se:

a) no âmbito multilateral, em matéria de estabelecimento de programas de ação multinacionais de promoção comercial, com participação do Brasil, de formular bases de posição adequadas aos interesses permanentes do País, definidos em função dos objetivos de Governo, e considerados os aspectos relevantes da situação, do estágio de desenvolvimento e do comércio brasileiros;

b) em termos gerais, de concentrar a ação de promoção comercial no apoio às atividades de comercialização de produtos manufaturados e semimanufaturados;

c) no âmbito das relações bilaterais, de definir objetivos específicos, com vistas à identificação e aproveitamento crescentes das oportunidades de comércio nos mercados dos países com os quais o Brasil mantém relações. Acentue-se, no caso, o trabalho de promoção direta, de pesquisas de mercado, de divulgação de oportunidades comercias, e de apoio para utilização de facilidades especiais de acesso decorrentes de negociações que proporcionaram a redução ou remoção de obstáculos à importação (ALALC, Sistema Geral de Preferências, Comissões Mistas e acordos bilaterais de comércio).

Nesse contexto, a ação do Setor Competente na execução da política exterior traduziu-se em:

1) programação e execução, em 1971, das atividades de promoção comercial a cargo do Itamaraty, estabelecendo:

a) no âmbito nacional, entrosamento e coordenação com outros órgãos públicos competentes (Ministérios da Fazenda, Planejamento, Indústria e do Comércio, Transportes, Agricultura e Interior, Governos Estaduais, e, em especial, com a CACEX do Banco do Brasil), com entidades privadas (CNI, CNC, CNA, Federações, Associações e Sindicatos) e com empresas;

b) no âmbito externo, supervisão, orientação e apoio às atividades descentralizadas, a cargo das Embaixadas e Consulados, e desempenho, com base em Brasília, de atividades de promoção centralizadas na Secretaria de Estado das Relações Exteriores (programa de feiras e exposições, coordenação de visitas de importadores estrangeiros ao Brasil, programa de divulgação de pesquisas, estudos e informações comerciais, mediante adoção de instrumentos de transmissão compatíveis, em cada caso, com a natureza da informação considerada);

2) reorganização e modernização da estrutura e métodos dos serviços de promoção comercial do Itamaraty, com vistas a implantar, a médio prazo, novos procedimentos de trabalho, adaptados às peculiaridades da matéria comercial, de forma a criar bases capazes de proporcionar, neste setor, níveis de rendimento compatíveis com os elevados padrões de eficiência funcional já conseguidos nos setores de ação tradicional do Itamaraty. O objetivo fundamental dessa tarefa de reorganização, realizada com apoio do Ministério do Planejamento e dentro do espírito do Decreto-lei n.° 200, consiste em procurar dar o máximo aproveitamento, em termos de contribuição imediata para o desenvolvimetno nacional, aos recursos investidos pelo Governo na manutenção dos serviços de representação diplomática e consular no exterior.

Por fim, vale ressaltar que, especificamente no que se refere a mostras em geral, o Brasil esteve presente em 34 Feiras ou Exposições internacionais, na Europa Ocidental, América e África. Os resultados comerciais imediatamente alcançados, embora de difícil quantificação, podem ser estimados em cerca de dezesseis milhões de dólares, justificando, plenamente, o investimento feito e do qual se beneficiaram umas trezentas firmas brasileiras.

ASSUNTOS CULTURAIS

COOPERAÇÃO INTELECTUAL

CENTROS DE ESTUDOS BRASILEIROS E ORGANISMOS AFINS

Os Centros de Estudos Brasileiros e organismos afins, criados a partir de 1942, são estabelecimentos dotados de autonomia variável, onde professores brasileiros, sob a orientação de um diretor e os auspícios da Missão Diplomática ou da Repartição Consular, ministram cursos regulares de língua portuguesa falada no Brasil, literatura brasileira, geografia e história do Brasil, etc.

Existem atualmente Centros de importância diversa nas seguintes cidades:

1) **América Latina:** Assunção, Bogotá, Buenos Aires, Santa-Fé, Rosário, Georgetown, La Paz, Lima, Montevidéu, Quito, Santiago, Panamá.

2) **América do Norte:** Washington.

3) **Europa:** Barcelona e Milão.

Na medida das possibilidades, tentou-se reequipar materialmente os Centros existentes, os quais necessitam, de modo geral, de instalações melhoradas, material didático, livros, revistas, jornais, projetores, etc.

Está sendo estudada a modernização do ensino do português no exterior, tendo em vista as novas técnicas audio-visuais e a necessidade de divulgar o português no seu aspecto de língua comercial, indispensável à penetração econômica do Brasil, pelo menos na América Latina.

A realização de tal programa, em 1971, custou aproximadamente US$ 500,000, quantia correspondente à manutenção dos Centros e salários dos professores, sem contar os gastos com instalação e reequipamento. Tal importância representa o mínimo para manter instituições que constituem o substrato da ação cultural a longo prazo do Brasil nos países onde é mais necessária, tanto do ponto de vista político quanto comercial. Além disso, os Centros servem de base para a divulgação dos assuntos brasileiros e a retificação da imagem do Brasil no exterior.

Esse problema de tamanha importância, de que os órgãos governamentais estão agora plenamente conscientes, deve ser atacado em profundidade, e não somente através de iniciativas imediatas de curto prazo.

LEITORADOS E CÁTEDRAS DE ESTUDOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

No caso de leitorados e professorados, não se trata de organismos autônomos, mas do aproveitamento das estruturas universitárias estrangeiras para divulgação da língua portuguesa do Brasil e dos assuntos brasileiros.

O Itamaraty mantém os seguintes leitorados:

Alemanha

Colônia
Frankfurt
Heildelberg
Nuremberg-Erlangen

Canadá

Toronto

França

Aix-en-Provence
Caen

Grenoble
Lille
Lyon
Montpellier
Nantes
Paris
Poitiers
Rennes
St. Étienne
Toulouse

Grã-Bretanha

Bristol
Essex
Leeds
Liverpool
Londres

Índia

Nova Delhi

Itália

Bari
Milão
Nápoles
Pisa
Roma
Veneza

México

México

Nigéria

Ifê

Portugal

Coimbra

Senegal

Dacar

Suécia

Estocolmo

Suíça

Zurique

Mantém também cadeiras de psicologia, didática geral, língua portuguesa e literatura brasileira na Faculdade de Filosofia de Assunção, em virtude de Acordo.

O sistema dos leitores tem a vantagem de não ser muito oneroso, sendo o custo total da ordem de US$ 80,00. O MRE se esforça no sentido de assegurar que os leitores subvencionados sirvam efetivamente de veículo para a língua e a cultura do Brasil.

ENCARREGADOS DE ASSUNTOS CULTURAIS

O Itamaraty mantém adidos culturais em Londres, Lisboa, São José, Caracas, Madrid, Tóquio. A tendência é, à luz da experiência, substituir o Adido cultural isolado pelo Centro de Estudos.

BOLSISTAS ESTRANGEIROS

A concessão de bolsas é um dos modos mais clássicos de penetração cultural, cuja importância é óbvia. O Itamaraty concedeu em 1971, 79 bolsas de pós-graduação, assim distribuídas:

Alemanha	4
Argentina	5
Bélgica	4
Bolívia	2
Grã-Bretanha	3
Colômbia	2
Equador	6
Espanha	3
Estados Unidos	2
França	4
Gana	2
Guiana	2
Índia	2
Itália	3
México	3
Nicarágua	5
Panamá	1
Paraguai	8
Peru	7
Portugal	4
República Dominicana	2
Salvador	2
Uruguai	2
Venezuela	1

Anualmente, tendo em vista o que dispõem os Acordos Culturais com os países da América Latina, as Universidades brasileiras põem à disposição do Ministério da Educação e Cultura determinado número de vagas para curso de graduação, a fim de serem oferecidos aos Governos daqueles países. Ao Ministério das Relações Exteriores compete distribuir as vagas entre os respectivos países, através das Missões Diplomáticas do Brasil.

O critério para a distribuição das vagas e seleção dos candidatos obedece, entre outros, aos seguintes:

a) a falta de determinado curso e o nível do mesmo nas Universidades locais;

b) interesse do país estrangeiro na formação de seus profissionais;

c) conveniência da formação de certos profissionais no Brasil; e

d) nível e possibilidades materiais dos candidatos.

As vagas são destinadas **exclusivamente** à primeira série do curso. Esta medida restritiva se tornou necessária em vista das dificuldades junto aos estabelecimentos de ensino para obter-se transferência de alunos.

Em 1971, o número de estudantes-convênio foi de 357.

AUXÍLIO A ESTUDANTES BRASILEIROS NO EXTERIOR

O Itamaraty concede a estudantes brasileiros de pós-graduação, que se beneficiam de bolsas estrangeiras, um suplemento de US$ 50,00 por mês. Os beneficiários são severamente selecionados na base do valor da bolsa, das disciplinas estudadas, etc. Em 1971, foram concedidos 80 auxílios no primeiro semestre e 100 no segundo.

ACORDOS CULTURAIS

O Setor Competente tem a seu cargo a execução e dinamização dos acordos culturais com numerosos países:

Argentina
Bélgica
Bolívia
Canadá
Chile
China
Coréia
Costa Rica
República Dominicana
El Salvador
Equador
Espanha
Estados Unidos da América
França
Grã-Bretanha
Guiana
Honduras
Índia
Irã
Israel
Itália
Japão
Líbano
México
Nicarágua
Países-Baixos
Panamá
Paquistão
Paraguai
Peru
Polônia
Portugal
República Árabe Unida
Senegal
Tunísia
Uruguai
Venezuela

Em 1971, foi celebrado um acordo com Trinidad e Tobago e ratificado o convênio com Haiti.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Cabe ao Itamaraty participar das atividades bilaterais e multilaterais ligadas aos assuntos científicos e tecnológicos. Cuida, ainda, da coleta e disseminação da informação científica e técnica no exterior.

Em virtude de ainda não ter sido implementada a Divisão de Ciência e Tecnologia, já criada por lei, a Divisão de Cooperação Intelectual desempenha, de fato, as tarefas de competência da mesma. O seu chefe é representante do Itamaraty junto ao Con-

selho Nacional de Pesquisas e coordenador do projeto prioritário de coleta e disseminação da informação científica e técnica no exterior. A DCInt participa das atividades bilaterais ou multilaterais ligadas aos assuntos científicos e tecnológicos.

Adido Científico em Washington e Ottawa

O Itamaraty mantém em Washington (e, cumulativamente, em Ottawa) um Adido Científico e o seu escritório. O seu papel é essencialmente:

1) coleta e disseminação de informação científica e tecnológica;

2) assessoramento científico e técnico da Embaixada;

3) observação das tendências da política científica e do desenvolvimento tecnológico do país-sede;

4) manutenção de contato com cientistas brasileiros em vista de seu retorno ao país e subseqüente aproveitamento.

DIREITOS AUTORAIS

Tratou-se, em particular, em 1971, das revisões da Convenção Universal do Direito de Autor e da Convenção de Berna para a proteção das obras literárias e artísticas, por ocasião das quais o Itamaraty conseguiu assegurar a aprovação das posições brasileiras. Preparou-se, igualmente, a Conferência de Estados sobre proteção dos Fonogramas.

DIVERSOS

O Setor Competente desempenhou outras atividades diversas, tais como:

a) Convites a intelectuais, universitários, publicistas e outras personalidades das áreas da educação e da cultura,

com o fim de conseguir uma projeção fiel da imagem do Brasil no exterior;

b) Convites a cientistas e técnicos, a título de contribuição ao processo de transferência de conhecimentos;

c) Inversamente, auxílio à "exportação" dos nossos conhecimentos, em domínios em que o Brasil detém boa posição relativa, para áreas onde inexistem possibilidades locais;

d) Atendimento de caravanas de estudantes estrangeiros, cada vez mais numerosas.

Tais atividades, em virtude da exigüidade das verbas culturais, mantiveram-se em nível modesto.

ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

O Setor Competente mantém estreitas relações com as entidades internacionais ligadas à educação, cultura, ciência e tecnologia, e especialmente com a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), o Conselho Interamericano da Educação, Ciência e Cultura (CIECC) e a Organização Mundial da Prioridade Intelectual (OMPI).

No que se refere à UNESCO, evidentemente a mais ampla, tratou-se, em particular, dos seguintes assuntos:

1 — **Centros Regionais ligados à UNESCO**

a) Centro Latino-Americano de Física (CLAF), no Rio de Janeiro;

b) Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLACSO), no Rio de Janeiro;

c) Centro para a Aplicação da Ciência e da Tecnologia ao Desenvolvimento da América Latina (CECTAL), em São Paulo.

2 — **Educação:** renovação e democratização do ensino, educação permanente, formação no estrangeiro, programas escolares, métodos, material e técnicas pedagógicas, educação extra-escolar, planejamento e financiamento da educação.

3 — **Ciências:** Conferência de Ministros de Educação, Ciência e Tecnologia (Caracas, dezembro de 1971); política científica e organização da pesquisa, fomento da pesquisa fundamental, informação científica e técnica (e especialmente participação à Conferência sobre um sistema mundial de informação, UNISIST), ensino de ciências, educação e pesquisas tecnológicas; ciências do meio e investigações sobre recursos naturais (especialmente preparação das conferências sobre Correlação Geológica, Hidrologia e Oceanografia).

4 — **Ciências sociais, ciências humanas e cultura:** ensino e pesquisas em ciências sociais, desenvolvimento e difusão da cultura, preservação e valorização do patrimônio cultural.

5 — **Informação:** Meios de informação, documentação, bibliotecas e arquivos, estatística, etc.

DIFUSÃO CULTURAL

O Setor Competente contou, em 1971, com recursos totais da ordem de 250 mil dólares, cifra modesta se comparada às disponibilidades de 1965, que eram de 1 milhão e 300 mil dólares. Mesmo assim, foi executado, em nível satisfatório, o programa de trabalho traçado: a elaboração e distribuição de material informativo sobre o Brasil e a promoção no exterior da cultura e das artes brasileiras.

A grave carência de material informativo nas Missões e Consulados e a atualidade do problema "imagem" justificaram a prioridade concedida ao setor. Em ação conjunta com outros órgãos do Ministério, procedeu-se, no início do ano, ao levantamento do estoque de material existente nas representações diplomáticas e consulares e à elaboração de um plano interdepartamental para o fornecimento de material informativo básico sobre o Brasil a todas as repartições no exterior, sem exceção, incluídos os Consulados Privativos. Por ser o tipo de material de maior demanda e o ponto inicial de qualquer esforço promocional, começou-se pelo problema dos

Folhetos: dois fatos revelados pelo levantamento mostram os erros acumulados em nossa política informativa: 1.°) mais de

70% das repartições não dispõem de **um só** folheto sobre o Brasil; 2.°) as Missões que possuem folhetos, quase todas na Europa Ocidental, atomizam recursos em uma infinidade de publicações de tiragens diminutas, às vezes excessivamente especializadas. Para corrigir essas distorções, ficou entendido que seria necessário: 1.°) sempre que possível, centralizar a impressão de folhetos na Secretaria de Estado ou em Embaixadas que funcionariam como centros distribuidores para áreas lingüísticas; 2.°) redigir dois ou três folhetos verdadeiramente básicos e enciclopédicos, capazes de satisfazer 90% da demanda de informações sobre o Brasil; 3.°) limitar, a princípio, a edição de tais folhetos a línguas universais, o inglês, o espanhol, o francês e o alemão, que permitissem tiragens substanciais, com reduções nos custos unitários.

Apesar de a execução do plano ter começado apenas no segundo semestre do ano, os resultados, tal como resumidos abaixo, foram significativos.

A — folheto "O Novo Brasil": panorama global do Brasil moderno, de caráter pronunciadamente turístico, texto curto e abundante ilustração fotográfica em cores. Impressão da Gráfica Bloch, com fotografias de "Manchete". Foram tirados 110 mil exemplares em inglês, 160 mil em espanhol, 80 mil em francês, 70 mil em alemão e está no prelo a edição em português para Portugal, Angola e Moçambique (50 mil) — no total de quase meio milhão de exemplares.

B — folheto "Brasil, Desafio e Progresso": de autoria da Embaixada em Londres, constitui uma verdadeira introdução, das mais completas, ao conhecimento do Brasil, desde seus aspectos históricos e geográficos até a apresentação de um perfil atualizado do desenvolvimento da economia e do intercâmbio comercial, ciência e tecnologia, características culturais. O folheto é bem ilustrado e seu "lay-out" é de extremo bom gosto, mas sua principal distinção reside na alta qualidade do texto, preciso, conciso, inteligente, comparável com vantagens aos melhores folhetos. Escolhido como texto-padrão, o folheto está

sendo no momento traduzido em espanhol, alemão e italiano para impressão de 150 mil exemplares, distribuídos como segue: inglês (50 mil), espanhol (50 mil), alemão (30 mil), italiano (20 mil). Com esse folheto, pode-se dizer que estará atendida a demanda de informação sobre o Brasil de nível secundário e superior nas áreas mais importantes de nossa ação diplomática.

Deve-se notar que, ao contrário de "O Novo Brasil", a publicação em curso não se destina à distribuição indiscriminada, mas somente a interessados com alguma motivação e exigência: estudantes secundários e universitários, jornalistas, homens de negócio em viagem ao Brasil, etc.

C — folheto "Brasil" da Delegação em Genebra: fornecidos 16 mil exemplares à Embaixada em Paris e às Missões em área francófona.

D — livro "L'Art au Brésil": a resposta da Embaixada em Berna à Circular sobre material informativo revelou que, desde 1967, encontravam-se naquela Missão, aguardando instruções, cerca de 3 mil livros impressos. A obra tem apresentação luxuosa, em papel de excelente qualidade e as ilustrações em cores são muito boas. O texto, infelizmente, foi traduzido demasiado literalmente do português para o francês, o que provoca às vezes obscuridades e dificuldades de compreensão. O livro contém ensaios escritos por especialistas sobre a evolução das diversas artes no Brasil e termina por uma descrição dos museus brasileiros.

E — o plano de material impresso básico se completará, pela publicação, em 1972, de um folheto destinado a colegiais e alunos de escolas primárias (a clientela mais numerosa das Missões) e de um folheto sobre a cultura brasileira (literatura, artes plásticas, arquitetura, meios de comunicação). O folheto para colegiais será concebido como uma publicação econômica, de grande tiragem, com apresentação do mapa, bandeira, escudo de armas, apanhado histórico, geográfico, econômico, cultural e muitas ilustrações (fotografias e desenhos). O folheto cultural já existente, é o "Cultural Aspects 1971", editado pelo Ins-

tituto Nacional do Livro e Câmara dos Editores. Já se propôs à Diretoria do INL associação ao empreendimento, ampliado com traduções em espanhol e francês. Da publicação em inglês foram distribuídos no corrente ano exemplares cedidos pelo INL.

F — **outras publicações:** foram adquiridas 150 coleções da "Música Popular Brasileira", enciclopédia em 48 fascículos dos principais compositores e intérpretes da música brasileira, editada pela Abril; na mesma compra, estão incluídos 150 coleções da "Geografia Ilustrada do Brasil", coleção encadernada de 28 fascículos, sobre todos os Estados e Territórios, terminando com o número sobre o Itamaraty, bem como 25 coleções de "Grandes Personalidades de Nossa História", destinados sobretudo aos Centros de Estudos Brasileiros.

G — **livros:** foram distribuídos cerca de 4.000 títulos para as bibliotecas de embaixadas, consulados, centros de estudos, leitorados, instituições estrangeiras. Essa cifra representa um esforço financeiro considerável, pois os livros distribuídos não eram edições oficiais e gratuitas, mas sim obras criteriosamente escolhidas como dignas de integrar pequenas "brasilienas", tendo, em conseqüência, de ser adquiridas a custos unitários às vezes elevados (o Atlas do IBGE, por exemplo, custa, mesmo para o Itamaraty, 40 cruzeiros).

Para equipar os Centros de Estudos Brasileiros em livros didáticos de ensino de português, foram aplicados 4.000 dólares na obra "Lecciones de Portugués" da Editorial Kapeluza, de Buenos Aires, 1.500 dólares nas "Lições de Português" e na "Antologia de la Moderna Poesia Brasileña", do Instituto de Cultura Uruguaio-Brasileiro, de Montevidéu. Foram igualmente comprados livros sobre arte brasileira e sobre o Brasil da Livraria Kosmos num valor de 3.000 dólares.

H — **discos:** aproximadamente 500 discos de música popular e erudita foram enviados ao exterior. Iniciou-se também, em caráter experimental, a remessa de fitas magnéticas preparadas pela Rádio Ministério da Educação e Cultura sobre modernos compositores brasileiros.

I — **fotografias e "slides":** em cooperação com a Assessoria de Imprensa, foram fornecidos fotos e "slides" sobre aspectos atuais brasileiros, especialmente ao Serviço de Imprensa da Embaixada em Paris e, em grau menor, a outras Missões. A maioria das fotos foi adquirida da Agência Manchete.

A fim de tornar mais rápido e eficiente o sistema de fornecimento de fotografias, estuda-se a possibilidade de instalação no Ministério de uma fototeca central, que assegure independência em relação às agências jornalísticas e fotográficas, caras e de qualidade insatisfatória. A alimentação da fototeca se faria pela contratação de fotógrafos para tarefas especiais (Transamazônica, por exemplo), ficando os negativos propriedade do Itamaraty.

J — **filmes:** a um custo de aproximadamente US$ 19,000.00, foram distribuídas 56 cópias das versões atualizadas de diversos documentários da série "Brasil, Retrato de um País", do Conselheiro Raul de Smandek. Gastaram-se também recursos da ordem de 3.000 cruzeiros para pagamento de 10 cópias do curta-metragem "Alegria Selvagem", encomendadas pela anterior gestão.

Por insuficiência de verba, foi possível produzir apenas um filme novo, a "História do Futebol Brasileiro", de Davi Neves, em fase de "copião". Tenciona participar em 1972 da produção de uma série de 5 curta-metragens sobre a "História das Artes Brasileiras", projeto do Professor Pietro Maria Bardi. A iniciativa depende ainda da possibilidade de distribuir o custo entre o Ministério das Relações Exteriores, a Embrafilme e a Secretaria de Cultura de São Paulo.

Chegou-se a um acordo de princípio com a Embrafilme e o Instituto Nacional do Cinema para a criação de filmotecas que atuarão como centros distribuidores em Buenos Aires, Lima, México, Washington, Londres, Paris, Bonn, Roma, Tóquio e Lisboa. A Embrafilme forneceria a cada uma dessas filmotecas 15 cópias de documentários e 10 de longa-metragens de caráter

antológico no cinema brasileiro. O esquema terá de ser confirmado pelas diretorias das duas entidades acima citadas.

DIFUSÃO DA CULTURA E ARTES BRASILEIRAS

No setor de difusão cultural em sentido estrito, o ano de 1971 foi marcado por mais de 100 manifestações artísticas, enumeradas e descritas a seguir. Algumas representações (Embaixadas em Londres, Paris, Washington — através do BACI — Consulados Gerais em Barcelona e Milão, em menor grau, Embaixadas em Lisboa e Nova Delhi e Delegação em Genebra) foram responsáveis pela maior parte dessa movimentação, quantitativamente intensa, mesmo comparada à ação dos países mais ativos em promoção cultural. A restrição que se pode fazer ao programa cumprido é relativa à sua excessiva concentração na Europa Ocidental e nos Estados Unidos da América. Essa característica deriva em parte de razões de peso: a presença na área de quase todas as nossas Missões mais importantes e dotadas de maiores verbas culturais, a existência nesses países de uma vida cultural intensa e receptiva e de facilidades para a realização de exposições (galerias das Embaixadas, por exemplo), a facilidade adicional decorrente de uma verdadeira "diáspora" artística brasileira com residência em Paris, Londres, Roma e Munique, com artistas como Artur Luiz Piza, Sergio Camargo, Rossini Perez e outros, o funcionamento nas embaixadas de setores culturais eficientes, confiados a Adidos Culturais ou diplomatas com meios próprios de acesso à comunidade artística brasileira, etc.

Embora se compreendam e justifiquem em parte os motivos dessa concentração, pretende-se em 1972 um maior esforço para ampliar a ação cultural brasileira na América Latina, área de prioridade para a atuação diplomática do Brasil, onde a divulgação cultural pode e deve ser intensificada. Esse resultado será obtido com a execução, em 1972, de um plano de realizações importantes em Buenos Aires, do qual o ponto alto será a exposição do Museu de Arte Sacra. A Embaixada naquela cidade receberá ao mesmo tempo recursos comparáveis aos que

têm sido aplicados nas principais cidades européias. Duas exposições itinerantes já se encontram prontas para seguir para os países da América Latina: o "Panorama da Gravura e Desenho do Brasil" e a "Brasília, Ano 12". Por outro lado, será explorada a possibilidade de obter nos Estados fronteiriços com vocação internacional apoio cultural para os programas das Missões brasileiras nos países vizinhos; assim, o Rio Grande do Sul poderia servir de ponto de apoio à programação de Montevidéu e, em menor grau, de Buenos Aires, o Paraná auxiliaria as atividades da Embaixada em Assunção e São Paulo, as de La Paz e Santa Cruz. Também se procurará utilizar plenamente a capacidade de atuação em matéria de promoção cultural dos Centros de Estudos Brasileiros, setor em que muito se pode fazer.

Dando-se balanço ao que de mais importante se realizou no plano artístico em 1971, é preciso em primeiro lugar destacar **A Participação Brasileira em Manifestações Artísticas de Caráter Multinacional:**

1.°) **Trienal de Nova Delhi:** A representação brasileira foi composta por desenhos de Mira Schendel, gravuras de Rossini Perez e pintura de Daja. Mira Schendel conquistou a Medalha de Ouro da Trienal; todas as gravuras de Rossini Perez foram vendidas.

2.°) **Quadrienal de Cenografia e Arquitetura Teatral de Praga:** O Brasil foi representado por cenários de Hélio Eichbauer (Rio de Janeiro) e José Armando Ferrara (TV Cultura de São Paulo), e por Agostinho Olavo Rodrigues, na qualidade de Comissário-Adjunto. Hélio Eichbauer recebeu a Medalha de Ouro de Cenografia, única concedida com unanimidade pelo Júri.

3.°) **Bienal dos Artistas Jovens de Paris:** O Brasil esteve presente em 4 das Seções da Bienal, com a seguinte representação: Artes Plásticas: Wanda Pimentel, Cláudio Paiva, José Tarcísio e Carlos de Moraes; Cenografia: Hélio Eichbauer e José Armando Ferrara; Música: Marlos Nobre, Lindemberg Cardoso,

Fernando Cerqueira e Marco Antônio Guimarães; Cinema: Rubens Richter e Fernando Duarte; Comissário: Secretário Rubens Ricupero. A Bienal de Paris não distribui prêmios, mas a crítica, tanto francesa como brasileira, deu realce à qualidade da participação do Brasil.

4.°) **Exposição Internacional de Escultura Contemporânea:** Realizada no Museu Rodin, de Paris. Apesar da escassa antecedência com que fomos convidados, enviamos em representação do Brasil obras de Lazar Segall ("Maternidade" e dois desenhos) e de Mário Cravo ("Germinação" e dois desenhos).

MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS REALIZADAS NO BRASIL

XI Bienal de São Paulo: o Setor Competente colaborou ativamente com a organização da Bienal, empreendendo gestões para assegurar a participação de alguns países, facilitando o transporte de obras, obtendo das autoridades fazendárias facilidades para desembaraço alfandegário, etc. O Departamento Cultural efetuou também o pagamento de Cr$ 100.000,00, correspondente às contribuições orçamentárias de 1970-1971 e ofereceu a maior recompensa da Bienal, o Prêmio Itamaraty, no valor de .... US$ 10.000,00, concedido pelo Júri ao artista espanhol Rafael Canogar. O Departamento custeou igualmente as passagens de críticos e artistas convidados à inauguração e à Mesa Redonda.

Retrospectiva de Di Cavalcanti: o Setor Competente cooperou com o Musel de Arte Moderna de São Paulo na organização da retrospectiva, mediante o empréstimo de tela do artista pertencente ao acervo da Embaixada em Montedivéu e a obtenção e transporte de obras cedidas pelo Museu Nacional de Arte Moderna de Paris e do Instituto de Arte Litúrgica, de Roma.

Bienal de Desenho Industrial: o Departamento Cultural pagou ao Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro a contribuição de Cr$ 50.000,00, destinada à Bienal de Desenho Industrial; arcou ainda com parte dos gastos de transportes (Cr$ 4.000,00) do material da exposição de Desenho Industrial dos países escan-

dinavos, apresentada em Brasília, sob os auspícios do Itamaraty e da Fundação Cultural do Distrito Federal.

Exposição de Artesanato Equatoriano: por ocasião da visita oficial do Chanceler do Equador, em junho último, o MRE colaborou com a Embaixada do Equador na organização de uma exposição de artesanato daquele país, montada no salão do Touring Club de Brasília.

"Tournée" de "Steel Band" de Trinidad-Tobago: a pedido do Primeiro-Ministro de Trinidad, transmitido pela Embaixada em Port-of-Spain e como preparação à visita do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores àquele país, o Itamaraty ordenou, a um custo de aproximadamente US$ 5.000,00, a "tournée" de três semanas do conjunto "Solo Harmonites", que se apresentou em Brasília, Goiânia, Anápolis, Rio de Janeiro e São Paulo.

Concurso Internacional de Canto do Rio de Janeiro: foi efetuado o pagamento do prêmio "Divisão de Difusão Cultural" de 1.000 dólares.

Concurso Internacional de Violão Villa-Lobos: foram oferecidas duas passagens a membros do Júri Internacional e uma ao crítico musical de "La Prensa", de Buenos Aires.

Convites a Críticos e Intelectuais — Viagens de Intelectuais Brasileiros: o Departamento Cultural custeou as visitas ao Brasil de críticos de arte e intelectuais, entre os quais o crítico Sheldom Williams, o escritor Michel Simon; financiou igualmente 3 passagens aéreas aos ganhadores do concurso instituído na televisão francesa por ocasião da visita do Santos FC a Paris e organizou, por sua conta, o programa dos visitantes no Brasil.

Da mesma forma, foi considerável o dispêndio com passagens ou ajudas-de-custo concedidas a intelectuais brasileiros em viagem ao exterior, tendo sido, entre muitos outros, auxiliados com recursos do Departamento Cultural o Maestro Camargo Guarnieri, a pianista Guiomar Novais, a cantora Olga Praguer Coelho, os escritores Décio Pignatari e Fernando Salles, etc.

Doação de Bibliotecas a Cidades Portuguesas: deu-se seguimento ao plano de criação de bibliotecas brasileiras no exterior executado em colaboração com a Biblioteca Nacional, com a doação de mais 4 bibliotecas básicas a cidades portuguesas.

ATIVIDADES CULTURAIS NO EXTERIOR

Artes Plásticas e Arquitetura

1) Exposições na América Central e Caribe: como parte do programa de visitas oficiais do Senhor Ministro de Estado à América e Caribe, foram promovidas apresentações da mostra "Arquitetura no País do Sol" em São José de Costa Rica (2 apresentações), Georgetown e Port-of-Spain e da exposição "Arquitetura Contemporânea do Brasil", organizada pelo Instituto de Arquitetos do Brasil, na Guatemala.

2) Exposição de 12 gravadores brasileiros, apresentada em Lausanne e em Atenas.

3) Exposição de pinturas de Sérgio Telles, em Lisboa.

4) Exposição de pinturas de Mariza Dias Costa, em Lisboa.

5) Exposição "Brazilian Children Paint Índia", em Nova Delhi, complementada por um Campeonato Infantil de Futebol e pela montagem da peça "O Cavalinho Azul", de Maria Clara Machado.

A mostra foi inaugurada pelo Presidente da Índia.

6) Colóquio sobre Arte Contemporânea Brasileira, em Barcelona.

7) Exposição de gravuras de Isabel Pons, em Barcelona.

8) Semana do Brasil em Alicante, promovida pelo Consulado em Barcelona, com exposições de pintura, conferências e exibições de filmes brasileiros.

9) Participação do Brasil na Semana Ibero-Americana, em Valladolid, por iniciativa da Embaixada em Madri, com exposição de pintura e conferências.

10) Semana do Brasil em Madri, com a colaboração do Círculo Cultural Medina, com mostras de pintura, conferências e exibições de filmes brasileiros.

11) Exposição de pinturas do Secretário Sérgio Telles, no Centro Cultural Ítalo-Brasileiro, em Milão.

12) Exposição "Seleção de Artistas Equatorianos na X Bienal de São Paulo", em Quito.

13) Exposição de Trabalhos em cobre batido de Ottmar Beishwingert, no Centro de Estudos Brasileiros, em La Paz.

14) Contribuição à participação brasileira no Festival Pan-americano de Arte, em Cali, Colômbia.

15) Exposição de Pintores Primitivos de São Paulo, no Instituto Cultural Brasileiro-Americano, em Washington. Esta exposição foi apresentada posteriormente na Universidade de Indiana.

16) Exposição de desenhos de Gisela Eichbaum, no Instituto Cultural Brasileiro-Americano e na American University, em Washington.

17) Exposição de Tapeçarias de Nicola e gravuras de Ghersoni, na União Pan-americana em Washington. A DDC concedeu auxílio parcial para o custeio das exposições.

18) Exposição de pinturas de Leonardo Alencar, na Gallery Petit, em Londres.

19) Exposição de pinturas de Antonio Maia na Semana do Brasil em Benidorm, por iniciativa do Consulado em Barcelona.

20) Exposição de 10 pintores brasileiros, no 1.º Congresso Exposição Ibero-Americano de Artes Plásticas da América Latina, por iniciativa do Consulado em Barcelona.

21) Exposição de Carla Boschetti e Lourdes Cedran, no Centro Cultural Ítalo-Brasileiro, em Milão.

22) Exposição da pintora Wega, na Drian Gallery, em Londres.

23) Exposição do pintor Abelardo Zaluar, na Gallery Petit, em Londres.

24) Exposição do pinton Robin MacGregor, na Zaydeer Gallery, em Londres e em Liverpool.

25) Exposição dos primitivos Batista e Mady, na Galeria da Embaixada em Londres.

26) Exposição de pinturas de Antonio Maia, na Elvaston Gallery em Londres.

27) Exposição de Nina Barr, na Galeria da Embaixada em Londres.

28) Exposição de xilogravuras de Hansen Bahia, na Elvaston Gallery, em Londres.

29) Exposição de pinturas de José de Dome, na Galeria da Embaixada, em Londres.

30) Exposição coletiva de 12 artistas brasileiros, na Elvaston Gallery, em Londres.

31) Exposição de tapeçarias de Renot e cerâmicas pernambucanas, na Elvaston Gallery, em Londres.

32) Participação brasileira no Festival de York, com exposições de Fayga Ostrower e Renot, recitais do violinista Wilhem Martin, exibição do filme "Vidas Secas" e conferências.

33) Exposição "Arte Barroca Brasileira" (espetáculo áudio-visual), na Galeria Debret, em Paris.

34) Exposição do pintor Jorge Mori, patrocinada pela Embaixada em Paris e pela Prefeitura de Saint Cloud.

35) Exposição de arquitetura de Wilson Reis Neto, em Marselha.

36) Exposição de pinturas de Antônio Maia, na Galeria Debret, em Paris.

37) Exposição de gravura popular do Nordeste, na Galeria Debret, em Paris.

38) Exposição de Cenografia de Hélio Eichbauer, na Galeria Debret, em Paris.

39) Exposição retrospectiva de Antônio Bandeira, na Galeria Debret, em Paris.

40) Exposição "Arte Barroca Brasileira", na Universidade de Rennes, em comemoração ao 50.° aniversário do estabelecimento do ensino de português naquela Escola.

41) Exposição "Arte Barroca Brasileira" e pinturas de Julieta Jekel, em Poitiers.

42) Exposição de gravadores brasileiros (Fayga Ostrower, Luís Artur Piza Rossini Perez, Thereza Miranda, Eduardo Sued e Ana Letycia), em Helsinque, Turku e Tampere.

43) Exposição do pintor Antônio Henrique Amaral, na Elvaston Gallery, em Londres.

44) Exposição das pintoras Daja e Elizabeta, na Galeria da Embaixada em Roma.

45) Exposição de Arquitetura de Wilson Reis Neto, na Galeria da Embaixada em Roma.

46) Exposição de pinturas e desenhos de Bellá Paes Leme, no Instituto Cultural Brasileiro-Americano, em Washington.

47) Exposição da pintora Olga Lebedeff Rocha, na União Panamericana, em Washington.

48) Exposição Sérgio Campos Mello, em New Jersey.

49) Exposição dos primitivos Batista e Mady, em Miami.

50) Exposição do primitivo Francisco Domingos da Silva, no Centro Cultural Ítalo-Brasileiro, em Milão.

51) Exposição do pintor Arlindo Castellani, em Nova York.

52) Exposição de gravuras de Izabel Pons, em Genebra.

53) Exposição de Arte afro-brasileira, em Londres.

54) Custeou-se, ainda, viagem do escultor Franz Weissman a Antuérpia para representar o Brasil na Exposição Internacional de Escultura ao Ar Livre.

Música

1) Recitais da cantora Maura Moreira, em Hamburgo, Amsterdam, Barcelona e Lisboa.

2) Recital do pianista Fernando Lopes, em Barcelona.

3) Prêmio "Aquarelas Brasileiras", concedido pelo Consulado em Barcelona à cantora Nuria Felliu.

4) Prêmio "Villa-Lobos", concedido pelo Consulado em Barcelona à pianista Vanya Elias.

5) Prêmio "Carlos Gomes", concedido pelo Consulado em Barcelona ao cantor Aldo Badin.

6) Recital da pianista Vanya Elias, em Barcelona.

7) Recital da cantora Ana Maria Martins, em Barcelona.

8) Recital do pianista Fernando Lopes, em Madri.

9) Apresentação do conjunto folclórico "Viva Bahia", em Lima.

10) Recital da pianista Yara Bernette, no Queen Elizabeth Hall, em Londres.

11) Recital do pianista Arthur Moreira Lima, no Queen Elizabeth Hall, em Londres.

12) Recital do violonista Carlos Barbosa Lima, no Queen Elizabeth Hall, em Londres.

13) Recital do violonista Turíbio Santos, no Queen Elizabeth Hall, em Londres.

14) Recital da pianista Magdalena Tagliaferro, do violonista Turíbio Santos e da cantora Regina de Carvalho, na inauguração

da placa comemorativa ao aniversário de Villa-Lobos, no Hotel Bedford, em Paris.

15) Recital da pianista Lais Brasil, no Hall of Nations da Universidade de Georgetown, em Washington.

16) Recital do pianista Ney Salgado, no Carnegie Hall, sob o patrocínio do Instituto Cultural Brasileiro-Americano.

17) Recital do violonista Wilhem Martin, em Londres.

18) Recital do violonista brasileiro Max Barbosa Teppich, em Londres.

19) Recital do pianista Arthur Moreira Lima, no Victoria Hall, em Genebra.

20) Recital da violonista Maria Lívia São Marcos, em Genebra.

21) Recital do pianista Jacques Klein, em Nova York.

22) Recital da cantora Vanja Orico e do violonista Darci Villa-Verde, no Instituto Cultural Brasileiro-Americano em Washington.

23) Recital do pianista João Carlos Martins, interpretando o "Concerto Breve" de Marlos Nobre, no Festival de Música de Washington.

24) Apresentação dos programas radiofônicos, "Panorama musical brasileiro" e "Desde la Bossa Nova hasta hoy", sob o patrocínio da Embaixada em Buenos Aires.

25) Recital da Cantora Olga Praguer Coelho, no Teatro Odeon, em Buenos Aires.

26) Foram concedidas passagem e ajuda-de-custo ao Maestro Marlos Nobre, o que lhe tornou possível aceitar dois importantes convites para a difusão da música contemporânea brasileira:

a) a realização em outubro, em Paris, de um concerto com a Orquestra da O.R.T.F. (Organismo de Rádio-Televisão Francesa), durante o qual foi executado o "Concerto Breve para Piano", do compositor brasileiro, regido pelo autor;

b) a gravação, em novembro, com a Orquestra da Rádio Suisse Romande, em Genebra, de "Biosfera", também sob a regência da Marlos Nobre.

Cinema

1) **Festival de Cinema Brasileiro,** em Lisboa, com exibição dos seguintes filmes: "Macunaíma", "Os Deuses e os Mortos", "Os Cafajestes", "Os Senhores da Terra", "Fome de Amor", "Copacabana me Engana", "Memórias de Helena", "Vida Provisória", "Antes o Verão", "Penúltima Donzela", "Juliana do Amor Perdido", "Panorama do Cinema Brasileiro", "As Amorosas" e "Os Herdeiros".

2) **Festival de Cinema Brasileiro no México.**

3) **Festival do Cinema Brasileiro em Barcelona.**

4) **Festival do Cinema Brasileiro em Madri.**

5) **Apresentação do filme "Macunaíma" no Festival de Cinema de Washington.**

6) Convidou-se o Senhor Michael Webb, Diretor de Programação do American Film Institue, a visitar o Brasil, a fim de selecionar filmes para os projetados Festivais do Cinema brasileiro em Washington, Nova York e duas outras cidades norte-americanas. A visita se realizou em setembro-outubro de 1971.

Outras Atividades

1) Prêmio de US$ 1.500,00 para Concurso sobre o Brasil em programa radiofônico, em Rabat.
2) Transmissão do programa "Aquarelles du Brésil", na Rádio Difusão Francesa, patrocinada pela Embaixada em Paris.

3) Exposição do livro brasileiro em Assunção.

4) Auxílio (US$ 1.000,00) à participação brasileira no Concurso Hípico Internacional de Assunção.

5) Conferências do escritor Mário Palmério, em Lisboa, Porto, Coimbra, Madri e França.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

Durante o ano de 1971, o Itamaraty, dentro do espírito do Decreto n.º 65.476 e em estreita colaboração com o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, prosseguiu seu trabalho de coordenação da cooperação técnica estrangeira prestada ao Brasil. Procurando atingir uma maior racionalização da cooperação estrangeira, tanto no setor multilateral (PNUD, OEA), quanto no bilateral, o Itamaraty esforçou-se por reorientar a cooperação para projetos de porte e alcance qualitativo maiores. A política do Ministério das Relações Exteriores, de comum acordo com o Ministério do Planejamento, foi a de concentrar a cooperação estrangeira em programas no campo da ciência e da tecnologia.

Caberia destacar, como elemento novo, o impulso que foi dado à cooperação prestada pelo Brasil a países da América Latina, o que se deve, em grande parte, ao nível de desenvolvimento econômico atingido pelo País. A recente viagem do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores a vários países da América Latina propiciou o início de negociações nesse sentido.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

No que se refere ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Governo brasileiro apresentou diversos projetos do grande porte, dentre os quais foram aprovados os seguintes:

XI SESSÃO:

1) Extensão do Projeto de Ensino de Tecnologia na Universidade de Brasília.

2) Implantação da Pesquisa e Experimentação Florestal no Território Nacional — BRA/45 — Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF).

Contribuição do PNUD: US$ 2.122.800,00

Contribuição do Governo brasileiro: US$ 2.735.000,00

Duração: 5 anos

Agência Executora: FAO

3) Desenvolvimento da Pecuária no Nordeste — BRA/52

Secretaria de Agricultura do Estado de Pernambuco

Contribuição do PNUD: US$ 1.006.700,00

Contribuição do Governo brasileiro: US$ 1.002.000,00

Duração: 4 anos

Agência Executora: FAO

4) Treinamento de Pessoal da Marinha Mercante — BRA/54

Ministério da Marinha

Contribuição do PNUD: US$ 1.181.600,00

Contribuição do Governo brasileiro: US$ 1.194.000,00

Duração: 5 anos

Agência Executora: IMCO

XII SESSÃO

a) Planejamento e Treinamento Agrícola — BRA/53

Ministério da Agricultura

Contribuição do PNUD: US$ 249.800,00

Contribuição do Governo brasileiro: US$ 433.000,00

Duração: 1 ano

Agência Executora: FAO

b) Desenvolvimento da Pesquisa e de Programas de Controle da Poluição Ambiental no Estado de São Paulo

Secretaria de Obras Públicas de São Paulo

Contribuição do PNUD: US$ 897.000,00

Contribuição do Governo brasileiro: 5.601.000,00

Duração: 3 anos

Agência Executora: OMS

c) Desenvolvimento da Produção Agrícola através da Aplicação de Técnicas Nucleares — BRA/56

Centro de Energia Nuclear na Agricultura.

Contribuição do PNUD: 875.900,00

Contribuição do Governo brasileiro: US$ 2.273.000,00

Duração: 5 anos

Agência Executora: AIEA

d) Centro de Processamento de Frutas Tropicais — BRA/55

Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia.

Contribuição do PNUD: US$ 1.069.100,00

Contribuição do Governo brasileiro: US$ 949.000,00

Duração: 2 anos

Agência Executora: FAO

e) Estratégia de Investimento e Metodologia de Planejamento para a Agricultura Irrigada — REG-218

Projeto Regional que beneficiará o Brasil, Chile, El Salvador, Peru e Venezuela. No Brasil, o órgão coordenador é o Ministério do Interior.

Contribuição do PNUD: US$ 875.000,00

Contribuição que caberá a cada país participante: US$ 298.000,00

Duração: 2 anos

Agência Executora: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Além dos projetos acima, aprovados nas referidas Sessões do PNUD, outros projetos de igual importância tiveram início em 1971, com o auxílio do Programa, dentre os quais o de "Combate à Ferrugem do Café" (Hemilea Vastatrix), de interesse do Ministério da Agricultura. Para uma das áreas prioritárias do Governo, iniciaram-se negociações para a implantação de um projeto de **Modernização do Sistema Brasileiro de Patentes.**

Nessas Sessões, tendo em vista a nova sistemática do PNUD, a entrar em vigor no corrente ano, procurou o Governo brasileiro apoiar os Escritórios Regionais criados por esse novo sistema e orientar a assistência técnica para o campo do desenvolvimento científico e tecnológico, uma das metas prioritárias do Governo.

A assistência do PNUD também se verifica para projetos menores, assim denominados em virtude de sua assistência restringir-se à vinda de técnicos por períodos de curta duração.

Cerca de 60 (sessenta) destes projetos foram iniciados ou tiveram sua duração prorrogada, sendo executados pelas diversas Agências Especializadas da ONU, tais como: UNIDO, AIEA, FAO, etc.

A UNIDO foi uma das Agências que mais se destacaram, principalmente na assistência prestada aos setores da promoção de exportações (Estado de São Paulo e Bahia), siderurgia (Mi-

nistério da Indústria e do Comércio), indústria têxtil (Ministério da Indústria e do Comércio e Governo do Estado de São Paulo) e indústria de calçados (Ministério da Indústria e do Comércio e Escola Técnica de Calçados de Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul), através da concessão de bolsas de estudos para aperfeiçoamento de pessoal.

No que tange à participação do Brasil em seminários organizados pela ONU, através de suas Agências Especializadas, é o seguinte o quadro geral:

Seminários da O.N.U.

Agências Especializadas:	N.º Cursos Recebidos:	Candidatos Recebidos:	Candidatos Aprovados:
1) Esc. Cooperação Técnica (ECT)	19	17	11
2) FAO (*)	20	25	8
3) OIT	11	38	?
4) UNIDO	38	64	16
5) ILPES/CEPAL	6	9	3
6) IMCO	1	—	—
7) Centro UNCTAD/GATT	3	3	1
8) UNITAR	1	1	1
9) União Postal Universal (UPU) — (*)	4	3	—
10) UNESCO	8	6	—
11) UIT	1	1	—

(*) A aprovação de candidatos a bolsas de estudos dessas Agências Especializadas, na sua maioria, é comunicada diretamente ao candidato.

Bolsistas da ONU no Brasil

Durante o ano de 1971, foram recebidos cerca de 30 (trinta) pedidos para estágios em entidades nacionais, de bolsistas estrangeiros das Nações Unidas, principalmente no campo da agricultura, veterinária, siderurgia e administração pública. Estas bolsas de estudo são concedidas pela ONU através de progra-

mas de assistência técnica mantidos no país de origem do bolsista, sendo a maioria dos estagiários procedentes da Colômbia, República Dominicana, Uruguai, Paraguai, Bolívia e México.

Dos pedidos recebidos, somente a metade, aproximadamente, teve prosseguimento, visto que, na maioria das vezes, o próprio bolsista solicita o cancelamento do estágio por impossibilidade de deixar o seu país.

Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)

A Junta Executiva do UNICEF aprovou, para 1971, uma dotação no valor de US$ 1.373.000,00 para os seguintes projetos:

1) Projeto de Desenvolvimento da Comunidade —

Virá beneficiar a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL). A duração será de 3 anos, estando prevista uma contribuição do UNICEF no valor de SU$ 162.000,00 e do Governo brasileiro, de US$ 669.000,00.

2) Serviços de Saúde no Nordeste —

Beneficiará a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor e a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR).

O UNICEF contribuirá com US$ 735.000,00 e o Governo brasileiro com US$ 1.160.000,00.

3) Orientação da Juventude —

De interesse da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor.
Contribuição do UNICEF: US$ 735.000,00
Contribuição do Governo brasileiro: US$ 1.160.000,00

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA)

Com relação à Organização dos Estados Americanos (OEA), além de acompanhar a implementação do II Programa Nacional de

Cooperação Técnica (PNCT), em 1971, o Itamaraty preparou, em estreita colaboração com a Subsecretaria de Cooperação Econômica e Técnica do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, o III PNCT referente ao Ano Fiscal 1971/1972. Integraram o referido programa 6 continuações de projeto, alguns novos projetos e solicitações de ações de reforço na área educacional, científica e tecnológica. Dentre os projetos apresentados, a OEA assumiu o compromisso de implementar os seguintes: controle de erosão no Noroeste do Paraná, Ilha do Marajó, investigação no campo das finanças públicas, elaboração de modelo para implementação do orçamento-programa no setor público e o projeto de recuperação do patrimônio artístico do Pelourinho, Salvador. Além disso, foram alocados recursos para a execução dos projetos de Sistema de Contabilidade Social para o Nordeste do Brasil, dois projetos novos visando a formação de estatísticos de nível médio e superior e duas ações de reforço na área de Educação, Ciência e Tecnologia.

RELAÇÕES BILATERAIS

No campo da cooperação técnica bilateral, é preciso destacar o esforço que o Itamaraty vem fazendo, juntamente com o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, no sentido de canalizar e reorientar a cooperação técnica estrangeira para as áreas e setores prioritários do Governo brasileiro.

Dentro do espírito do Decreto n.° 65.476, no decorrer de 1971, o Itamaraty e o Planejamento coordenaram as atividades de uma missão da República Federal da Alemanha, que veio ao Brasil com o objetivo de iniciar novos projetos, principalmente na região Norte e Nordeste, e esboçar um programa nacional para cuja realização seriam canalizados recursos da cooperação técnica alemã. O interesse demonstrado pelo Governo alemão em racionalizar sua cooperação técnica ao Brasil é conseqüência, certamente, das várias medidas que o Governo brasileiro vem tomando para integrar a assistência técnica estrangeira no processo de planejamento econômico e social do país. Importante, também, é a convicção de que, no Brasil, segundo maior recebe-

dor de cooperação técnica alemã, os recursos aplicados terão um efeito multiplicador maior.

Em outubro, reuniu-se, em Brasília, a Comissão Econômica Mista Brasil-Japão. Houve, igualmente, duas reuniões com representantes da Embaixada da França com o objetivo de definir o programa de cooperação técnica para 1972. A política do Itamaraty com relação aos dois países foi a de reorientar a sua cooperação técnica para o campo da ciência e tecnologia. Nesse sentido, foi entregue a representantes daqueles países um programa de alto nível, elaborado pelo MINIPLAN e o CNPq. No caso do Japão, o objetivo foi de aproveitar a conclusão, em setembro de 1970, do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre os dois países.

O programa visa ao fortalecimento da infra-estrutura da pesquisa científica e tecnológica no Brasil, com ênfase especial na adaptação da tecnologia importada às condições da etapa atual do desenvolvimento industrial brasileiro.

O Itamaraty e o Planejamento estão conscientes de que deve haver uma modificação qualitativa na cooperação técnica estrangeira ao Brasil. Em vez de um número elevado de pequenos projetos isolados, haveria uma convergência de esforços num determinado setor de base. A iniciativa dos projetos caberia ao Governo brasileiro e somar-se-iam aos recursos postos à disposição do Brasil por Governos estrangeiros os recursos nacionais e aqueles provenientes de outras fontes externas, para aplicação nos programas de desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro.

Em março, veio ao Brasil uma missão canadense da "Canadian International Development Agency (CIDA)". A missão demonstrou interesse em cooperar principalmente nos setores da agricultura, pesca, educação e desenvolvimento de comunidades e manteve contatos com diversas entidades brasileiras, a maioria vinculada à SUDENE ou diretamente ao Ministério da Agricultura. O Ministério do Planejamento e Coordenação Geral está

elaborando projetos específicos a serem submetidos brevemente ao Governo canadense.

Em 1971, foram concluídas, por ambas as partes, as formalidades do Acordo Básico de Cooperação Técnica com a Holanda e, pela parte brasileira, com a Espanha, aguardando-se apenas comunicação oficial deste país para a formalização final do Acordo. O Governo italiano apresentou contraproposta ao anteprojeto brasileiro de Acordo Básico. As negociações, em andamento, para a assinatura do Acordo, deverão ser concluídas em princípios do próximo ano, por ocasião da reunião da II Comissão Mista Brasil-Itália. Com a Holanda uma dificuldade persiste: a não inclusão do Brasil na lista prioritária dos países recebedores de cooperação técnica holandesa. Instruções nesse sentido foram feitas ao novo Embaixador na Haia.

A Grã-Bretanha, entre vários projetos, enviou, no final do ano, uma missão de pré-avaliação ao Maranhão para dar prosseguimento aos estudos de viabilidade do projeto de colonização do Alto Turi. O projeto, do maior interesse do Ministério do Interior, visa ao desenvolvimento da agricultura irrigada na região.

O Governo britânico prosseguiu no programa, que data de 1965, de cooperação ao Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuária do Oeste (IPEAO), através do envio de peritos e equipamento e da concessão de bolsas de estudo. Em março, outra missão esteve no Brasil para estudar a ferrugem do café e apresentou relatório contendo recomendações sobre as possibilidades de prestação de cooperação técnica.

Embora de importância menor, as atividades do "Corpo da Paz" dos Estados Unidos da América, no Brasil, deverão agora ser enquadradas no âmbito do Decreto n.º 65.476, tendo em vista as mudanças havidas nas diretrizes do programa, que o aproximam do conceito de cooperação técnica. Estão sendo realizadas negociações com a Embaixada norte-americana.

Segue relação dos projetos que deverão contar com a cooperação técnica estrangeira, aprovados pelo MINIPLAN em 1971.

Entre eles, a maioria já foi submetida aos países coöperantes e alguns se encontram em execução:

REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

1) Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuária da Amazônia Ocidental (IPEAAOc): desenvolvimento agrícola do Estado do Amazonas; em negociação.

2) Centro Estadual de Educação Tecnológica de São Paulo: elaboração de currículos; aprovado.

3) Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) de Minas Gerais: experimentação agrícola; em negociação.

4) Prefeitura de Guarapuava, Paraná; desenvolvimento agrário; aprovado.

5) Associação Brasileira de Normas Técnicas: normalização, em negociação.

6) Secretaria de Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul: pesquisas hidrológicas; aprovado.

7) Ministério da Agricultura/FAO: programa de uso de fertilizantes; aprovado.

8) IBGE: pesquisas geográficas na Amazônia; aprovado.

9) Escola Técnica Industrial Lauro Gomes, São Bernardo do Campo: instalação da Escola; segundo ajuste em negociação.

10) SUDENE: promoção de pesquisas geológicas; terceiro ajuste em negociação.

11) SUDENE: promoção de pesquisas cartográficas; concluído ajuste.

12) Colégio Agrícola Visconde da Graça, da Universidade de Pelotas: promoção da agricultura.

13) Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuária Meridional (IPEAME): pesquisas; concluído ajuste.

14) Ministério da Agricultura, Universidade Rural do Brasil; concluído ajuste.

15) Conselho Metropolitano de Municípios, Rio Grande do Sul: plano de desenvolvimento integrado de Porto Alegre; concluído ajuste.

16) Instituto Central de Química da Universidade Federal de Santa Maria: criação do Instituto; aprovado.

17) Centro de Inseminação Artificial de Indaial, Santa Catarina: instalação do centro; ajuste em negociação.

18) Associação de Crédito e Assistência Rural: experimentação agrícola; aprovado.

19) Secretaria de Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul: plano de Aumento das Pastagens Cultivadas; aprovado.

20) Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA): pesquisas florestais; aprovado.

JAPÃO

1) Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo: horticultura.

2) Instituto Biológico da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo: pesquisas diversas.

3) Instituto Biológico da Secretaria de Agricultura de São Paulo: pesquisas em biologia.

4) Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo: pesquisas em zoologia.

5) Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo: desenvolvimento do Vale do Ribeira.

6) Universidade Federal da Paraíba: professor de engenharia elétrica.

7) Associação Brasileira de Normas Técnicas: normalização.

8) Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuária do Norte (IPEAN): combate à doença da pimenta do reino.

9) SUDAM: papel econômico da juta e castanha do Pará.

10) Instituto Nacional de Pesos e Medidas: implantação de serviços de arqueação.

11) Secretaria de Agricultura de Santa Catarina: fruticultura de zona temperada.

12) Universidade Federal de Pelotas: perito em microbiologia.

13) Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuária do Norte (IPEAN): pesquisas diversas.

14) Ministério das Minas e Energia: pesquisas de carvão no Piauí, Maranhão, Pará e Goiás.

GRÃ-BRETANHA

1) Instituto de Ciências da Universidade Federal do Paraná: professor de fisiologia.

2) Escola Federal de Engenharia de Itajubá: professor de engenharia elétrica e mecânica.

3) Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuária do Oeste (IPEAO): professores de várias especialidades.

4) Colégio Técnico de Laboratório da Universidade Federal de Minas Gerais: treinamento de técnicos de laboratório; convênio complementar em negociação.

5) SUDENE: projeto de colonização do Alto do Turi, Maranhão; missão de pré-avaliação.

6) Coordenação dos Cursos de Pós-graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro: professores de várias especialidades.

7) Escola de Engenharia Industrial da Universidade Federal de Santa Catarina: vinda de professores.

8) DNOCS: desenvolvimento de recursos hídricos.

9) Universidade Federal da Paraíba: professores de várias especialidades.

10) Universidade da Bahia: cultura da ostra.

11) Ministério do Interior: Plano Nacional de Irrigação.

12) Fundação Brasileira de TV Educativa: desenvolvimento da TV-Educativa.

FRANÇA

1) Conselho Nacional de Siderurgia Brasileira: elaboração de estudo de reorganização.

2) Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU): planejamento integrado de cidades.

3) Centro Técnico da Aeronáutica: pesquisas diversas.

4) Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA): pesquisas diversas.

5) SUDENE: inventário de dados hidrológicos do Nordeste.

6) Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia: dois professores.

SUÍÇA

1) Centro Tecnológico da Universidade Federal de Santa Catarina: aperfeiçoamento do curso de pós-graduação em engenharia mecânica.

2) SENAI (São Paulo) Escola de Mecânica de Precisão: instalação e funcionamento da Escola; ajuste em negociação.

3) Escola Politécnica de Campina Grande: programa de pós-graduação em engenharia elétrica.

4) SUDENE: produção de sementes e cooperativismo pesqueiro; cooperação financeira, ajuste em negociação.

5) SUDENE: Cooperativa Mista Artesanal do Recife; promoção do artesanato, construção e financiamento da cooperativa; ajuste em negociação.

6) SUDENE: Instituto de Nutrição da Universidade Federal de Pernambuco; criação do Departamento de Tecnologia Alimentar; assinado acordo.

HOLANDA

1) Centro de Promoção Humana do Gama: cooperação financeira para a construção e instalação do Centro.

2) Universidade Federal de Minas Gerais: técnico em fotogrametria e foto-interpretação.

3) Combate ao vírus do mosaico do pepino na região de Tomé Açu, Pará.

4) Colégio Redentorista de Campina Grande: implantação de curso de eletrônica e telecomunicação.

CANADÁ

1) Missão de Avaliação da "Canadian International Development Agency" (CIDA): cooperação com diversas entidades (SUDENE, SUDAM, Ministério da Agricultura, etc.).

2) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro: intercâmbio com a Universidade de Toronto e Waterloo; computação.

ITÁLIA

1) PLUMITUR: Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado do Rio de Janeiro.

2) SENAI: Escola Técnica de Artes Gráficas; instalação e funcionamento da Escola.

ESPANHA

1) DNOCS: técnicos em irrigação.

2) Ministério do Trabalho: convênio de cooperação social com o Brasil; em negociação Ajuste Administrativo ao Ajuste Complementar.

FINLÂNDIA

1) Ministério do Trabalho: em negociação acordo sobre intercâmbio de estagiários.

Em decorrência do desenvolvimento econômico que o país logrou nos últimos anos e a intensa atividade política que o Ministério das Relações Exteriores em relação aos vizinhos continentais do Brasil, numerosas solicitações de cooperação técnica estão sendo formuladas ao Governo brasileiro pelos demais países latino-americanos. A fim de melhor atender tais solicitações, o Itamaraty procurou manter entendimentos diretos com as autoridades responsáveis pelos programas de cooperação técnica nos outros países, através das várias Comissões Mistas recentemente realizadas.

Nesse sentido, o Itamaraty já participou de Comissões Mistas com a Guiana Inglesa, Paraguai, Venezuela e Equador, durante as quais foram, sistematicamente, demarcadas as áreas em que seria viável a elaboração de projetos de Assistência Técnica e analisadas as modalidades de cooperação a serem adotadas na implementação de cada projeto específico.

Por outro lado, dando seqüência à política iniciada em 1970 de implementar projetos específicos de cooperação técnica brasileira, o Itamaraty empreendeu, em 1971, a realização de vários novos projetos de assistência técnica, em estreita colaboração com as entidades nacionais competentes.

Em 1971, o Itamaraty iniciou a prestação de assistência técnica ao Paraguai, através de dois projetos distintos: o primeiro ex-

prime a colaboração do Governo brasileiro no sentido de auxiliar o Paraguai a melhor estruturar seu mercado de valores mobiliários. Para a realização desse projeto, o Itamaraty vem contando com a colaboração do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC), cujos especialistas estão prestando serviços de assessoria à Comissão Nacional de Valores e ao Banco Central do Paraguai. No quadro desse projeto já foram enviadas a Assunção duas missões distintas de assessoria integradas por um total de 5 (cinco) especialistas do IBMEC. Ainda com relação ao assunto, o Itamaraty preparou um Projeto de Convênio entre o IBMEC e o Banco Central daquele país, para a prestação de serviços de cooperação técnica.

O segundo projeto é o relativo à Formação de Mão-de-Obra especializada, no quadro do qual foi enviado um assessor do SENAI a Assunção. Essencialmente, porém, o projeto consiste na realização de um programa de estágios de treinamento, no Brasil, no campo do Ensino Técnico e da Formação Profissional, para instrutores paraguaios da matéria.

Ainda em 1971, o Itamaraty elaborou, em colaboração com o Banco Nacional de Habitação (BNH), um projeto de assistência técnica ao Paraguai no campo habitacional, cujo início está previsto para 5 de fevereiro próximo. O principal objetivo do projeto será a elaboração de um Plano Habitacional para o Paraguai, em moldes similares ao que vem sendo utilizado no Brasil.

No que tange à colaboração com o Equador, foram realizados, em 1971, dois projetos de cooperação técnica: o primeiro visou ao treinamento de dois engenheiros rodoviários daquele país, em técnicas de pavimentação rodoviária junto ao Instituto de Pesquisas Rodoviárias. O segundo projeto foi realizado em estreita colaboração com a Companhia Siderúrgica Nacional e consistiu no treinamento profissional de 5 engenheiros metalúrgicos equatorianos em técnicas de operação de usinas siderúrgicas, principalmente laminação, engenharia de planta, engenharia de manutenção e técnicas de operação de altos fornos.

No que diz respeito à colaboração técnica com a Bolívia, foram implementados dois projetos. O Itamaraty executou, em 1971, um programa de 10 estágios de treinamento para instrutores bolivianos de Ensino Técnico e Formação Profissional, junto ao SENAI e preparou, em colaboração com o BNH, um projeto de assistência técnica à Bolívia no campo habitacional.

No que tange à colaboração com o Peru, o Itamaraty preparou projeto de consultoria a ser prestada pelo IBMEC à Comissão de Valores daquele país, com o objetivo de estruturar as atividades do Mercado de Capitais do Peru. A fim de tornar viável a prestação da assistência técnica pleiteada pelo Peru com financiamento do BID, o Itamaraty preparou projeto de Convênio entre as duas entidades, que deverá ser brevemente assinado em Lima, e que define, claramente, os serviços a serem executados pela parte brasileira.

No que diz respeito à Guiana, o Itamaraty implementou, em colaboração com o SENAI e o CENAFOR, a 3.ª fase do Plano de Formação de Mão-de-Obra Especializada da Guiana, que consistiu na realização de estágios de aperfeiçoamento profissional para 8 instrutores do Instituto Técnico da Guiana. Ainda em 1971, foram elaborados, em colaboração com o SENAI, os projetos de Mecânica Geral e Treinamento Profissional em Técnicas de Trabalho em Cerâmica, cuja execução deve ter início a 17 de janeiro de 1972.

Finalmente, encontram-se em estudos no Itamaraty vários projetos de Convênios com entidades científicas e tecnológicas nacionais, que virão facilitar a prestação de cooperação técnica aos demais países do continente, ao ampliar as possibilidades de atendimento das solicitações formuladas ao Governo brasileiro.

OUTRAS ATIVIDADES

Durante 1971, o Itamaraty ofereceu às diversas entidades nacionais, especializadas em assuntos científicos e tecnológicos,

178 Cursos para o aperfeiçoamento profissional de seus técnicos no exterior, dando amplo conhecimento das oportunidades disponíveis, através de 693 ofícios de divulgação de bolsas de estudos. Tais cursos compreenderam tanto os oferecidos pela OEA, quanto os bilaterais de natureza mais específica, que foram colocados à disposição do Governo brasileiro pelas Embaixadas da Alemanha, Japão, França, Inglaterra e Itália.

Em 1971, foi concluída a implementação do II Programa Nacional de Cooperação Técnica, relativo ao Ano Fiscal de 1970/1971.

No quadro da referida programação, o Brasil foi contemplado, pela OEA, com 156 bolsas de estudos de características técnicas diferentes, das quais 40 relativas ao Programa Regular de Treinamento (PRT), 32 referentes ao Programa Especial de Capacitação (PEC), 45 vinculadas ao Programa de Cooperação Técnica (PTC), 20 ligadas ao Programa de Bolsas Especiais (PBE) e 19 concedidas através dos Programas Regionais.

Durante 1971, a OEA patrocinou a realização de um total de 114 Cursos, que foram divulgados, sistematicamente, pelo Itamaraty para todas as entidades científicas e tecnológicas do país, de acordo com a natureza de cada curso.

Por outro lado, tramitaram pelo Itamaraty 549 solicitações de bolsas de estudos para cursos organizados pela OEA, no quadro de seus diferentes programas de bolsas, conforme o seguinte quadro demonstrativo:

PRT	196	candidatos
PEC	211	candidatos
PCT	90	candidatos
PBE	34	candidatos
Outros	18	candidatos

Através dos serviços de cooperação técnica bilateral das Embaixadas estrangeiras no país, foram oferecidas, ainda, ao

Governo brasileiro vagas para 64 cursos de aperfeiçoamento profissional na Alemanha, Japão, França, Inglaterra e Itália. Para participar desses cursos foram encaminhados, pelo Itamaraty, às respectivas Embaixadas um total de 108 candidatos, conforme o seguinte quadro demonstrativo:

Alemanha	47 candidatos —	25 Cursos
Japão	16 candidatos —	28 Cursos
França	16 candidatos —	8 Cursos
Inglaterra	5 candidatos —	4 Cursos

ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

ORGANIZAÇÃO

As atividades do Setor Competente, no ano de 1971, repartiram-se entre três grupos principais: projetos relativos à organização do Ministério das Relações Exteriores; assistência prestada aos demais órgãos do Itamaraty, relativa ao funcionamento do Ministério e à legislação pertinente; expediente de rotina, abrangendo, entre outras modalidades, Textos-de-Serviço, Portarias normativas e Instruções de Serviço, contatos com particulares e instituições interessados na organização da Secretaria de Estado.

Dentre os projetos, convém ressaltar:

a) feitura do V volume do Guia de Postos, em fase de encadernação;

b) levantamento das condições de instalação de tipografia no Itamaraty;

c) reestruturação do Serviço Exterior Brasileiro;

d) estudos de níveis de representação de Diplomatas no exterior (Missões Diplomáticas e Repartições Consulares);

e) lotação de Diplomatas no Exterior;

f) lotação de Diplomatas e funcionários na Secretaria de Estado;

g) lotação de funcionários no exterior;

h) distribuição dos livros "Brasil".

O Setor competente procedeu à elaboração de informes sobre o funcionamento e estrutura do Ministério das Relações Exteriores, e correspondente legislação. Entre outros trabalhos, idealizou-se um novo tipo de Manual de Serviço, de folhas soltas, o que permite sua constante atualização, e procedeu-se a uma revisão global do aludido Manual.

Elaboraram-se 121 (cento e vinte um) Textos-de-Serviço, e 21 Instruções de Serviço.

ORÇAMENTO

No ano de 1971, além dos trabalhos diretamente ligados à sua competência regimental, o Setor Competente empreendeu uma série de atividades, com o objetivo de dotar o Ministério de uma estrutura orçamentário-financeira que, dentro da moderna concepção de orçamento-programa, venha a possuir flexibilidade suficiente para atender às necessidades crescentes da política exterior brasileira.

Estas atividades constituíram-se, basicamente, na simplificação do sistema de administração financeira do Ministério pela adoção de métodos de trabalhos mais racionais.

A simplificação da Administração financeira ocorreu através das seguintes medidas:

a) **ampliação do sistema mecanizado de contabilidade,** possibilitando maior segurança nos lançamentos e rapidez na informação;

b) **modificação no sistema de pagamentos no exterior.** Até 1970, o sistema de pagamentos no exterior funcionava através da emissão de cambiais pelas Repartições. Estes papéis, negocia-

dos na rede bancária local, eram, posteriormente, apresentados à Delegacia do Tesouro Brasileiro que efetuava o pagamento aos bancos, encerrando a operação.

Este processo trazia inúmeros inconvenientes, entre os quais enorme perda de tempo, trabalho e gasto excessivo de material. Além disso, por seu caráter antiquado e pouco prático, o sistema de saques impedia uma administração eficiente dos recursos disponíveis. O tempo decorrido entre a autorização para sacar, dada pela Secretaria de Estado, e a apresentação dos papéis à Delegacia do Tesouro era, na maior parte dos casos, muito longo. Tal fato ocasionava incompatibilidade entre os dados contábeis da Delegacia e os da Divisão do Orçamento, donde a insegurança das informações e a conseqüente impossibilidade de tomada de decisões, principalmente com relação a gastos com pessoal.

O processo acima descrito e seus inconvenientes foram totalmente contornados pela adoção, em 1971, do sistema de depósito em Banco, para pagamento de pessoal e da emissão de cheques contra o Banco do Brasil em Nova York, pela Delegacia do Tesouro, para pagamento das outras dotações distribuídas aos postos no exterior;

c) **simplificação do processo de prestação de contas no exterior.**

Em 1971, através de entendimentos com a Delegacia do Tesouro e com o Tribunal de Contas, conseguiu-se transformar radicalmente a prestação de contas. Os postos no exterior passaram a enviar à Delegacia apenas um balancete dos gastos efetuados em cada semestre, conservando em seu poder os comprovantes das despesas.

Em contrapartida, será iniciado um programa de visitas aos postos, com a dupla finalidade de verificar a procedência dos gastos (Tribunal de Contas/Delegacia do Tesouro) e de orientar as Repartições relativamente a aspectos orçamentários e financeiros (Itamaraty).

A adoção de métodos de trabalho mais racionais acarretou uma gestão mais eficiente de recursos e possibilitou o deslocamento de maiores somas para áreas prioritárias de Pessoal e Previdência Social. A esse respeito, vale ressaltar o papel desempenhado pela Fundação Visconde de Cabo Frio que, totalmente reestruturada e reativada, serviu de intermediária e forneceu a base legal para que as negociações levadas a efeito junto à Caixa Econômica, pudessem ter êxito e culminassem na celebração do Convênio para aquisição de casa própria para os servidores do Itamaraty.

Além disso, através da Fundação, foi possível contratar-se, em bases extremamente vantajosas, um Seguro em Grupo para os funcionários do Ministério.

Obteve-se, ainda, através de negociações com a Delegacia do Tesouro, que fosse pago Auxílio-moradia a alguns funcionários de alto nível, no exterior. Esta medida veio, de certa forma corrigir as distorções decorrentes da existência do teto de ... US$ 2.500,00 para remuneração de funcionários no exterior.

Cumpre ainda destacar o **apoio administrativo-financeiro prestado à execução dos Projetos de Alta Prioridade,** atribuídos ao MRE nas "Metas e Bases para a Ação do Governo". O Setor Competente, em contato estreito com os responsáveis pelos diversos Projetos, tem coordenado a elaboração dos relatórios de acompanhamento financeiro e geral, nos termos do Decreto n.° 68.993, de 28 de julho de 1971.

Finalmente, cabe assinalar os esforços empreendidos no sentido da **implantação da Reforma Administrativa no Ministério.** Para tanto, celebrou-se um Convênio com o ERA/Fundação Getúlio Vargas, que permitiu um levantamento preliminar dos obstáculos regimentais e institucionais que impedem o bom funcionamento do Itamaraty, dentro da filosofia do Decreto-lei n.° 200, de 1967.

O Escritório da Reforma Administrativa está em fase de elaboração de seu relatório, que permitirá a assinatura do Convênio definitivo de assistência técnica.

ARQUIVO

O ano de 1971 marcou para o Setor Competente a revisão, para a atualização, de seus métodos de trabalho, imperativo inadiável em função do crescimento dos meios de comunicação com o exterior e dos contatos e relacionamento entre o Itamaraty e outros órgãos da Administração pública e privada.

A desatualização do sistema de Classificação, a falta de um critério comum de distribuição de correspondência, a ausência de um controle efetivo sobre a circulação do expediente na Secretaria de Estado, a falha correspondente nos maços de Antecedentes culminaram por deteriorar senão impedir o diálogo necessário entre os usuários e o Arquivo Central.

Visando a encontrar solução para todas essas deficiências, senão minorá-las, o Setor Competente esteve empenhado durante todo o ano de 1971 na revisão de suas rotinas e métodos.

Visita de observação aos EUA

Dentro desse quadro de reforma, e como seu ponto de partida, está a viagem do Chefe da Divisão de Arquivo aos Estados Unidos, no início do ano. Nessa viagem, visitou o "Battelle Memorial Institute", entidade especializada na tecnologia do processa-

mento da informação; o Departamento de Estado — cujo sistema de classificação poderia vir a ser adotado para o Itamaraty — e os Arquivos das Nações Unidas. A experiência recolhida em um mês de permanência junto às instituições citadas serviu para cristalizar o programa de trabalho que vinha sendo esboçado desde início de 1970, e foi parcialmente posto em prática em 1971.

Planejamento

O esforço de observação, levantamento, planejamento e reformulação que caracterizou o ano de 1971, desenvolveu-se nos seguintes planos principais:

I) Diagnóstico do crescimento dinâmico do volume de trabalho em todos os setores e conseqüente programação da alteração de rotinas e métodos;

II) Elaboração do Manual de Classificação de Arquivo (MCA);

III) Elaboração do Manual de Distribuição de Correspondência (MDC);

IV) Reforma espacial das instalações da Divisão.

O excepcional volume de trabalho registrado em 1971, criou a necessidade de, no decorrer do ano, introduzir modificações na rotina das Seções. A finalidade das alterações foi simplificar os métodos de trabalho, garantindo tanto controle como rapidez no processamento de expedientes, e preparar o terreno para as etapas de grande vulto: o Manual de Classificação de Arquivo, Manual de Distribuição de Correspondência, e a própria reforma espacial das instalações.

Reformas Implementadas

A **Carteira de Entrada** foi transformada em mero recebedor da correspondência oficial externa. Sua rotina simplificada excluiu a tarefa de protocolo de cada papel entrado na SERE. O arquivo de originais, modernizado já em 1970, tornou-se suficiente para as consultas de referência.

Na **Seção de Classificação,** a fim de homogeneizar a referência cultural das classificadoras, tomou-se por princípio a formação em Biblioteconomia e Documentação, ou, secundariamente, em algum ramo das Ciências Sociais, para seleção do pessoal admitido. A unificação dos órgãos classificadores concretizou-se, com a passagem da classificação "a posteriori" de telegramas para o Arquivo. Criou-se ainda um sistema de coordenação da tarefa de classificar, com a consolidação periódica das alterações introduzidas nas rubricas do Manual de Classificação Decimal. Foi também instituído o rodízio das classificadoras, não havendo mais especialistas em assuntos.

Na **Seção de Antecedentes,** adotou-se para algumas classes, com ótimos resultados, o fichamento de expedientes. O caso dos formulários de passaportes é típico: recebem um número geral de entrada anotado na ficha e podem ser facilmente localizados com o recurso à ordem alfabética de nomes.

Na **Seção de Distribuição,** para suprir as deficiências de instalações e impedir o extravio de minutas, até então encaminhadas em pastas abertas (RJ 18), entraram em uso envelopes tarjados em cor (vermelho e verde) que devem conter minutas para processamentos em Multiplicação e Datilografia. O princípio da cor e da forma para identificar o expediente é universal nas organizações modernas. Do atual programa de trabalho consta, nesse sentido, a alteração do próprio padrão de expediente usados no Ministério das Relações Exteriores.

Na **Seção de Correspondência Especial,** além da reforma completa das instalações, passou-se a utilizar (por trituração ou queima) as "cópias para conhecimento" de telegramas sigilosos que circulam em grande número pelo Ministério e que, até então, eram todas necessariamente arquivadas. São atualmente incorporadas aos maços apenas as cópias distribuídas para a área com ação no assunto.

Nas **Seções de Datilografia, Multiplicação e Fotografia,** foram medidas especialmente importantes:

a) o reforço no controle do processamento das minutas, através do uso de mapas internos de acompanhamento do papel;

b) continuidade e regulamentação da política de empréstimos de funcionários (datilógrafos) para suprir necessidades de órgãos da Casa;

c) elaboração de estatísticas de produtividade e de dispêndio com material.

Novos Manuais de Arquivo

A caducidade do atual sistema de classificação decimal, que data de 1934, invalidou a existência dos maços de antecedentes. Para substituí-lo, desde o início do ano está constituído um Grupo de Trabalho, para a elaboração do **"Manual de Classificação de Arquivo"** (MCA).

O Manual de Classificação de Arquivo foi elaborado tendo em vista a peculiaridade dos assuntos tratados no Ministério das Relações Exteriores e, como sistema, procura facilitar a tarefa de recuperação do expediente individual desejado e de constituição de maços de assuntos. A generalidade que caracteriza suas classes, subclasses e rubricas deverá permitir desdobramentos **livres,** conforme as necessidades setoriais e alterações condicionadas pelo momento. Como auxiliar de classificação foi também elaborado um índice alfabético de **entradas** (assuntos) que remetem para a classificação apropriada dentro do sistema.

Complemento indispensável do anterior, foi também elaborado em novos moldes o **"Manual de Distribuição de Correspondência"** (MDC), já distribuído em edição experimental. Preparado a partir de consulta a todas as áreas, o MDC pretende ser o consenso da Secretaria de Estado no tocante às suas atribuições, e funcionar como guia para a Seção de Classificação, para a SERE e para os postos no exterior. Sua edição definitiva, em folhas soltas, permitirá imediata atualização sempre que ocorra qualquer mudança de atribuição na SERE, mantendo valor documental permanente.

Reforma Espacial das Instalações

A **linearidade** é condição indispensável para o andamento sem atropelos da correspondência. Já no relatório referente a 1970 e no programa de trabalho para 1971 o problema de melhor localizar as Seções-chave aparecia como merecendo tratamento prioritário. Ao final de 1971 foram realizadas obras de reforma das instalações, conseguindo-se melhorar substancialmente o andamento dos expedientes e aproximar o fluxograma real do abstrato ideal. A ampliação espacial resultante beneficiou especialmente a Seção de Correspondência Especial, que teve suas instalações quase duplicadas. A mudança da SCE para o 6.° andar unificou as prumadas de Distribuição da correspondência ostensiva e sigilosa, resolvendo os problemas de movimento excessivo e diminuindo o número de mensageiros necessários à circulação das malas.

A **Seção de Distribuição** ganhou em espaço útil e está diretamente ligada às Seções de Classificação, Originais e ao Centro de Copiagem Xerox, facilitando a remessa de cópias para os órgãos do Itamaraty. Ainda como decorrência da redistribuição do espaço interno, a Carteira de Saída se encontra hoje ao lado da Seção de Malas Diplomáticas, acelerando o recebimento e a entrega da correspondência entre a SERE e os postos e vice-versa, e a Chefia ocupa uma posição central que contribui para melhor controle e coordenação das atividades.

MATERIAL E PATRIMÔNIO

Forçoso reconhecer que um dos setores mais afetados com a transferência do Ministério das Relações Exteriores para Brasília tem sido o da administração material e patrimonial. Antes, na Guanabara, ela incidia sobre uma área de 12.000 m^2 do velho Palácio Itamaraty; agora, a área útil onde se executam os serviços da Chancelaria brasileira atinge a 72.000 m^2. A primeira fase dos compromissos desse tipo de administração foi ocupada pelos problemas relativos à transferência propriamente dita, sem dúvida modelar no seu processamento, graças à integral execução de programa orgânico que a remoção mesma de vasto acervo material provou ter sido acertado. O que vem sendo realizado na presente fase, em meio à parcimônia dos recursos orçamentários específicos, são as tarefas de consolidação da infra-estrutura material do Ministério no Distrito Federal.

No ano de 1971, procurou-se analisar três modalidades de problemas, de estrutura, de organização e de funcionamento. Dentro desse contexto, chegou-se a uma fórmula de reestruturação da Divisão do Material, e implementou-se uma Assessoria Técnica, a fim de se assegurar maior eficiência, no quadro da moderna técnica administrativa. Ademais, vários trabalhos inéditos na prática da administração material e patri-

monial foram executados, quais sejam: Cronograma de Desembolso; Projeto de Classificação e Codificação do Material Permanente, de Consumo e Equipamentos de uso na Secretaria de Estado; Listas de Estoque; Cadernos de Especificações Técnicas; Fixação dos Níveis de Estoque; Projeto de implantação do Sistema de Controle do Almoxarifado; etc.

No que diz respeito ao "Setor Exterior", a Embaixada em Paris está sendo instalada em prédio de alto gabarito, situado num dos melhores pontos daquela Capital (COUR ALBERT PREMIER, n.° 34, Paris 8 ème), e cuja aquisição representou necessidade inadiável, tendo em vista o prestígio e os interesses crescentes do Brasil naquele país. Da mesma forma, e em sintonia com a atual política de maior aproximação com os Estados americanos, realizou-se a compra da Sede da Missão Diplomática em Georgetown (Guiana), pouco antes da visita do Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores àquele país.

Foi inaugurada, no final de 1971, a nova Chancelaria da Embaixada do Brasil em Washington, já estando, inclusive, previsto para os próximos exercícios o acréscimo de garagem subterrânea, auditório, etc. Iniciou-se, ainda, a construção da Embaixada em Dacar, a qual, segundo se espera, estará terminada antes do final de 1972.

Por outro lado, respondendo a necessidades que há muito se faziam sentir, e tendo em mente não apenas tornar mais prático e eficiente o fornecimento de determinados itens às repartições no exterior, mas também evitar problemas estéticos e, sobretudo, gastos inúteis ou desproporcionados, criou-se um "Serviço de Padronização, Decoração e Equipamento" que pretende, entre outras coisas, regulamentar mais de perto a instalação e a decoração de nossas repartições no estrangeiro, assim como uniformizar, tanto quanto possível, o material e equipamento a elas fornecido.

A fim de testar a exeqüibilidade do novo Serviço, procurou-se, de início, restringir a análise e as tentativas de solução a apenas alguns aspectos do problema. Desse modo, fez-se, no Brasil

e no exterior, minucioso levantamento da forma, padrões, qualidade, preços, quantidade produzida, possibilidade de estoque, meios de transporte, etc., no que concerne a cristais, porcelana, prataria, roupa de cama e mesa. Os resultados obtidos foram excelentes para as indústrias brasileiras, chegando-se, portanto, a conclusão de que — salvo em casos excepcionais — a padronização dos itens citados será feita com artigos nacionais. Nesse sentido, o Serviço em apreço já está preparando, em colaboração com as firmas produtoras, catálogos detalhados a serem remetidos, logo que prontos, às nossas Embaixadas e Consulados.

COMUNICAÇÕES

Para acompanhar os novos rumos da diplomacia brasileira, o complexo sistema internacional de comunicações do Itamaraty, que exige condições excepcionais de rapidez e de sigilo em escala mundial, teve que ampliar-se e renovar-se.

Missões especiais aos postos na América Latina, Ásia e África modernizaram a rede de comunicações telegráficas, permitindo ao Itamaraty manter fluxo contínuo de instruções e acesso imediato a informações da esfera internacional. Cabe assinalar a instalação de serviço telex em toda a América Latina, área de interesse primordial da política exterior brasileira, inclusive de um canal privativo para o Prata, e melhoria das comunicações por telex com o Japão, polo de interesse comercial para o Brasil, com a África do Sul, país de especial relevância na estratégia do Atlântico Sul, e com os principais países da África ao sul do Saara.

O serviço de malas diplomáticas, que cobre todo o mundo, tem-se aproveitado progressivamente dos serviços e rotas das companhias aéreas brasileiras, enquanto em algumas das áreas mais delicadas de atuação política, como a Europa Oriental e o Prata,

tem-se recorrido ao sistema de correios diplomáticos que deverá em breve estender-se ao resto da América Latina.

A correspondência diplomática servida por esse sistema de comunicações, que representa um fluxo anual aproximado de três milhões de unidades, abrange a correspondência do Itamaraty com seus postos e das Forças Armadas com seus adidos.

A natureza essencialmente política dessa correspondência requer grau de sigilo adequado à nova importância do Brasil no cenário internacional, o que levou o Itamaraty a entendimentos preliminares na esfera interna visando a elaboração de projetos de nacionalização de serviços e equipamentos de comunicações.

Em 1972, a política de comunicações do Itamaraty prosseguirá com seus objetivos de assegurar rapidez e sigilo sempre maiores através da modernização e nacionalização do sistema.

PESSOAL

O Setor Competente, durante o ano de 1971, modernizou o sistema de pagamento da remuneração mensal do pessoal lotado no exterior, que passou a ser realizado mediante depósito em contas nominais na Agência do Banco do Brasil em Nova York.

A ajuda de custo, o auxílio para transporte e as diárias, em viagens a serviço, a que façam jus os funcionários lotados no exterior ou na Secretaria de Estado são igualmente pagos mediante o depósito em contas correntes no Banco do Brasil em Nova York.

Com relação à nova política de pessoal que vem sendo implantada na Administração Federal, o Setor Competente, como órgão setorial do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC), participou ativamente das reuniões da Comissão de Coordenação do Sistema de Pessoal e da Coordenação de Legislação de Pessoal. Dentre as realizações no âmbito do SIPEC ressaltam:

a) a constituição da Equipe Técnica de alto nível, para a implantação do novo Plano de Classificação de Cargos por Portaria de 21 de dezembro de 1970;

b) o treinamento de sete funcionários no Curso de Classificação de Cargos, realizado pelo Departamento Administrativo de Pessoal Civil (DASP);

c) estudo aprofundado da reclassificação dos cargos de Oficial de Chancelaria e Auxiliares Locais, só existentes no Itamaraty, bem como apresentação de projeto de lei sobre acesso de funcionários do Quadro de Pessoal do Ministério;

d) elaboração e apresentação do projeto de Reforma da Carreira de Diplomata, e obtenção de prioridade para o mesmo.

O Decreto n.º 69.121, de 24 de agosto de 1971, alterou o sistema de cálculo de auxílio para transporte para os funcionários da Carreira de Diplomata.

Foram aprovadas pelo Senado Federal dezesseis designações de Embaixadores, a seguir discriminadas:

Cláudio Garcia de Souza	Embaixador em La Paz
Renato Firmino Maia de Mendonça	Embaixador em Acra
Sérgio Armando Frazão	Embaixador da Missão junto às Nações Unidas
João Augusto de Araújo Castro	Embaixador em Washington
João Batista Pinheiro	Embaixador em Bonn
Geraldo de Carvalho Silos	Embaixador em México
Paulo Leão de Moura	Embaixador em Tóquio
Fernando César de Bittencourt Berenguer	Embaixador em Abidjã
Paulo Brás Pinto da Silva	Embaixador em Teeran
Carlos da Ponte Ribeiro Eiras	Embaixador em Beirut

Carlos Sette Gomes Pereira	Embaixador em Haia
Antônio Mendes Vianna	Embaixador em Porto Príncipe
Arnaldo Vasconcellos	Embaixador em Montevidéu
Paulo Rio-Branco Nabuco de Gouvea	Embaixador em Lagos
Luís Leivas Bastian Pinto	Embaixador no Cairo
Quintino Symphoroso Deseta	Embaixador em Islamabad

DOCUMENTAÇÃO

O Setor Competente desincumbiu-se, plenamente, em 1971, de todas as atividades inerentes às suas competências regimentais. Dentre os inúmeros projetos, vale, porém, assinalar os seguintes pontos:

— instalação da Biblioteca em Brasília, com a transferência de 8.500 volumes e 220 títulos de periódicos, instalação de dependências, no andar térreo, tais como: salas de leitura, estantes de periódicos, iluminação das salas do primeiro-subsolo, decoração através de tapetes, cortinas, balcões e mesas, especialmente desenhadas para a Biblioteca por firma especializada;

— atualização do acervo da Biblioteca: encomenda das mais recentes publicações de política e economia nas praças de Londres e Nova Iorque;

— transferência da Gráfica da Embaixada do Brasil em Roma para a Secretaria de Estado;

— plano de instalação e operação da Gráfica, com a contribuição de firmas e técnicos especializados;

— atividades correntes da Mapoteca, inclusive programação de cursos;

— atividades correntes do Arquivo Histórico;

— atividades correntes da Seção de Publicações, com a impressão e revisão de 15 Atos Internacionais e de outros documentos.

ASSUNTOS CONSULARES E DE IMIGRAÇÃO

ASSUNTOS CONSULARES

CRIAÇÃO, EXTINÇÃO E ALTERAÇÃO DE CATEGORIA DE REPARTIÇÕES CONSULARES

O dinamismo do mundo hodierno, em contínua mutação, impôs a necessidade de uma reestruturação progressiva da rede consular brasileira no exterior. Em conseqüência do desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicação tornou-se imperativa a adoção de medidas destinadas a facilitar o intercâmbio de mercadorias e a viagem de estrangeiros para o Brasil. Em conseqüência disso, e para evitar delongas e entraves burocráticos, dispensou-se, progressivamente, a legalização de faturas consulares, de faturas comerciais e o despacho consular de embarcações e aeronaves. Por outro lado, com o fim de incrementar as correntes turísticas para o Brasil, numerosos acordos bilaterais foram assinados para a dispensa de visto temporário. Assim, com o correr dos anos, a Repartição Consular brasileira no exterior foi perdendo uma das suas características básicas: a de fonte de arrecadação de receita para a União, pois os itens mais aplicados e rendosos da Tabela de Cobrança de Emolumentos Consulares foram abolidos. Entretanto, afora suas atribuições normais no campo notarial, o Cônsul brasileiro teve suas responsabilidades progressivamente aumentadas nos setores político, comercial, cultural, e no de

assistência a brasileiros no exterior, tornando-o basicamente um verdadeiro Agente Político e Comercial, sentinela avançada da Segurança Nacional e promotor da conquista de novos mercados para produtos brasileiros. Assim, em cooperação com as Missões Diplomáticas, a rede consular brasileira tem zelado pela boa imagem do País no exterior, contestando campanhas difamatórias e notícias tendenciosas ou falsas a respeito de diversos assuntos como o de massacre de índios, perseguições políticas e torturas policiais. De acordo com a orientação recebida das Embaixadas, os nossos Consulados têm concorrido para o cumprimento de programas de difusão da cultura brasileira e na execução de planos para a propaganda e venda de produtos brasileiros em mercados tradicionais e em outras áreas a conquistar. A proliferação dos atos de terrorismo, seqüestros de aviões e de personalidades, o recrudescimento de atividades ilícitas ao longo da fronteira, como as relacionadas com o contrabando e o tráfico de entorpecentes, a existência de numerosos brasileiros que vivem no exterior como foragidos, asilados ou banidos do território nacional aumentaram as responsabilidades dos Cônsules como agentes políticos de informação, sobretudo daqueles lotados na rede consular de fronteira.

Tais considerações levaram o Setor Competente a propor a reestrutração de toda a rede consular mantida no exterior, tendo em vista o já exposto e mais o custo operacional na manutenção da presente estrutura. A reforma preconizada seria feita por etapas, a partir da rede consular operante na América do Sul, América Central e Caribe, América do Norte e Canadá, Europa, África, Oriente Médio e finalmente Ásia e Oceânia. Dentro do plano esboçado enfatiza-se a urgência da tomada de uma decisão quanto à transformação dos atuais Consulados Privativos em Vice-Consulados. Deixando à margem os projetos e estudos realizados durante o ano de 1971, as alterações verificadas na rede consular foram as seguintes:

a) Decreto-lei n.° 68.088, de 19 de janeiro de 1971, que extinguiu as Repartições Consulares de Carreira em São Francisco, Baltimore, Boston, Filadélfia, Vancouver, Stut-

gart, Wellington, Manila e Cidade do México, elevou à categoria de Consulados Gerais os Consulados de Chicago e Los Angeles e passou para a categoria de Consulado simples o Consulado Geral em Houston;

b) Por força do Decreto em referência foram criados Serviços Consulares nas Embaixadas do Brasil no México e em Manila e a jurisdição do extinto Consulado Geral em Wellington, Nova Zelândia, passou para o Consulado em Sidney, Austrália;

c) Posteriormente, em Portaria, redistribuiram-se as jurisdições das Repartições Consulares extintas em razão da entrada em vigor do Decreto-lei n.º 68.088;

d) Extinguiriram-se o Consulado Geral em Gotemburgo e o Consulado em Roma e criaram-se o Serviço Consular na Embaixada em Roma e o Consulado Honorário naquela cidade sueca;

e) Ainda durante o ano em referência foram propostas aberturas de Repartições Consulares Honorárias em São Francisco, Baltimore, Boston, Filadélfia, Salt Lake City, Anchorage, Seattle (Estados Unidos), Vancouver (Canadá), Stutgart (República Federal da Alemanha), Wellington (Nova Zelândia) e Mazatlan (México);

f) Continuaram criadas, por lei, as Repartições Consulares em Dublin, Jerusalém e Cingapura, apesar de até o presente não terem sido efetivamente abertas. Acresce que continuam operando, a título precário, os Consulados Honorários em Dublin e Cingapura, inconveniência que ainda não foi possível sanar.

PROPOSTAS DE DESIGNAÇÃO DE CÔNSULES E VICE-CÔNSULES HONORÁRIOS, CÔNSULES PRIVATIVOS E VICE-CÔNSULES INTERINOS

Para a atualização cadastral dos titulares de Consulados Honorários expediu-se Circular Postal, que encaminhou àquelas

Repartições um modelo de ficha a ser preenchida com dados biográficos e outras informações sobre todos os atuais Cônsules Honorários do Brasil no exterior.

No ano de 1971, exoneraram-se os Cônsules Honorários em Guayara-Merin (Bolívia) e em Punta Arenas (Chile). Por outro lado, foram recebidas numerosas propostas e recomendações de candidatos a futuros Cônsules Honorários nas cidades de São Francisco, Salt Lake City, Boston, Filadélfia, Baltimore, Bologna e Punta Arenas. Entretanto apenas um Cônsul Honorário foi nomeado em 1971: o de Gotemburgo (Suécia).

Em razão do projeto de reestruturação da rede consular de fronteira, que preconiza a transformação dos Consulados Privativos em Vice-Consulados, e por outros motivos relevantes, não se designou nenhum Cônsul Privativo em 1971, permanecendo o Consulado Privativo em Posadas (Argentina) sem titular até a presente data. Finalmente, evitou-se a designação de novos Vice-Cônsules, interinos, para as Repartições Consulares de carreira em virtude de projeto, em andamento, que preconiza a extinção desse título.

CARTAS-PATENTES PARA FUNCIONÁRIOS CONSULARES BRASILEIROS

No ano de 1971 foram confeccionadas 31 Cartas-Patentes para titulares de Consulados de Carreira. Continua em estudos um novo critério para confecção de tais documentos oficiais onde figura, muitas vezes, jurisdição sobre territórios pertencentes a dois ou mais Estados soberanos.

JURISDIÇÃO DAS REPARTIÇÕES CONSULARES

Com as modificações verificadas na rede consular pela publicação do Decreto-lei n.° 68.088, de 19-1-1971, diversas Repartições Consulares e Serviços Consulares em Missões Diplomáticas ampliaram suas jurisdições em razão da extinção de

numerosos Consulados de carreira, o que acarretou a necessidade de se confeccionarem novas Cartas-Patentes.

No transcurso de 1971, completaram-se estudos para uma redistribuição mais racional das jurisdições dos Consulados e dos Serviços Consulares de Missões Diplomáticas no exterior, estando prestes a vir à luz a publicação "Jurisdição Consular".

A falta de mapas atualizados, ilustrando a divisão administrativa de cada país, dificultou uma repartição precisa de áreas jurisdicionais para cada Consulado brasileiro. Assim no continente africano tais repartições foram feitas a título provisório. Para a Itália propôs-se a adoção de um critério de divisão por Províncias, abandonando o antigo sistema misto de designação de jurisdição por nomenclatura de região geográfica e administrativa.

REDE CONSULAR ESTRANGEIRA NO BRASIL

A extensa rede consular estrangeira espalhada por todo o território nacional é composta de 519 Repartições Consulares de diversas categorias, mantidas por 65 países.

Elaborada pelo Setor competente, foi publicada a "Lista do Corpo Consular Estrangeiro", atualizada até fevereiro de 1971. Para novos titulares de Consulados estrangeiros providenciaram-se reconhecimentos provisórios, obtenção de 51 "exequaturs" e expedição de 221 carteiras consulares.

PROTEÇÃO DE BRASILEIROS NO EXTERIOR

Durante 1971, e com uma disponibilidade de apenas US$ 26.000,00, foram atendidos cerca de 220 pedidos de auxílio, proteção e repatriamentos, com ônus, de brasileiros no exterior. Mais de 200 repatriações, em navios com regalias de paquete, foram feitas, sobretudo através dos Consulados em Buenos Aires, Barcelona, Lisboa, Porto, Vigo e Gênova. Um total de 66 repatriados embarcaram para o Brasil com despesas

pagas pelo Governo, através dos seguintes Consulados e Embaixadas: Barcelona (10), Beirute (9), Panamá (5), Francfort (4), Viena (3), Nova York (3), Roma (3), México (2), Assunção (4), Bogotá (2), Paramaribo (2), Caracas (2), Hamburgo (2), Havre, Lourenço Marques, Montevidéu, Tel-Aviv, Atenas, Trieste, Antuérpia, Santiago, Washington, Nova Orleans, Roterdam, Houston, Lisboa, La Paz e Montevidéu (1). Para cada pedido de repatriação ou auxílio o Itamaraty teve de entrar em contato com os familiares residentes no Brasil para informar da ocorrência e tentar evitar despesas para o Governo. A proteção a brasileiros no exterior estendeu-se aos campos da assistência judiciária, auxílios para sepultamento, pedidos de esclarecimento sobre mortes misteriosas, desaparecimento, homicídios, suicídios e mortes por acidentes de patrícios em trânsito ou residentes no exterior.

Manteve-se a dotação fixa de US$ 6.000,00 para o Consulado-Geral em Montevidéu gerir o "Fundo de Assistência a Brasileiros", instituição filantrópica cuja fundação remonta a 1948. Por outro lado atribuiu-se ao Consulado-Geral em Assunção uma dotação de US$ 660,00 para atender à alimentação de presos brasileiros que cumprem pena em presídio paraguaio. Outrossim, a pedido da Embaixada em Bogotá, concederam-se US$ 300,00 àquela Missão Diplomática para atender a numerosos pedidos de auxílios feitos por estudantes e outros cidadãos brasileiros que compareceram aos Jogos Pan-americanos de Cáli.

REGISTRO CIVIL E SERVIÇO MILITAR

Ao Ministério da Justiça foram encaminhadas, em 1971, 520 certidões de nascimento, 76 certidões de casamento e 69 certidões de óbito registradas em Repartições Consulares no exterior.

Por Circular Postal expediram-se às Missões Diplomáticas encarregadas de Serviço Consular e às Repartições Consulares de

carreira exemplares das Instruções Gerais sobre o Serviço Militar de Brasileiro no exterior e dos folhetos intitulados "Deveres do Brasileiro". Posteriormente expediu-se outra Circular Postal, encaminhando Livros de Protocolo de Registros de Serviço Militar e carimbos para serem usados no exterior.

Quanto ao Serviço Militar no exterior, foram encaminhados ao Ministério do Exército 533 expedientes referentes a alistamentos, 63 sobre adiamentos de incorporação, 35 casos de dispensa, 20 referentes a certificados de reservista, 15 sobre situação militar de brasileiros. Para os Consulados forneceu-se um total de 596 fichas de alistamento militar e 288 certificados em branco.

OCORRÊNCIAS COM A MARINHA MERCANTE NO EXTERIOR

Em 1971 foram enviados um total de 100 expedientes à Diretoria de Portos e Costas e Tribunal Marítimo do Ministério da Marinha, encaminhando inquéritos registrados pelos Consulados, referentes a ocorrências diversas havidas com os seguintes navios nacionais: "Custódio de Melo" e "Minas Gerais" (pagamento de despesas contraídas no exterior); "Volta Redonda", "Iracema", "Botafogo", "Protario", "Cláudia", "Rafael Lotito", "Marília", e "Frigo Tejo" (desembarque de tripulante); "Itaimbé", "Netuno", "Marília", "Tupã-Norsul I" (abalroamento); "Imbahá" (cessação de bandeira); "Castor" (avarias causadas por tempestade); "Sinai I" e "Pereira Carneiro" (naufrágio); "Paranaguá" (sinistro); "Itatinga", "Frotatokyo", "Itororó" e "Confrio Marclaro" (atribuição de bandeira); "Frigo-América", "Santo Amaro", "Rodrigo" (colisão); "Rio Iguaçu" e "Henrique Lage (irregularidades a bordo); "Taquari" (encalhe); "Romeu Braga" (arribada forçada); "Pedro Teixeira" (vistoria); "Bom Clima" (assistência recebida); "Cabo Orange" (avaria nas máquinas); "Cabo Frio" (avaria de carga); "Irati" (ocorrência a bordo); "Petrópolis", "Itapuca", "Guarapé", "Sinuelo", "Itaité", "Copacabana" e "Itanagé" (acidentes de navegação).

TRAZIDA DE BENS POR BRASILEIROS E IMIGRANTES

Baseando-se em uma média de quatro consultas diárias sobre importação de automóveis, pode-se afirmar que foi autorizada, no período em referência, a importação de cerca de 1.500 veículos, após um exame cuidadoso de cada caso face à legislação que regulamenta a matéria. Numerosas consultas foram atendidas sobre o assunto em tela, algumas obrigando a freqüentes contatos e expedientes com a Coordenação do Sistema de Tributação da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda e com as autoridades alfandegárias.

RENDA CONSULAR

O total da renda arrecadada, em 1971, pela rede consular brasileira no exterior atingiu Cr$ 6.481,70 (ouro).

Em anos anteriores as cifras foram as seguintes:

1970 — Cr$ 9.542,25

1969 — Cr$ 14.859,78

TABELA DE EMOLUMENTOS CONSULARES

Estudos foram iniciados para atualizar a vigente Tabela de Emolumentos Consulares. Será necessário escoimar da referida Tabela itens que se referem aos já abolidos despachos de embarcações e aeronaves e às legalizações de faturas comerciais e pró-forma. Por outro lado, dependendo da aprovação do Ministério da Fazenda, seria necessária a inclusão de um novo item sobre cobrança de multas militares no exterior. Caso o referido Ministério venha a concordar, serão eventualmente dispensadas as legalizações consulares de manifestos e conhecimentos de carga terrestre.

RECONHECIMENTO DE FIRMAS E CARTÕES-AUTÓGRAFOS

Foram reconhecidas 1.074 assinaturas de funcionários consulares e expedidos para a Delegacia do Tesouro e autoridades alfandegárias 6.246 cartões-autógrafos.

Transitaram, ainda, variados e numerosos outros expedientes, durante o ano de 1971, sobre contrabando, venda de terras a estrangeiros, paradeiro de brasileiros no exterior, sucessão de bens, epidemias, epizootias e pragas vegetais que assolaram diversos países dos quais embarcam passageiros, animais vivos e plantas para o Brasil.

PASSAPORTES

Durante o transcurso do ano de 1971, o Setor Competente concentrou suas atividades tendo em mira a consecução de duas metas principais:

a) a sistematização de normas administrativas tendentes a promoverem o perfeito funcionamento, em Brasília, dos diversos serviços afetos à Divisão;

b) a adoção de medidas visando ao entrosamento com os órgãos competentes do Departamento de Polícia Federal, seja no sentido de serem implementadas as atividades destinadas a corrigir falhas e preencher lacunas do Decreto-lei n.° 941, seja com o propósito de montar definitivamente o dispositivo de fornecimento e distribuição de passaportes aos serviços estaduais através do referido Departamento.

Os objetivos acima indicados foram, em grande parte, atingidos. Implantou-se, com excelentes resultados, o sistema da distribuição das cadernetas de passaportes comuns e para estrangeiros por meio da Polícia Federal e, ao finalizar o ano, já haviam sido tomadas providências, junto à chefia do D.P.F., para a adoção de medidas destinadas a possibilitar a melhor sincroni-

zação possível das atividades do MRE com as dos serviços de fiscalização de entrada, permanência e saída de estrangeiros do território nacional.

O fato de nem todos os serviços de fiscalização da entrada, permanência e saída de estrangeiros estarem sob a direção do Departamento de Polícia Federal, dificultou sobremaneira o entrosamento necessário com aqueles serviços. Essa falha, ao que anunciou o Diretor-Geral do aludido Departamento, deverá ser corrigida em 1972 e 1973, com o que ficarão definitivamente contornados os inconvenientes resultantes da falta de coordenação entre os órgãos do Governo responsáveis pela fiel execução das normas constantes do Decreto-lei n.° 941 e seu Regulamento.

No que se refere às atividades rotineiras, elas se desenvolveram com regularidade, em que pesem os transtornos, desde logo inevitáveis, ocasionados pelo fato de ainda permanecerem no Rio de Janeiro órgãos como o Departamento de Justiça, do Ministério da Justiça, do qual muito se depende para a execução de tarefas burocrático-administrativas.

Desde a criação da Deleguan, com a transferência definitiva do Itamaraty para Brasília, as atividades do Setor Competente desenvolvem-se com igual intensidade em dois locais: na Capital do País e no Rio de Janeiro. Em matéria da concessão ou prorrogação de passaportes diplomáticos e especiais, o Serviço de Assuntos Consulares e Jurídicos, da Deleguan, como se observa a seguir, durante o ano de 1971, teve um movimento maior do que o de Brasília.

Foi o seguinte o movimento de concessão e prorrogação de **passaportes diplomáticos** no decorrer de 1971:

Divisão de Passaportes em Brasília

Concessão	692
Prorrogação	198

Serviço na Deleguan

Concessão	420
Prorrogação	302

O movimento de concessão e prorrogação de **passaportes especiais** apresentou os seguintes totais numéricos:

Divisão de Passaportes em Brasília

Concessão	818
Prorrogação	352

Serviço na Deleguan

Concessão	3.063
Prorrogação	1.861

Foram expedidas, em Brasília, durante o ano de 1971, 237 carteiras de identidade especial a funcionários administrativos de Missões diplomáticas estrangeiras e a outros portadores de visto oficial. Na Deleguan o total dessas carteiras elevou-se a 515.

Quanto à distribuição de cadernetas de passaportes comuns, destinadas aos serviços estaduais competentes, foi o seguinte o movimento registrado em 1971:

Estado	Quantidade
Alagoas	400
Amapá	600
Amazonas	600
Bahia	2.600
Ceará	1.500
Distrito Federal	2.000
Espírito Santo	500
Rio de Janeiro	600
Goiás	800
Maranhão	600
Mato Grosso	700
Minas Gerais	4.300
Pará	1.100
Paraíba	500
Paraná	3.600

Pernambuco	1.900
Rio Grande do Norte	500
Rio Grande do Sul	5.000
Guanabara	2.000
Território de Roraima	200
Santa Catarina	1.200
São Paulo	35.700
Sergipe	200
TOTAL	68.100

Foi o que se segue o movimento de distribuição de cadernetas de passaportes para estrangeiros, remetidas, por intermédio do Departamento de Polícia Federal, aos serviços estaduais:

Estado	**Quantidade**
Espírito Santo	25
Maranhão	30
São Paulo	500
TOTAL	555

Durante o ano de 1971, foram concedidos vistos diplomáticos e oficiais de múltiplas entradas, principalmente a cidadãos norte-americanos, bem como se procedeu à transformação e retificação de vistos de entrada.

IMIGRAÇÃO

PROCESSAMENTO DA IMIGRAÇÃO COREANA

Nos dois primeiros trimestres de 1971, tomaram-se providências para a conclusão de numerosos casos de seleções profissional e médica de candidatos sul-coreanos à emigração para o Brasil, num total aproximado de 1.300 pessoas, cujos processos aguardavam fossem fixadas normas de admissibilidade entre o Departamento Consular e de Imigração, do Ministério das Relações Exteriores, e o Departamento Nacional de Mão-de-Obra do Ministério do Trabalho e Previdência Social. Efetuado o processamento desses casos pendentes, com absoluta prioridade para familiares de imigrantes já radicados no Brasil, passou-se, em seguida, a aplicar também à imigração coreana as normas mais estritas e sistemáticas que regem a imigração européia e que se baseiam na utilidade econômico-profissional do candidato.

VISITA DO PRESIDENTE DO SERVIÇO JAPONÊS DE EMIGRAÇÃO AO BRASIL

Entre 23 de setembro e 14 de outubro, esteve em visita ao Brasil o Senhor Yoshimitsu Ando, novo Presidente do Serviço Japonês de Emigração, órgão do Ministério de Negócios Estrangeiros

daquele país, ao qual está indiretamente vinculada a empresa de imigração e colonização "JAMIC". Além de visitar várias partes do território nacional, o Sr. Ando teve contatos, em Brasília, com todas as principais autoridades brasileiras de imigração, em reunião e almoço presidido pelo Chefe do Departamento Consular e de Imigração do Itamaraty.

EXTENSÃO DAS ATIVIDADES DO CIME AO NORDESTE

Em apoio aos programas nacionais de industrialização do Nordeste, foram estendidas àquela região do País as atividades regulares do Comitê Intergovernamental para as Migrações Européias (CIME), com vistas ao suprimento de mão-de-obra altamente especializada requerida nos novos empreendimentos industriais ali implantados. Os resultados desse primeiro ano de operação regular do CIME em benefício da indústria nordestina indicaram a conveniência de se abrir em Salvador, num futuro imediato, um escritório operacional daquela Organização.

SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO SOBRE ASSUNTOS MIGRATÓRIOS

De 1.° a 5 de junho reuniu-se em Baranquilla, Colômbia, um Seminário Latino-Americano sobre Assuntos Migratórios, organizado pelo Comitê Intergovernamental para as Migrações Européias (CIME), sob o patrocínio dos Governos colombiano e australiano, fazendo-se representar o Brasil pelo Cônsul honorário em Cáli, como observador.

No Seminário, examinaram-se aspectos da conjuntura mundial de suprimento de mão-de-obra e de excedentes populacionais, tendências da emigração européia, movimentos migratórios inter-americanos e intra-europeus, bem como características das políticas imigratórias nacionais latino-americanas.

CONGRESSO DA EMIGRAÇÃO ESPANHOLA

Celebrou-se nas cidades de Oviedo, Gijón e Santiago de Compostela, de 5 a 12 de outubro, o IV Congresso da Emigração Espanhola, organizado pelo Instituto Espanhol de Emigração e pelo Ministério das Relações Exteriores daquele País. Considerando-se a longa e forte tradição da imigração espanhola e o fato de ser hoje a Espanha uma das principais áreas de recrutamento da imigração dirigida destinada ao Brasil, participou daquele Congresso, como observador brasileiro, o Cônsul-Adjunto em Vigo.

COORDENAÇÃO ENTRE OS ÓRGÃOS BRASILEIROS DE IMIGRAÇÃO

Através de uma série de reuniões, estudos e providências conjuntas, ajustaram-se as bases práticas de uma coordenação mais estrita entre os Órgãos federais responsáveis por assuntos imigratórios e por matérias relativas a estrangeiros em geral. De conformidade com o Estatuto do Estrangeiro (Decreto-lei n.° 941/1969 e Decreto n.° 66.689/1970), esses órgãos são: Departamento Consular e de Imigração do Ministério das Relações Exteriores, Departamento Nacional de Mão-de-Obra do Ministério do Trabalho e Previdência Social, Departamento de Justiça e Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e Serviço de Saúde dos Portos.

Essa coordenação estendeu-se também a outras Repartições que não têm jurisdição sobre matérias do Estatuto do Estrangeiro propriamente dito, mas que têm responsabilidade sobre tarefas conseqüentes da admissão de estrangeiros no Brasil, como sejam a Secretaria da Receita Federal e, particularmente, a Coordenação do Sistema de Tributação, do Ministério da Fazenda.

VINCULAÇÃO DA POLÍTICA IMIGRATÓRIA
AO "PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO"

Com base nos pressupostos básicos da política imigratória brasileira e nas diretrizes do "Plano Nacional de Desenvolvimento", o Departamento Consular e de Imigração concluiu, no último trimestre do ano, a formulação do primeiro programa em que a imigração e as atividades que lhe são correlatas ou complementares são consideradas primordialmente como fatores econômicos, como insumos do desenvolvimento regional e são inseridas num conjunto de esquemas específicos que se subordinam diretamente a um corpo de prioridades nacionais.

Tal programa baseia-se na ativação dos recursos, instrumentos e mecanismos disponíveis na esfera internacional, principalmente no âmbito do CIME e da Comunidade Econômica Européia, com vistas aos seguintes objetivos:

— carreamento de capitais, "know-how" e iniciativa empresarial a áreas pioneiras da região abrangida pelo Programa de Integração Nacional;

— aproveitamento da capacidade empresarial, da infra-estrutura administrativa e operacional, bem como das técnicas e métodos desenvolvidos nesses últimos 25 anos pelas colônias agrícolas européias instaladas no sul do País;

— recrutamento e suprimento de profissionais requeridos para execução e expansão dos programas complementares de assistência médico-hospitalar nas Regiões Norte e Nordeste;

— máxima intensificação possível do "Programa de Migração Seletiva" do CIME, para o suprimento de engenheiros especializados, de cientistas, de pesquisadores e de técnicos altamente qualificados às indústrias pioneiras

nacionais, aos estabelecimentos de pesquisa tecnológica, contribuindo para a consecução das metas da política nacional de absorção de tecnologia formulada no P.N.D.

SESSÕES DO SUBCOMITÊ DE ORÇAMENTO E FINANÇAS, DO COMITÊ EXECUTIVO E DO CONSELHO DO COMITÊ INTERGOVERNAMENTAL PARA AS MIGRAÇÕES EUROPÉIAS

Realizaram-se em Genebra, de 22 de novembro a 3 de dezembro, a XXIII Sessão do Subcomitê de Orçamento e Finanças, XXXIX Sessão do Comitê Executivo e XXXIV Sessão do "Comitê Intergovernamental para as Migrações Européias" (CIME).

O Governo brasileiro fez-se representar por importante Delegação às referidas Sessões, que marcaram igualmente o vigésimo aniversário da criação do CIME, do qual o Brasil é membro fundador.

Constituíram itens mais relevantes do temário daquelas Sessões os seguintes:

— exame do plano de operações do CIME para o próximo exercício;

— reestruturação das bases operacionais e financeiras do "Programa da América Latina", para assegurar-lhe condições de intensificação e expansão;

— Projeção do futuro do CIME e de novas áreas e formas de sua atuação a longo prazo;

— ampliação da capacidade operacional do CIME para atender a novos problemas de refugiados;

— entrosamento do CIME com outras Agências Internacionais.

Ao ensejo da XXXIV Sessão do Conselho e das comemorações do vigésimo aniversário daquele Organismo, Sua Excelência o Ministro de Estado das Relações Exteriores endereçou ao Diretor uma mensagem especial retratando os principais resultados e aspectos da experiência brasileira com as operações do CIME, que nesses 20 anos trouxe ao Brasil cerca de 112.000 imigrantes europeus, e manifestando o reconhecimento do Governo brasileiro pela valiosa e multiforme cooperação que esse Organismo vem prestando ao progresso econômico, tecnológico e educacional do País.

ASSUNTOS JURÍDICOS E ATOS INTERNACIONAIS

ASSUNTOS JURÍDICOS

O Setor Competente, durante o ano de 1971, opinou sobre o aspecto jurídico dos assuntos tratados pelo Ministério das Relações Exteriores com os demais órgãos do Governo, Organismos Internacionais e Missões Diplomáticas estrangeiras, assim como sobre o aspecto jurídico de matéria política, econômica, consular e administrativa, quando solicitado pelos diferentes setores do Itamaraty. Atuou, ainda, na interpretação de leis e atos internacionais e na remessa de legislação brasileira às Missões Diplomáticas e Repartições Consulares estrangeiras e brasileiras.

CARTAS ROGATÓRIAS

Foram recebidos e encaminhados 145 instrumentos judiciais expedidos pelas Justiças estrangeiras, às quais foram transmitidas 120 rogatórias brasileiras.

NACIONALIDADE

Em 1971, foram processados 106 casos de perda de nacionalidade. Ademais, atenderam-se consultas sobre a legislação brasileira e atualizou-se o conhecimento das leis estrangeiras específicas.

EXPULSÕES

Foram analisados 52 casos de expulsão.

OUTROS ASSUNTOS

Foram recebidos mais de 200 requerimentos de indenização de ex-servidores da extinta Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana. O processo foi encaminhado ao Ministério dos Transportes e, dali, ao DASP, onde ainda se encontra. Tem-se solicitado, constantemente, ao DASP o apressamento do processo e a sua devolução ao Itamaraty, para que se possa, com a possível brevidade, solucionar a questão.

Em 1971, as autoridades brasileiras competentes ultimaram o exame do projeto de Tratado de Extradição, entre o Brasil e a Itália, cuja reunião preparatória final está prevista para 1972.

Com vistas à viagem do Senhor Presidente da República aos Estados Unidos da América, sugeriu-se a assinatura de um acordo, com aquele país, sobre isenção de serviço militar.

Inúmeras vezes, o Setor Competente empenhou-se na solução de diversas questões relacionadas com o instituto das imunidades diplomáticas, em especial as de jurisdição, invocadas em casos de acidentes de trânsito, reclamações trabalhistas, locação de imóveis, etc.

Colaborou, ainda, no encaminhamento e na concessão de informações sobre pedidos de prestação de alimentos, somando 71 os expedientes sobre o assunto.

Processaram-se, igualmente, grande número de expedientes sobre autorização para aceitar emprego de Governo estrangeiro, na forma da lei, sendo concedidas 69 dessas autorizações.

Objetivando uma maior produtividade, levou-se a cabo um contínuo processo de racionalização e avaliação dos métodos e processos de trabalho empregados, de forma a se dar rápida e automática tramitação aos papéis recebidos.

Para controlar o processamento dos quase 2500 casos de que se ocupou o Setor Competente, foi instituído o sistema alfanumérico, de modo a permitir que a posição de cada expediente seja fornecida imediatamente.

ATOS INTERNACIONAIS

Prestou-se auxílio às diversas áreas do Ministério com função substantiva, informando-as sobre a vigência, interpretação e processualística dos atos internacionais, providenciando a reprodução de textos e atendendo aos pedidos de fornecimento dos mesmos.

A coordenação das medidas a serem tomadas em relação a acordos e convenções foi outra forma de colaboração do Setor Competente, sempre cuidando que aos atos internacionais não faltassem os elementos formais necessários à sua celebração ou implementação e que fossem obedecidos os prazos para uma aprovação ou ratificação.

Foi, entretanto, procurando o termo exato e o dispositivo jurídico adequado a serem empregados em cada ato internacional celebrado pelo Brasil, contribuindo para sua melhor clareza e objetividade, que se prestou melhor parcela de colaboração, pois, dessa forma, poderão ser evitadas futuras questões sobre o teor ou a extensão de direitos ou deveres previstos pelos tratados, que inevitavelmente surgiriam se porventura existissem no texto desses tratados formas ambíguas ou pouco claras, questões essas que, se não chegam a abalar as relações inter-

nacionais, poderão sempre causar atrito desnecessário no relacionamento entre os Estados.

Os Atos Internacionais de cuja celebração, aprovação, ratificação, adesão, promulgação, publicação ou denúncia o Setor Competente participou no decorrer de 1971 foram os seguintes:

ATOS BILATERAIS

I — **Atos Assinados em 1971**

REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

1. Ajuste Relativo à Prorrogação da Missão Geodésica, Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 30 de novembro de 1963.

   — Concluído em Brasília, por troca de notas de 26 de janeiro de 1971.

2. Ajuste Relativo à Constituição do Grupo de Planejamento Teuto-brasileiro que Elaborará um Plano Integrado de Desenvolvimento Para a Área Metropolitana de Porto Alegre (Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica).

   — Concluído em Brasília, por troca de notas de 5 de fevereiro de 1971.

3. Ajuste Relativo ao Envio de Especialistas em Recursos Florestais, Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica.

   — Concluído em Brasília, por troca de notas de 26 de fevereiro de 1971.

4. Ajuste Relativo à Aprovação de Convênio de Cooperação Técnica Entre a Universidade Federal do Paraná e a Universidade "Albert Ludwig".

   — Concluído em Brasília, por troca de notas de 30 de março de 1971.

5. Ajuste Relativo ao Fornecimento de Equipamento à Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais (ACAR), Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica.

   — Concluído em Brasília, por troca de notas de 30 de março de 1971.

6. Protocolo Sobre Cooperação Financeira.

   — Concluído em Brasília, a 23 de abril de 1971.

7. Ajuste Relativo ao Artigo 3 do Protocolo Sobre Cooperação Financeira de 23 de abril de 1971.

   — Concluído em Brasília, por troca de notas da mesma data.

8. Ajuste Relativo ao Artigo 5 do Protocolo Sobre Cooperação Financeira de 23 de abril de 1971.

   — Concluído em Brasília, por troca de notas da mesma data.

9. Acordo Relativo à Aprovação de um Convênio Especial Entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e o Centro de Pesquisas Nucleares de Jülich.

   — Concluído em Brasília, por troca de notas de 23 de abril de 1971.

10. Declaração Conjunta.

   — Concluída em Brasília, a 23 de abril de 1971.

11. Ajuste Relativo à Prestação de Assistência Técnica ao IPEAME (Paraná), que Prorroga os Acordos Complementares de Assistência Técnica Assinados em 13 de outubro de 1967 e 18 de setembro de 1968.

   — Concluído em Brasília, por troca de notas de 2 de julho de 1971.

12. Ajuste Relativo ao Fornecimento de Fertilizantes ao Brasil, Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 30 de novembro de 1963.

— Concluído em Brasília, por troca de notas de 9 de julho de 1971.

13. Acordo Relativo ao Envio de um Médico Veterinário e ao Fornecimento de Laboratórios de Análises Veterinárias ao Brasil, Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica.

— Concluído em Brasília, por troca de notas de 30 de outubro de 1971.

14. Acordo de Aprovação de Convênio Especial Celebrado Entre o Conselho Nacional de Pesquisas do Brasil e o Centro de Pesquisas Nucleares de Jülich, Para a Execução de Projetos Científicos.

— Concluído em Bonn, por troca de notas de 18 de novembro de 1971.

15. Acordo de Aprovação de Convênio Especial Celebrado Entre o Centro Técnico Aeroespacial do Brasil e o Instituto Alemão de Pesquisa e Ensaio de Navegação Aérea e Espacial, Para a Execução de Projetos Científicos.

— Concluído em Bonn, por troca de notas de 18 de novembro de 1971.

ARGENTINA

16. Acordo Relativo à Formalização das Conclusões Contidas na Ata Final da Sexta Reunião de Consulta Aeronáutica.

— Concluído em Buenos Aires, a 16 de fevereiro de 1971.

17. CONFIDENCIAL

Acordo Relativo ao Aumento do Número de Membros Titulares da CEBAC.

— Concluído em Buenos Aires, por troca de notas de 11 de outubro de 1971.

18. CONFIDENCIAL

Acordo Relativo à Venda de Trigo ao Brasil.

— Concluído em Buenos Aires, por troca de notas de 11 de outubro de 1971.

19. CONFIDENCIAL

Acordo Relativo ao Comércio de Trigo em 1972 e nos Anos de Prorrogação Previstos no Artigo VII.

— Concluído em Buenos Aires, por troca de notas de 11 de outubro de 1971.

BANCO INTERNACIONAL DE RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO

20. Acordo Relativo à Execução de um Projeto Educacional no Brasil.

— Concluído em Washington, a 21 de junho de 1971.

21. Acordo Relativo à Concessão de Empréstimo Destinado à Execução de Melhoramentos no Porto de Santos.

— Concluído em Washington, a 21 de junho de 1971.

22. Acordo de Garantia Relativo a um Empréstimo Concedido à Companhia Metropolitana de Saneamento de São Paulo, Destinado à Execução de um Programa de Controle da Poluição.

— Concluído em Washington, a 21 de junho de 1971.

23. Acordo de Garantia, Relativo a um Empréstimo Concedido à Superintendência de Água e Esgotos da Capital (SP), Destinado a Execução de Melhoramentos na Rede de Abastecimento d'Água de São Paulo.

— Concluído em Washington, a 21 de junho de 1971.

BOLÍVIA

24. Acordo Constitutivo de uma Comissão Mista de Cooperação Econômica e Técnica.

— Concluído em La Paz, por troca de notas de 19 de maio de 1971.

25. Convênio Sobre Serviços de Telecomunicações.

— Concluído em La Paz, a 29 de setembro de 1971.

BULGÁRIA

26. Protocolo Sobre Navegação Marítima.

— Concluído em Brasília, a 20 de maio de 1971.

27. Acordo Sobre a Venda de Trigo ao Brasil.

— Concluído em Brasília, por troca de notas de 19 de agosto de 1971.

CANADÁ

28. Acordo Relativo às Exportações Brasileiras de Fios de Algodão.

— Concluído em Ottawa, por troca de notas de 20 de agosto de 1971.

COLÔMBIA

29. Acordo Relativo ao Estabelecimento de um Mecanismo de Consulta Sobre Transporte Marítimo Entre os dois Países.

— Concluído em Brasília, por troca de notas de 8 de junho de 1971.

30. Acordo Relativo à Execução de Projetos de Cooperação Técnica.

— Concluído em Brasília, por troca de notas de 8 de junho de 1971.

31. Declaração Conjunta.

— Concluída em Brasília, a 8 de junho de 1971.

32. Acordo Para Evitar a Bitributação Sobre Empresas de Navegação Aérea e Marítima.

— Concluído em Bogotá, por troca de notas de 28 de junho de 1971.

33. Declaração Conjunta.

— Concluída em Letícia, Colômbia, a 7 de agosto de 1971.

COSTA RICA

34. Declaração Conjunta.

— Concluída em São José, a 22 de julho de 1971.

35. Acordo Constitutivo de uma Comissão Mista de Comércio.

— Concluído em São José, por troca de notas de 22 de julho de 1971.

36. Acordo Relativo à Concessão de Bolsas de Estudo para Cursos e Estágios Sobre Desenvolvimento a Cidadãos Costarriquenhos.

— Concluído em São José, por troca de notas de 22 de julho de 1971.

EL SALVADOR

37. Declaração Conjunta.

— Concluída em São Salvador, a 15 de julho de 1971.

38. Acordo Constitutivo de uma Comissão Mista de Comércio.

— Concluído em São Salvador, por troca de notas de 15 de julho de 1971.

39. Acordo Relativo à Concessão de Bolsas de Estudo para Cursos e Estágios Sobre Desenvolvimento a Cidadãos Salvadorenhos.

— Concluído em São Salvador, por troca de notas de 15 de julho de 1971.

EQUADOR

40. Acordo Relativo à Construção do Trecho Putumayo-Lago Ágrio, da Via Interoceânica.

— Concluído a 19 de janeiro de 1971.

41. Acordo Relativo ao Estabelecimento de um Serviço de Malas Diplomáticas.

— Concluído em Quito, por troca de notas de 8 de fevereiro de 1971.

42. Acordo Modificativo dos Artigos 8.° e 10.° do Regulamento Interno da Subcomissão Técnica de Transportes Brasil—Equador.

— Concluído em Quito, por troca de notas de 12 de fevereiro de 1971.

43. Declaração Conjunta.

— Concluída em Brasília, a 18 de junho de 1971.

44. Convênio Relativo ao Empréstimo, pelo Brasil, de um Laboratório e Equipamento de Mecânica de Solos.

— Concluído em Quito, a 28 de outubro de 1971.

ESPANHA

45. Convênio Básico de Cooperação Técnica.

— Concluído em Brasília, a 1.° de abril de 1971.

46. Acordo de Aprovação do Convênio Assinado Entre a Empresa Brasileira de Telecomunicações e a Companhia Teletécnica Nacional da Espanha.

— Concluído em Brasília, por troca de notas de 1.° de abril de 1971.

47. Declaração Conjunta.

— Concluída em Brasília, a 1.° de abril de 1971.

48. Acordo Sobre Higiene e Sanidade Veterinárias.

— Concluído em Madrid, a 23 de setembro de 1971.

ESTADOS UNIDOS

49. Ajuste de Prorrogação do Acordo Sobre Pesquisa e Utilização de Censores Remotos, de 10 de setembro de 1968.

— Concluído em Brasília, por troca de notas de 25 de novembro de 1970 e 3 de fevereiro de 1971.

50. Acordo Sobre a Venda de Café Verde.

— Concluído em Brasília, por troca de notas de 2 de abril de 1971.

51. Acordo Relativo à Execução de um Programa de Cooperação Científica Entre os Dois Países.

— Concluído em Brasília, a 1.° de outubro de 1971.

52. Ajuste Modificativo do Acordo Sobre Produtos Agrícolas de 5 de outubro de 1967.

— Concluído em Brasília, por troca de notas de 28 de dezembro de 1971.

53. Ajuste Modificativo do Acordo Sobre Produtos Agrícolas de 21 de outubro de 1970.

— Concluído em Brasília, por troca de notas de 28 de dezembro de 1971.

FRANÇA

54. Convenção Para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos Sobre o Rendimento.

— Concluída em Brasília, a 10 de setembro de 1971.

GRÃ-BRETANHA

55. Acordo Sobre Radioamadorismo.

— Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas de 8 de fevereiro de 1971.

GUATEMALA

56. Declaração Conjunta.

— Concluída na Cidade da Guatemala, a 13 de julho de 1971.

57. Acordo Relativo à Concessão de Bolsas de Estudo para Cursos e Estágios Sobre Desenvolvimento a Cidadãos Guatemaltecos.

— Concluído na Cidade da Guatemala, por troca de notas de 13 de julho de 1971.

58. Acordo Constitutivo de uma Comissão Mista de Comércio.

— Concluído na Cidade da Guatemala, por troca de notas de 13 de julho de 1971.

GUIANA

59. Acordo Constitutivo de uma Comissão Mista de Cooperação Econômica.

— Concluído em Georgetown, por troca de notas de 11 de novembro de 1971.

60. Ajuste Relativo à Execução de Projetos de Cooperação Técnica, Complementar ao Convênio Cultural de 28 de agosto de 1968.

— Concluído em Georgetown, por troca de notas de 11 de novembro de 1971.

61. Acordo Relativo ao Estabelecimento de um Entreposto de Depósito Franco Para Mercadorias Exportadas ou Importadas pelo Brasil.

— Concluído em Georgetown, por troca de notas de 11 de novembro de 1971.

62. Declaração Conjunta.

— Concluída em Georgetown, a 11 de novembro de 1971.

HONDURAS

63. Declaração Conjunta.

— Concluída em Tegucigalpa, a 17 de julho de 1971.

64. Acordo Relativo à Concessão de Bolsas de Estudo para Cursos e Estágios Sobre Desenvolvimento a Cidadãos Hondurenhos.

— Concluído em Tegucigalpa, por troca de notas de 17 de julho de 1971.

65. Acordo Constitutivo de uma Comissão Mista de Comércio.

— Concluído em Tegucigalpa, por troca de notas de 17 de julho de 1971.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE CIÊNCIAS AGRONÔMICAS

66. Convênio Sobre a Prestação de Assistência Técnica ao Programa de Treinamento em Irrigação do Ministério do Interior.

— Concluído em Brasília, a 15 de setembro de 1971.

IRAQUE

67. Acordo Sobre Cooperação Comercial.

— Concluído em Bagdad, em 11 de maio de 1971.

NICARÁGUA

68. Declaração Conjunta.

— Concluída em Manágua, a 20 de julho de 1971.

69. Acordo Relativo à Concessão de Bolsas de Estudo para Cursos e Estágios Sobre Desenvolvimento a Cidadãos Nicaraguanos.

— Concluído em Manágua, por troca de notas de 20 de julho de 1971.

70. Acordo Constitutivo de uma Comissão Mista de Comércio.

— Concluído em Manágua, por troca de notas de 20 de julho de 1971.

NORUEGA

71. Acordo Relativo ao Estabelecimento de um Mecanismo de Consulta Entre as Autoridades Marítimas dos dois Países.

— Concluído em Brasília, por troca de notas de 26 e 30 de abril de 1971.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

72. Acordo Sobre a Prestação de Assistência Técnica para o Controle da Erosão no Noroeste do Estado do Paraná.

— Concluído em Washington, a 21 de maio de 1971.

PAÍSES-BAIXOS

73. Acordo Relativo à Pesca no Mar Territorial Brasileiro.

— Concluído em Brasília, por troca de notas de 19 de agosto de 1971.

74. Declaração Conjunta.

— Concluída em Assunção, a 5 de maio de 1971.

75. Acordo Sobre a Construção da Rodovia Encarnación-Porto Presidente Stroessner.

— Concluído em Assunção, por troca de notas de 5 de maio de 1971.

76. Acordo Sobre a Realização de um Programa de Cooperação Técnica.

— Concluído em Assunção, por troca de notas de 5 de maio de 1971.

77. Declaração Conjunta.

— Concluída em Bela Vista, a 7 de julho de 1971.

78. Acordo Sanitário.

— Concluído em Assunção, a 16 de julho de 1971.

79. Declaração Conjunta.

— Concluída em Brasília, a 24 de março de 1971.

80. Acordo Sobre a Criação de uma Comissão Mista para Assuntos Culturais.

— Concluído em Brasília, por troca de notas de 24 de março de 1971.

PORTUGAL

81. Parecer Conjunto da Academia Brasileira de Letras e da Academia das Ciências de Lisboa ao Projeto (n.° 504/67) de Reforma Ortográfica.

— Concluído em Brasília, a 22 de abril de 1971.

82. Convenção Para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos Sobre o Rendimento.

— Concluída em Lisboa, a 22 de abril de 1971.

83. Protocolo Adicional ao Acordo Cultural de 7 de setembro de 1966.

— Concluído em Lisboa, a 22 de abril de 1971.

84. Convenção Sobre Igualdade de Direitos e Deveres Entre Brasileiros e Portugueses.

— Concluída em Brasília, a 7 de setembro de 1971.

85. Declaração Conjunta.

— Concluída em Brasília, a 10 de setembro de 1971.

SUÉCIA

86. Acordo Constitutivo de um Mecanismo de Consulta Sobre Transporte Marítimo Entre os dois Países.

— Concluído em Brasília, a 22 de setembro de 1971.

SUÍÇA

87. Convênio Sobre Radio-amadorismo.

— Concluído em Brasília e no Rio de Janeiro, por troca de notas de 17 de fevereiro e 30 de junho de 1971.

TRINIDAD E TOBAGO

88. Acordo Sobre a Supressão de Vistos em Passaportes.

— Concluído em Brasília, por troca de notas de 7 de abril de 1971.

89. Acordo Relativo à Pesca no Mar Territorial Brasileiro.

— Concluído em Brasília, por troca de notas de 4 de agosto de 1971.

90. Convênio Cultural.

— Concluído em Port of Spain, a 9 de novembro de 1971.

91. Acordo Relativo a Criação de uma Comissão Mista de Cooperação Técnica, Econômica e Comercial.

— Concluído em Port of Spain, por troca de notas de 9 de novembro de 1971.

92. Declaração Conjunta.

— Concluída em Port of Spain, a 9 de novembro de 1971.

URUGUAI

93. Acordo Sobre a Venda de Trigo ao Brasil.

— Concluído em Brasília, por troca de notas de 14 de julho de 1971.

94. Aditivo ao Acordo de Crédito de 20 de março de 1970.

— Concluído em Brasília, a 4 de agosto de 1971.

VENEZUELA

95. Acordo Relativo à Reativação da Comissão Mista Criada em 13 de abril de 1960.

— Concluído em Brasília, por troca de notas de 20 de maio de 1971.

96. Declaração Conjunta.

— Concluída em Brasília, a 20 de maio de 1971.

97. Acordo Constitutivo de um Mecanismo de Consulta Sobre Transporte Marítimo Entre os dois Países.

— Concluído em Caracas, por troca de notas de 16 de junho de 1971.

Atos Aprovados, Ratificados e Promulgados em 1971

REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

1. Acordo Cultural — concluído em Bonn, a 9 de junho de 1969.
   — Promulgado pelo Decreto n.º 68.107, de 25 de janeiro de 1971.

EQUADOR

2. Acordo Sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Atômica — concluído em Quito, a 11 de junho de 1970.
   — Instrumentos de Ratificação trocados em 4 de março de 1971.
   — Promulgado pelo Decreto n.º 68.504, de 14 de abril de 1971.

ESPANHA

3. Acordo de Previdência Social — concluído em Brasília, a 25 de abril de 1969.
   — Instrumentos de Ratificação trocados em 4 de fevereiro de 1971.
   — Promulgado pelo Decreto n.º 68.503, de 14 de abril de 1971.
4. Convênio Básico de Cooperação Técnica — concluído em Brasília, a 1.º de abril de 1971.
   — Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 65, de 8 de setembro de 1971.

FRANÇA

5. Convenção Para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos Sobre o Rendimento — concluída em Brasília, a 10 de setembro de 1971.
   — Aprovada pelo Decreto Legislativo n.º 87, de 27 de novembro de 1971.

GUATEMALA

6. Convênio Cultural — concluído na Cidade da Guatemala, a 26 de março de 1969.

   — Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 64, de 30 de agosto de 1971.

HAITI

7. Convênio de Intercâmbio Cultural — concluído no Rio de Janeiro, a 5 de julho de 1966.

   — Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 77, de 9 de novembro de 1971.

IRAQUE

8. Acordo Sobre Cooperação Comercial — concluído em Bagdad, a 11 de maio de 1971.

   — Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 81, de 24 de novembro de 1971.

JAPÃO

9. Acordo Básico de Cooperação Técnica — concluído em Brasília, a 22 de setembro de 1970.

   — Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 47, de 7 de julho de 1971.

   — Promulgado pelo Decreto n.º 69.008, de 4 de agosto de 1971.

PAÍSES-BAIXOS

10. Acordo Básico de Cooperação Técnica — concluído no Rio de Janeiro, a 25 de setembro de 1969.

    — Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 37, de 2 de junho de 1971.

    — Promulgado pelo Decreto n.º 68.832, de 30 de junho de 1971.

PARAGUAI

11. Acordo Sanitário — concluído em Assunção, a 16 de julho de 1971.

    — Aprovado pelo Decreto Legislativo n.° 90, de 29 de novembro de 1971.

PORTUGAL

12. Convenção para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos Sobre o Rendimento — concluída em Lisboa, a 22 de abril de 1971.

    — Aprovada pelo Decreto Legislativo n.° 59, de 17 de agosto de 1971.

    — Instrumentos de Ratificação trocados em 10 de setembro de 1971.

    — Promulgada pelo Decreto n.° 69.393, de 21 de outubro de 1971.

13. Protocolo Adicional ao Acordo Cultural, de 7 de setembro de 1966 — concluído em Lisboa, a 22 de abril de 1971.

    — Aprovado pelo Decreto Legislativo n.° 60, de 17 de agosto de 1971.

    — Instrumentos de Ratificação trocados em 10 de setembro de 1971.

    — Promulgado pelo Decreto n.° 69.271, de 23 de setembro de 1971.

14. Convenção Sobre Igualdade de Direitos e Deveres Entre Brasileiros e Portugueses.

    — Concluída em Brasília, a 7 de setembro de 1971.

    — Aprovada pelo Decreto Legislativo n.° 82, de 24 de novembro de 1971.

15. Acordo Sobre Transportes Aéreos — concluído em Berna, a 16 de maio de 1968.

— Promulgado pelo Decreto n.º 68.237, de 15 de fevereiro de 1971.

Atos Assinados em 1971

— Tratado sobre a Proibição da Colocação de Armas Nucleares e outras Armas de Destruição em Massa no Leito do Mar, e no fundo do Oceano e em seu Subsolo. Aberto à assinatura em Londres, Washington e Moscou, em 11 de fevereiro de 1971.

— Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas.

Viena, 21 de fevereiro de 1971.

— Protocolo Modificativo da Convenção para Unificação de certas Regras Relativas ao Transporte Aéreo Internacional, firmada em Varsóvia, a 12 de outubro de 1929 e modificada pelo Protocolo da Haia em 28 de setembro de 1955. Guatemala, 8 de março de 1971.

— Acordo sobre a Classificação Internacional de Patentes. Aberto à assinatura em Estrasburgo, de 24 de maio a 30 de setembro de 1971.

— Ata de Assunção. Assunção, 3 de junho de 1971.

— Convenção Universal sobre o Direito de Autor. Revista em Paris, a 24 de julho de 1971.

— Protocolo Anexo n.º 1 à Convenção Universal sobre o Direito de Autor, revista em Paris, a 24 de julho de 1971, relativo à Proteção das Obras dos Apátridas e dos Refugiados. Paris, 24 de julho de 1971.

— Protocolo Anexo n.° 2 à Convenção Universal sobre o Direito de Autor, revista em Paris, a 24 de julho de 1971, relativo à Aplicação da Convenção às Obras de Certas Organizações Internacionais. Paris, 24 de julho de 1971.

— Acordo sobre a Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite "Intelsat". Aberto à assinatura em Washington, a 20 de agosto de 1971.

— Acordo Operacional sobre a Organização Internacional de Telecomunicações por Satélites "Intelsalt". Aberto à assinatura em Washington, a 20 de agosto de 1971.

— Convenção sobre Proteção de Fonogramas. Genebra, 27 de outubro de 1971.

Atos Aprovados, Ratificados e Promulgados em 1971

— Convenção sobre a Organização Hidrográfica Internacional. Mônaco, 3 de maio de 1967.

Promulgada pelo Decreto n.° 68.106, de 25 de janeiro de 1971.

— Protocolo do Ajuste de Complementação sobre o Setor de Máquinas de Escritório. (Associação Latino-Americana de Livre Comércio) (15 produtos negociados). Montevidéu, 18 de junho de 1970.

Promulgado pelo Decreto n.° 68.156, de 2 de fevereiro de 1971.

— Protocolo Adicional do Acordo de Complementação n.° 5, sobre Indústria Química. Caracas, 12 de dezembro de 1969.

Promulgado pelo Decreto n.° 68.334, de 10 de março de 1971.

— Protocolo do Ajuste de Complementação do Setor Petroquímico. (Associação Latino-Americana de Livre Comércio). Montevidéu, 4 de dezembro de 1970.

Promulgado pelo Decreto n.° 68.541, de 26 de abril de 1971.

— Protocolo do Ajuste de Complementação sobre Produtos da Indústria Fonográfica. (Associação Latino-Americana de Livre Comércio). Montevidéu, 4 de dezembro de 1970.

Promulgado pelo Decreto n.° 68.542, de 26 de abril de 1971.

— Protocolo do Ajuste de Complementação sobre o Setor de Máquinas de Escritório. (Associação Latino-Americana de Livre Comércio) (3 produtos negociados). Montevidéu, 18 de junho de 1970.

Promulgado pelo Decreto n.° 68.549, de 27 de abril de 1971.

— Protocolo do Ajuste de Complementação Químico-Farmacêutica. (Associação Latino-Americana de Livre Comércio). Montevidéu, 4 de dezembro de 1970.

Promulgado pelo Decreto n.° 68.603, de 10 de maio de 1971.

— Protocolo Adicional do Ajuste de Complementação sobre Produtos do Setor de Equipamentos de Geração, Transmissão e Distribuição de Eletricidade. (Associação Latino-Americana de Livre Comércio). Montevidéu, 30 de novembro de 1970.

Promulgado pelo Decreto n.° 68.633, de 20 de maio de 1971.

— Protocolo relativo a uma Emenda ao Artigo 50A da Convenção sobre Aviação Civil Internacional. Nova York, 12 de março de 1971.

Aprovado pelo Decreto Legislativo n.° 41, de 7 de junho de 1971.

Ratificado em 9 de junho de 1971.

Instrumento de Ratificação depositado junto à Organização de Aviação Civil Internacional (OACI).

— Protocolo do Ajuste de Complementação da Indústria de Refrigeração e Ar Condicionado. (Associação Latino-Americana de Livre Comércio). Montevidéu, 4 de dezembro de 1970.

Promulgado pelo Decreto n.° 68.797, de 23 de junho de 1971.

— Emendas à Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar. Londres, 30 de novembro de 1966, 25 de outubro de 1967 e 26 de novembro de 1968.

Aprovadas pelos Decretos Legislativos n.° 50, de 14 de julho de 1971 e n.° 75, de 26 de outubro de 1971.

Carta de Aceitação depositada junto à Organização Marítima Consultiva Intergovernamental (IMCO), em 8 de dezembro de 1971.

— Emenda ao Artigo VI do Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica. Viena, 28 de setembro de 1970.

Aprovada pelo Decreto Legislativo n.° 66, de 8 de setembro de 1971.

Instrumento de Ratificação de 16 de setembro de 1971.

Depositado em Washington, a 13 de outubro de 1971.

— Artigos do Acordo do Instituto Internacional do Algodão. Aberto à assinatura em Washington, de 17 de janeiro a 28 de fevereiro de 1966.

Aprovado pelo Decreto Legislativo n.° 69, de 21 de setembro de 1971.

— Convenção para a Repressão ao Apoderamento Ilícito de Aeronaves. Haia, 16 de dezembro de 1970.

Aprovada pelo Decreto Legislativo n.° 71, de 28 de setembro de 1971.

— Estatuto da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado. Haia, 31 de outubro de 1951.

Aprovado pelo Decreto Legislativo n.° 72, de 28 de setembro de 1971.

— Emendas às Regras Anexas à Convenção para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar. Londres, 25 de outubro de 1967.

Aprovadas pelo Decreto Legislativo n.° 75, de 26 de outubro de 1971.

Carta de Aceitação depositada junto à Organização Marítima Consultiva Intergovernamental (IMCO), em 8 de dezembro de 1971.

— Protocolo relativo a uma Emenda ao Artigo 56 da Convenção sobre Aviação Civil Internacional. Viena, 7 de julho de 1971.

Aprovado pelo Decreto Legislativo n.° 78, de 12 de novembro de 1971.

Instrumento de Ratificação depositado junto à Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), em 17 de dezembro de 1971.

— Convenção Postal Universal.

Protocolo Adicional à Constituição da União Postal Universal. Acordo relativo às Encomendas Postais.

Tóquio, 14 de novembro de 1969.

Aprovados pelo Decreto Legislativo n.° 88, de 27 de novembro de 1971.

— Convenção sobre Comércio de Trigo, 1971. Genebra 20 de fevereiro de 1971.

Aprovada pelo Decreto Legislativo n.° 89, de 27 de novembro de 1971.

— Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados. Nova York, 31 de dezembro de 1967.

Aprovado pelo Decreto Legislativo n.° 93, de 30 de novembro de 1971.

Ato Denunciado em 1971

— Convenção n.º 81, da Organização Internacional do Trabalho, relativa à Inspeção do Trabalho na Indústria e no Comércio. Genebra, 11 de julho de 1947.

Registro da denúncia: 2 de abril de 1971.

Denúncia tornada pública pelo Decreto n.º 68.796, de 23 de junho de 1971.

Publicado no **Diário Oficial,** de 24 de junho de 1971.

DEMARCAÇÃO DE FRONTEIRAS

DEMARCAÇÃO DE FRONTEIRAS

Durante o ano de 1971, foram cumpridas integralmente as atribuições concernentes aos limites do Brasil, bem como à sua demarcação. Prosseguiram-se as atividades de demarcação e caracterização das fronteiras, a cargo das Comissões Brasileiras Demarcadoras de Limites. No desempenho das suas atribuições, o Setor Competente não só superintendeu as atividades de demarcação e caracterização, bem como preparou toda a documentação de orientação para que as Comissões Brasileiras Demarcadoras de Limites pudessem executar no terreno as instruções dele recebidas.

COMISSÃO BRASILEIRA DEMARCADORA
DE LIMITES — 1.ª DIVISÃO

Fronteira Brasil—Venezuela

Concluíram-se no ano de 1971 os trabalhos executados na região das nascentes do rio Titiricó, afluente direito do rio Cauaburi, do lado brasileiro, e do rio Baria, do lado venezuelano, na parte elevada, a leste do marco BB-5 do Maciço da Neblina, assim como na parte de menor relevo, sendo esta no **divortium**

aquarum entre as vertentes de mananciais formadores do rio Cauaburi, do lado brasileiro, e águas contribuintes do canal de Cassiquiare, do lado venezuelano.

Em virtude da conclusão dos trabalhos acima mencionados, a fronteira Brasil—Venezuela está com dois trechos demarcados: 1) o primeiro abrange a trijunção Brasil—Colômbia—Venezuela, na ilha de São José, no rio Negro, indo até as nascentes do rio Catrimane, do lado brasileiro, e do Orinoco, do lado venezuelano, num desenvolvimento de 937.489,73 metros, sobre o qual foram assentes 122 marcos; 2) o segundo, situado na cordilheira Pacaraima, está compreendido entre as nascentes do rio Ericó, do lado brasileiro, e vertentes formadoras do rio Parágua, do lado venezuelano, até o ponto de trijunção Brasil—Venezuela—Guiana sobre o monte Roraima, com uma extensão de linha divisória de 592.698,77 metros, balizada com a ereção de 131 marcos.

Com vistas à conclusão do hiato existente entre as nascentes do rio Ericó, na cordilheira Pacaraima, e as nascentes do rio Catrimane, na cordilheira Parima, com uma extensão de cerca de 700 km, foram mantidos entendimentos entre os Serviços de Demarcação de Fronteiras do Brasil e da Venezuela, e, para tanto, se realizou a 40.ª Conferência da Comissão Mista Brasileiro-Venezuelana Demarcadora de Limites, em Brasília, de 3 a 6 de maio de 1971.

A 40.ª Conferência da Comissão Mista Brasileiro-Venezuelana Demarcadora de Limites aprovou os trabalhos relativos às campanhas técnico-demarcatórias realizadas pela Comissão Mista, de agosto de 1969 a janeiro de 1971.

Os Chanceleres Mario Gibson Barboza e Aristides Calvani externaram-se da seguinte maneira a respeito da 40.ª Conferência:

> "Os dois Chanceleres manifestaram sua satisfação com a assinatura, em 6 de maio corrente, no Palácio Itamaraty, em Brasília, da ata da Quadragésima Conferência da Comissão Mista Demarcadora de Limites Brasil—Venezuela,

pela qual foram totalmente aprovados os trabalhos da campanha técnico-demarcatória, realizada de agosto de 1969 a janeiro de 1971, e definindo o programa para a próxima campanha. Consideram que a harmonia com que se vêm processando os trabalhos dessa Comissão constitui um exemplo a mais do clima de perfeito entendimento reinante entre os governos e povos do Brasil e da Venezuela."

Após os correspondentes estudos, ainda na 40.ª Conferência, ficou assentado que a campanha demarcatória, a ser iniciada nos primeiros dias de dezembro de 1971, se situaria na cordilheira Parima, desde o marco P-5 nas nascentes do rio Catrimane, do lado brasileiro, e do rio Orinoco, do lado venezuelano, até o marco O-8, nas nascentes do rio Ericó, do lado brasileiro, e rio Parágua, do lado venezuelano, estimando-se sua duração em seis meses de estação seca.

Para tratar de assuntos referentes à campanha, reuniu-se, no dia 17 de novembro de 1971, em Belém e na sede da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites — 1.ª Divisão, a Comissão Mista Brasileiro-Venezuelana Demarcadora de Limites. Ficou deliberado que a Comissão Mista levaria 45 dias de Belém à cordilheira de Parima, entrando pelo território venezuelano de San Carlos de Rio Negro e tomando o canal natural de Cassiquiare para chegar ao rio Orinoco.

O roteiro previsto, para 45 dias de Belém à cordilheira de Parima, ficou estabelecido da seguinte forma: — partida de Belém, subida dos rios Amazonas e Negro até Cucuí, última cidade brasileira distante 120 km da primeira venezuelana, San Carlos; daí em diante, o rio Negro toma o nome de Guiania, transformando-se em rio internacional, pois uma das suas margens é venezuelana e a outra colombiana; da Guiana se passará ao canal de Cassiquiare, que faz a ligação entre as bacias do Amazonas (rio Negro) e a do Orinoco, rio pelo qual continuará a remontar-se até o Ocaro, seu afluente direito, seguindo-se por este até às suas cabeceiras, mais ou menos no

meio da cordilheira de Parima, isto é, no Rio Putado onde existirá uma base venezuelana de helicópteros e canoas.

O transporte da expedição, inicialmente, foi feito pelo Aviso "Comandante Braz Dias de Aguiar" até ao porto de Óbidos, onde se juntaram ao referido Aviso as lanchas "Solimões" e "Brasil" e os batelões "Mello Nunes", "Berepecuru" e "Trombetas". Em Manaus juntaram-se à expedição os batelões "Marapi" e "Eneri", a lancha "Cuiari" e 15 canoas. O Aviso "Braz de Aguiar" estanceou em Tapuruquara, último local onde o volume d'água lhe permitiu estacionamento. As lanchas, batelões e canoas seguiram até a jusante da cachoeira Cananoas ou São Gabriel. Deste ponto em diante somente canoas e ubás, impulsionadas por motores de popa, poderão remontar até à base de canoas no rio Ocamo. Depois, tudo se fará ambulantemente às costas dos mateiros.

Assim se iniciaram os aprestos para o começo de uma demarcação gigantesca nas cordilheiras Parima e Pacaraima, cujos trabalhos deverão merecer a máxima atenção das superiores autoridades do Ministério das Relações Exteriores.

COMISSÃO BRASILEIRA DEMARCADORA DE
LIMITES — 2.ª DIVISÃO

Fronteira Brasil—Bolívia

Em seqüência aos trabalhos realizados em 1970, foram as seguintes as atividades da Comissão Mista Demarcadora de Limites Brasileiro-Boliviana:

a) Reunião informal em Corumbá, MT, das Chefias e Delegados Demarcadores das Comissões Brasileira e Boliviana, para fins de programação da Campanha de 1971.

b) Campanha demarcatória na região de Baía Grande-Quatro Irmãos, entre os meses de julho e outubro. No decorrer desta campanha foi construído o Marco principal do Ponte Norte da

Baía Grande, e abertos quase 100 km de picadas para a definição da geodésica Baía Grande-Quatro Irmãos.

A Chefia da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites — 2.ª Divisão vistoriou os acampamentos da Comissão Mista Demarcadora de Limites Brasileiro-Boliviana (região norte da Baía Grande, fronteira Brasil-Bolívia), bem como executou reconhecimentos aéreos na área compreendida entre os Marcos dos Quatro Irmãos-Ponte Norte da Baía Grande-Turvo-Região das nascentes do rio Verde, em avião C-45 (Beechcraft) da FAB cedido pela Base Aérea de Campo Grande.

Desse vôo de reconhecimento participaram, além da Chefia da Comissão Brasileira, o Tenente-Coronel Raúl Peñaranda Ahumada e o Coronel Adalberto Velasco Justiniano (Comissão Boliviana), e Tenente-Coronel O'Reilly de Andrade e Astrônomo Francisco Loncan (Comissão Brasileira).

Fronteira Brasil—Uruguai

Prosseguindo os trabalhos de campo iniciados no ano de 1969, foram recuperados pela Comissão Brasileira, em Campanha de 1971, todos os marcos da linha de fronteira compreendidos entre os de número 756 (intercalado) e 45-I (intermédio), num total de 2 marcos recolocados e reconstruídos e 70 marcos reparados. É preciso acrescentar que, com a execução desses trabalhos, foram cumpridos pela Comissão Brasileira os compromissos assumidos na 37.ª Conferência (Rio de Janeiro, dezembro de 1969), cabendo agora promover-se a aprovação dos trabalhos realizados, bem como o estabelecimento, para a época oportuna, de novo Programa de trabalho.

Quanto às atividades da Comissão Mista Brasileiro-Uruguaia sobre Uso e Conservação de Pontes Internacionais, registrou-se a inauguração da Ponte da Barra do Arroio Chuí, "Ponte da União" (18 de julho de 1971), ocasião em que, por meio de uma Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Limites da Fronteira Uruguai-Brasil, se estabeleceu o limite de jurisdição de ambos os países sobre a Ponte. Merece também consignação

especial o fato de já estarem praticamente concluídas as obras de recuperação da Ponte Barão de Mauá sobre o rio Jaguarão, executadas pelo Brasil em obediência ao texto das Notas Reversais de 10 de maio de 1969.

Deve dar-se destaque à 38.ª Conferência da Comissão Mista de Limites e Caracterização da Fronteira Brasil-Uruguai (Rio de Janeiro, outubro de 1971), na qual se tratou da fixação da Barra do Arroio Chuí, ponto-origem da divisória lateral marítima entre os dois países.

Fronteira Brasil-Paraguai

A Chefia da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites — 2.ª Divisão procedeu a uma inspeção preliminar de campo no trecho da fronteira Brasil-Paraguai, que abrange a linha de limites desde o marco principal da nascente do rio Estrela até a localidade de Sanga-Puitã, sendo verificado que os marcos, tanto principais como secundários, se encontram em mau estado de conservação ou danificados pela erosão, obrigando, por isso mesmo, a entendimentos com a Comissão paraguaia para que trabalhos conjuntos sejam efetuados nessa região.

Os resultados dessa inspeção foram comunicados ao Presidente da Comissão Nacional de Limites do Paraguai em reuniões que se realizaram nas cidades de Foz de Iguaçu e Puerto Presidente Stroessner com o propósito de coligir subsídios para o planejamento dos futuros trabalhos a serem executados na fronteira Brasil-Paraguai.

Prosseguiram-se os estudos técnicos e de gabinete referentes à campanha de caracterização da linha Serra de Maracaju-Salto das Sete Quedas.

Fronteira Brasil-Argentina

Em obediência ao disposto na Ata da 1.ª Conferência da Comissão Mista de Inspeção de Marcos da Fronteira Brasil-Argentina, realizou-se, nos meses de novembro e dezembro de 1971, uma

campanha para reconstruir e reparar marcos nas ilhas do rio Uruguai.

Coube à Comissão Brasileira a reconstrução dos marcos situados nas ilhas Japeju, Butuí Pequena e Santa Luzia Inferior, e a reparação dos localizados nas ilhas da Cruz, Quadrada e Mercedes, ilhas estas pertencentes ao Brasil. A Comissão argentina reconstruiu e recuperou marcos localizados em ilhas argentinas, em quantidade aproximadamente equivalente.

Para a aprovação desses trabalhos e para o planejamento dos que devem ser executados na próxima Campanha, está prevista a realização da 2.ª Conferência da Comissão Mista (Buenos Aires, março de 1972).

CERIMONIAL

CERIMONIAL

O Cerimonial encarregou-se da preparação e coordenou a execução das seguintes visitas oficiais:

— Visita oficial ao Brasil de SSEE o Sr. Ministro das Relações Exteriores da República do Peru e a Sra. Edgardo de Mercado Jarrín

22 a 27 de março de 1971.

— Visita oficial ao Brasil de SE o Sr. Gregorio López Bravo, Ministro das Relações Exteriores da Espanha

31 de março a 2 de abril de 1971.

— Visita oficial ao Brasil de SSEE o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Federal da Alemanha e a Sra. Walter Scheel

22 a 24 de abril de 1971.

— Visita oficial ao Brasil de SSEE o Sr. Ministro das Relações Exteriores da República da Venezuela e a Sra. Arístides Calvani

17 a 20 de maio de 1971.

— Visita oficial ao Brasil de SSEE o Sr. Ministro das Relações Exteriores da República da Colômbia e a Sra. Alfredo Vásquez Carrizosa

6 a 12 de junho de 1971.

— Visita oficial ao Brasil de SSEE o Sr. Ministro das Relações Exteriores da República do Equador e a Sra. José María Ponce Yépez

16 a 20 de junho de 1971.

— Visita oficial de SE o Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores à América Central (Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua e Costa Rica)

julho de 1971.

— Visita oficial ao Brasil de SSEE o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal e a Sra. Rui Patrício

— Visita oficial ao Brasil de SE o Sr. Professor Ralf Dahrendorf, Membro da Comissão das Comunidades Européias Responsável pelas Relações Exteriores

24 a 29 de setembro de 1971.

— Visita oficial de SE o Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores a Trinidad-e-Tobago, Guiana e Surinã

novembro de 1971.

— Visita oficial de SSEE o Sr. Presidente da República e a Sra. Emílio Garrastazu Médici aos Estados Unidos da América

dezembro de 1971.

Organizou todas as cerimônias comemorativas do "Dia do Diplomata", festejado em 20 de abril, com a presença do Senhor Presidente da República, acompanhado de grande comitiva: entrega das insígnias e diplomas correspondentes aos agraciados com a Ordem de Rio Branco, seguido de coquetel; entrega dos diplo-

mas aos formandos da turma de 1971, seguido de coquetel aos familiares e almoço aos novos diplomatas; e grande recepção às altas autoridades do País.

Coordenou a preparação de 61 almoços a personalidades diversas, de 8 almoços de despedida a Chefes de Missão, de 9 jantares, de 1 recepção, de 5 coquetéis e 1 "vin d'honneur".

CREDENCIAIS E REVOCATÓRIAS

No decorrer de 1971, o Cerimonial providenciou a elaboração de 20 Cartas credenciando Chefes de Missão Diplomática brasileira. Foram feitas, ainda, Cartas Revocatórias dando por finda a Missão de 17 Embaixadores brasileiros, respostas a Credenciais e Revocatórias referentes a 65 Embaixadores estrangeiros e telegramas credenciando 9 Encarregados de Negócios. Ademais, cuidou-se da ida ao exterior de 4 autoridades nacionais em Missão Especial.

CONDECORAÇÕES

Foram agraciados com a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul 140 personalidades estrangeiras, 2 das quais receberam o Grande Colar, 51 Grã-Cruz, 23 Grande Oficial, 35 Comendador, 21 Oficial e 10 Cavaleiro.

No mesmo período, foram admitidos 27 diplomatas brasileiros na Ordem de Rio Branco, Quadro Ordinário, reservado aos diplomatas de carreira da Ativa, dos quais 8 receberam o Grau de Grã-Cruz, 6 Grande Oficial, 5 Comendador, 3 Oficial e 6 Cavaleiro.

No Quadro Suplementar da mesma Ordem, foram admitidos 59 personalidades estrangeiras, 23 das quais receberam o Grau de Grã-Cruz, 6 Grande Oficial, 14 Comendador, 12 Oficial e 4 Cavaleiro, e 204 personalidades brasileiras, 9 das quais receberam o Grau de Grã-Cruz, 23 Grande Oficial, 34 Comendador, 107 Oficial e 31 Cavaleiro.

Foram ainda concedidas 9 medalhas da Ordem de Rio Branco e insígnias da mesma Ordem ao Batalhão da Guarda Presidencial e ao Grupamento de Fuzileiros Navais de Brasília.

LISTA DIPLOMÁTICA

Foram editadas duas listas Diplomáticas: uma em fevereiro e a outra em setembro.

CARTEIRAS DIPLOMÁTICAS

Foram expedidas 770 carteiras, sendo 501 para diplomatas estrangeiros e 262 para funcionários do Ministério das Relações Exteriores e peritos de Organismos Internacionais.

TELEFONES

Foram expedidos, no Rio de Janeiro, 270 Ofícios à Companhia Telefônica Brasileira, solicitando prioridade para instalações, transferências, etc. de telefones concernentes às Missões Diplomáticas estrangeiras, Repartições Consulares estrangeiras de carreira, Representações de Organismos Internacionais e respectivos funcionários.

CORRESPONDÊNCIA

Os expedientes dirigidos às Missões Diplomáticas e ao EMFA relativos à designação de Adidos militares estrangeiros no Brasil se elevaram a 42, tendo sido feitas ainda 52 notas e ofícios relativos à visita de navios de guerra estrangeiros a portos brasileiros. A maior parcela de correspondência do setor, no entanto, consistiu em mensagens de felicitações por ocasião das Festas Nacionais de países com os quais o Governo brasileiro mantém relações diplomáticas — cerca de 150 —, da posse de Chefes de Estado, Chefes de Governo e Ministros das Relações Exteriores estrangeiros, bem como de autoridades federais e estaduais brasileiras, e das festas de Natal e de Ano

Novo. Também foram expedidas mensagens de solidariedade por ocasião de calamidades públicas no exterior e de condolências quando do falecimento de altas autoridades brasileiras e estrangeiras. O setor se encarregou ainda de toda a correspondência relativa às visitas de Embaixadores estrangeiros aos Estados da Federação.

PRIVILÉGIOS E IMUNIDADES

O setor ocupou-se, em 1971, da defesa dos privilégios e das imunidades a que têm direito os representantes diplomáticos e consulares estrangeiros no Brasil, mantendo estreito contato com autoridades federais e estaduais, procurando reafirmar os privilégios e imunidades já estipulados ou buscando o estabelecimento de novas vantagens que facilitem a execução da missão daqueles representantes diplomáticos e consulares, sempre com base na lei brasileira, no princípio da reciprocidade e nas convenções internacionais de que faz parte o Brasil.

AUTOMÓVEIS

No decorrer de 1971, mediante o processamento de formulários próprios, foram aprovados 321 pedidos de autorização para a importação de veículos com isenção aduaneira, sendo desembaraçados, nas diversas alfândegas, 316 automóveis e efetuados 971 emplacamentos com chapas diplomáticas e comuns. Processaram-se 247 formulários "Venda de Automóvel", "Pedido de Reembarque" e 102 "Pedido de Transferência de Propriedade", sendo desemplacados, ao todo, 292 automóveis.

No mesmo período, solicitou-se a aquisição de 376 veículos de fabricação nacional com isenção de tributos. Enviaram-se 403 telegramas e 854 ofícios sobre assuntos diversos, referentes, sobretudo, à concessão de licenças especiais de habilitação, devolução de chapas particulares aos departamentos de trânsito, concessão de estacionamento privativo em área frontal às Missões Diplomáticas, extravio e roubo de chapas CD, saídas temporárias e definitivas de veículos do País, regularização de situação de veículo, etc.

IMPORTAÇÃO DE MERCADORIAS E BAGAGENS

Foram feitos os expedientes abaixo discriminados:

— Despachos de mercadorias e malas diplomáticas destinadas às Missões Diplomáticas estrangeiras, Repartições Consulares de carreira estrangeiras, Representações de Organismos Internacionais e respectivos funcionários:

Formulários	8.982
Ofícios às Repartições aduaneiras da Guanabara ..	93
Telegramas às Repartições aduaneiras estaduais ..	540
— Despachos e Embarques de bagagens, Embarques de volumes e Embarques de Malas Diplomáticas — Missões Diplomáticas estrangeiras, Repartições Consulares de carreira estrangeiras, Representações de Organismos Internacionais e respectivos funcionários (formulários) ..	1.824
— Expedientes relativos a diversas isenções e facilidades aduaneiras (Ofícios, telegramas, notas-verbais, etc.)	47

COMISSÃO DE ASSISTÊNCIA À TRANSFERÊNCIA DO CORPO DIPLOMÁTICO (C.A.T.C.D.)

No decorrer de 1971, a Comissão de Assistência à Transferência do Corpo Diplomático deu prosseguimento às suas atividades, com vistas a atender as exigências dos objetivos que justificaram a sua constituição, em 1970, pelo Decreto n.° 67.627, isto é: coordenar as medidas que dependam das autoridades brasileiras para assegurar às Missões Diplomáticas e aos Escritórios regionais dos Organismos Internacionais sediados no Brasil a possibilidade de se transferirem definitivamente para Brasília até o

dia 7 de setembro de 1972. Com esse propósito continuaram a ser mantidos contatos freqüentes, regulares e diretos com os representantes, na Comissão, dos diferentes órgãos da administração pública vinculados ao processo de mudança para a nova capital, tais como o Conselho de Segurança Nacional, o Ministério da Fazenda, o Ministério do Planejamento, a Coordenação do Desenvolvimento de Brasília (CODEBRÁS), o Governo do Distrito Federal (Secretaria de Viação e Obras, Secretaria de Finanças, Novacap). O mesmo com relação às companhias de telecomunicações, eletricidade, águas e esgotos, etc.

Ademais foram encaminhadas à Companhia de Telecomunicações de Brasília 144 solicitações para instalação de terminais telefônicas, das quais 106 foram prontamente atendidas. As 38 restantes ficaram na dependência da conclusão dos trabalhos de ampliação das redes, ora em fase de execução.

No mesmo período, a Companhia Urbanizadora da Nova Capital aprovou a doação de lotes de terrenos, nos Setores das Embaixadas, aos governos do Equador, do Líbano, do Marrocos, da Costa do Marfim, e à Ordem Soberana e Militar de Malta. Os respectivos processos foram formalizados através de assinatura de escrituras e do registro das mesmas no Cartório de Registro de Imóveis. Duas Missões Diplomáticas, em 1971, solicitaram a instalação de serviços de **telex** em suas Chancelarias e foram imediatamente atendidas: a Embaixada dos Países-Baixos e a Embaixada da República Oriental do Uruguai.

De conformidade com o que dispõe a Lei n.° 4.331, de 1.° de junho de 1969, foram encaminhados à Comissão 11 pedidos de autorização de compra de imóveis para uso de funcionários diplomáticos estrangeiros, tendo sido todos aprovados pelo Conselho de Segurança Nacional. Os Governos adquirentes, por intermédio da CATCD, foram beneficiados com a isenção dos impostos de transmissão **inter vivos** e predial e territorial urbano que normalmente recairiam sobre essas operações e esses imóveis.

Finalmente, a Comissão, no desempenho de suas funções, submeteu à apreciação dos órgãos superiores do Poder Executivo diversas sugestões visando a criar certas facilidades para a transferência do Corpo Diplomático, entre as quais a de ser admitida a aquisição de um segundo veículo, de fabricação nacional e com isenção de impostos, para uso dos funcionários estrangeiros residentes em Brasília, a da construção de uma superquadra com apartamentos a serem alugados aos mesmos por preços razoáveis, a da prorrogação do prazo para aquisição de imóveis para funcionários diplomáticos das Missões com sede permanente na capital, etc.

SERVIÇO DE RELAÇÕES COM O CONGRESSO

SERVIÇO DE RELAÇÕES COM O CONGRESSO

Graças ao conceito e à posição de real relevo dados ao Itamaraty pelo Embaixador Mario Gibson Barboza, as portas do Congresso estiveram sempre abertas para qualquer pretensão do Ministério das Relações Exteriores. As mensagens do Senhor Presidente da República submetendo à aprovação do Senado a designação de Chefes de Missões Diplomáticas tiveram curso rápido, tanto na Comissão de Relações Exteriores como em plenário. Da mesma forma as mensagens do Executivo solicitando a aprovação do Congresso Nacional para convenções e atos internacionais celebrados pelo Presidente da República mereceram meticulosos estudos.

O S.R.C. prestou assistência a diversos parlamentares, fornecendo-lhes dados para pronunciamentos sobre política exterior do Brasil. Esses dados foram sempre solicitados aos órgãos da Secretaria de Estado a que estavam afetos os assuntos que seriam tratados.

Todas as Mensagens foram acompanhadas, tanto nas Comissões da Câmara como nas do Senado, dia a dia, pelo S.R.C., que sempre esteve à disposição dos relatores dos projetos de Lei e de Decretos Legislativos, para quaisquer esclarecimentos.

ESTATÍSTICA DO EXPEDIENTE EXPEDIDO

1970

Memorandos	— 565
Telegramas	— 175
Ofícios	— 85
Cartas	— 120

1971

Memorandos	— 994
Telegramas	— 135
Ofícios	— 110
Cartas	— 100

SENADO

Mensagens aprovadas em 1971

Indicação de Embaixadores e Ministros Plenipotenciários

Mensagem n.° 28, de 31.3.71 João Augusto de Araújo Castro	(aprovada em 1/IV/71) Estados Unidos da América
Mensagem n.° 29, de 31-3-71 Sérgio Armando Frazão	(aprovada em 1/IV/71) Nações Unidas
Mensagem n.° 50, de 13.4.71 Paulo Leão de Moura	(aprovada em 15/IV/71) Japão
Mensagem n.° 51, de 13.4.71 João Baptista Pinheiro	(aprovada em 15/IV/71) República Federal da Alemanha
Mensagem n.° 52, de 13.4.71 Geraldo de Carvalho Silos	(aprovada em 15/IV/71) México

Mensagem n.º 76, de 28.4.71 (aprovada em 6/V/71)
Fernando César de Bittencourt Bereguer
Costa do Marfim

Mensagem n.º 79, de 4.5.71 (aprovada em 20/V/71)
Leonardo Eulálio do Nascimento e Silva
N. Zelândia (cumulativo Austrália)

Mensagem n.º 101, de 6.5.71 (aprovada em 2/VI/71)
Adolpho Justo Bezerra de Menezes
Líbia (cumulativo Tunísia)

Mensagem n.º 120, de 20.5.71 (aprovada em 2/VI/71)
Paulo Braz Pinto da Silva
Irã

Mensagem n.º 191, de 17.6.71 (aprovada em 24/VI/71)
Antônio Mendes Vianna
República do Haiti

Mensagem n.º 192, de 17.6.71 (aprovada em 7/VII/71)
Carlos da Ponte Ribeiro Eiras
Líbano

Mensagem n.º 193, de 17.6.71 (aprovada em 1.º/VII/71)
Carlos Sete Gomes Pereira
Reino dos Países-Baixos

Mensagem n.º 208, de 25.6.71 (aprovada em 7/VII/71)
Jorge de Oliveira Maia
Federação da Malásia

Mensagem n.º 213, de 29.6.71 (aprovada em 1.º/VII/71)
Arnaldo Vasconcellos
Uruguai

Mensagem n.º 217, de 2.7.71 (aprovada em 7/VII/71)
Paulo Rio-Branco Nabuco de Gouvêa
Nigéria

Mensagem n.º 230, de 6.7.71 (aprovada em 7/VII/71)
Luiz Leivas Bastian Pinto
República Árabe Unida

Mensagem n.º 311, de 21.8.71 (aprovada em 7/VII/71)
Jorge de Oliveira Maia
Tailândia (cumulativo Cingapura)

Mensagem n.º 312, de 24.8.71	(aprovada em 7/VII/71)
Jorge de Oliveira Maia	Tailândia (cumulativo Viet-name)
Mensagem n.º 467, de 24.11.71	(aprovada em 25/XI/71)
Quintino Symphoroso Deseta	Paquistão

Decretos Legislativos — 1971

Decreto Legislativo n.º 18, de 7-V-71 (Mensagem n.º 16/71)

Aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.149, de 28 de janeiro de 1971, que "estabelece condições para a filiação de entidades sindicais brasileiras a organizações internacionais".

Decreto Legislativo n.º 37, de 2-VI-71 (Mensagem n.º 369/71)

Aprova o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino dos Países-Baixos, firmado na cidade do Rio de Janeiro, em 25 de setembro de 1969.

Decreto Legislativo n.º 41, de 7-VI-71 (Mensagem n.º 33/71)

Aprova o texto do Protocolo de Emenda ao Artigo 50, alínea a), da Convenção sobre Aviação Civil Internacional, aprovada pela Assembléia da OACI, reunida em Nova York, nos dias 11 e 12 de março de 1971.

Decreto Legislativo n.º 44, de 18-VI-71 (Mensagem n.º 184/71)

Autoriza o Presidente da República a ausentar-se do país, na primeira quinzena de julho de 1971, para um encontro oficial com o Presidente do Paraguai, quando da inauguração da ponte sobre o rio Apa.

Decreto Legislativo n.° 47, de 7-VII-71 (Mensagem n.° 359/70)

Aprova o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Japão, firmado em Brasília, em 22 de setembro de 1970.

Decreto Legislativo n.° 50, de 14-VII-71 (Mensagem n.° 187/70)

Aprova as Emendas de 1966 à Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar, de 1960. (IMCO).

Decreto Legislativo n.° 59, de 17-VIII-71 (Mensagem n.° 236/71)

Aprova a Convenção para evitar a dupla tributação em matéria de imposto sobre o rendimento firmado entre o Brasil e Portugal, em 22 de abril de 1971.

Decreto Legislativo n.° 60, de 17-VIII-71 (Mensagem n.° 219/71)

Aprova o Protocolo Adicional ao Acordo Cultural Brasil-Portugal, assinado em Lisboa, em 22 de abril de 1971.

Decreto Legislativo n.° 64, de 30-VIII-71 (Mensagem n.° 314/70)

Aprova o Convênio de Intercâmbio Cultural entre a República Federativa do Brasil e a República da Guatemala, firmado na cidade de Guatemala, em 26 de março de 1969.

Decreto Legislativo n.° 65, de 8-IX-71 (Mensagem n.° 78/71)

Aprova o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Espanha, firmado em Brasília, em 1.° de abril de 1971.

Decreto Legislativo n.° 66, de 8-IX-71 (Mensagem n.° 39/71)

Aprova a Emenda ao artigo VI do Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica, aprovada pela XIV Conferência Geral da referida Agência, realizada em Viena, entre 22 e 29 de setembro de 1970.

Decreto Legislativo n.° 69, de 21-IX-71 (Mensagem n.° 42/71)

Aprova o Acordo constitutivo do Instituto Internacional do Algodão, aberto à assinatura em Washington, de 17 de janeiro a 28 de fevereiro de 1966.

Decreto Legislativo n.° 71, de 28-IX-71 (Mensagem n.° 32/71)

Aprova a Convenção para Repressão ao Apoderamento Ilícito de Aeronaves, assinado em Haia, em 16 de dezembro de 1970, com reserva ao parágrafo 1.° do artigo 12.

Decreto Legislativo n.° 72, de 28-IX-71 (Mensagem n.° 235/71)

Aprova o texto do Estatuto da Conferência de Haia de Direito Internacional Privado, adotado naquela cidade no período de 9 a 31 de outubro de 1951.

Decreto Legislativo n.° 75, de 26-X-71 (Mensagem n.° 31/71)

Aprova as Emendas de 1967 e de 1968 à Convenção para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar, celebrada sob os auspícios da Organização Marítima Consultiva Intergovernamental, da ONU.

Decreto Legislativo n.° 77, de 9-XI-71 (Mensagem n.° 307/67)

Aprova o Convênio de Intercâmbio Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti, assinado no Rio de Janeiro, a 5 de julho de 1966.

Decreto Legislativo n.° 78, de 12-XI-71 (Mensagem n.° 378/71)

Aprova o Protocolo de Emenda ao art. 56 da Convenção sobre Aviação Civil Internacional, feita em Chicago, em 1944, e aprovada pela Assembléia da Aviação Civil Internacional, reunida em Viena em sua XVIII sessão, no período de 15 de junho a 8 de julho de 1971.

Decreto Legislativo n.° 80, de 16-XI-71 (Mensagem n.° 438/71)

Autoriza o Presidente da República a ausentar-se do país, no período de 5 a 20 de dezembro de 1971.

Decreto Legislativo n.º 81, de 24-XI-71 (Mensagem n.º 218/71)

Aprova o Acordo sobre Cooperação Comercial entre a República Federativa do Brasil e a República do Iraque, firmado em Bagdá, em 11 de maio de 1971.

Decreto Legislativo n.º 82, de 24-XI-71 (Mensagem n.º 381/71)

Aprova a Convenção sobre Igualdade de Direitos e Deveres entre Brasileiros e Portugueses, firmado em Brasília, a 7 de setembro de 1971.

Decreto Legislativo n.º 87, de 27-XI-71 (Mensagem n.º 405/71)

Aprova a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Imposto sobre o Rendimento, firmado entre a República Federativa do Brasil e a França, em 10 de setembro de 1971.

Decreto Legislativo n.º 88, de 27-XI-71 (Mensagem n.º 364/71)

Aprova os textos da Convenção Postal Universal, do Protocolo Adicional à Constituição da União Postal Universal e do Acordo relativo às Encomendas Postais, assinados em Tóquio, durante o XVI Congresso da União Postal Universal, realizado em outubro de 1969.

Decreto Legislativo n.º 89, de 27-XI-71 (Mensagem n.º 387/71)

Aprova o texto da Convenção sobre Comércio de Trigo, concluída em Genebra, em janeiro e fevereiro de 1971.

Decreto Legislativo n.º 90, de 29-XI-71 (Mensagem n.º 318/71)

Aprova o Acordo Sanitário entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, firmado em Assunção, a 16 de julho de 1971.

Decreto Legislativo n.º 93, de 30-XI-71 (Mensagem n.º 410/71)

Aprova o texto do Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados, adotado em Nova York, a 31 de janeiro de 1967, e dá autorização para que o Brasil possa aderir ao Protocolo, bem como retira

as reservas feitas aos artigos 15 e 17, parágrafos 1.° e 3.° da Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados, de 1951.

Leis — 1971

Lei n.° 5.709, de 7-X-71 (Mensagem n.° 169/71)

Regula a aquisição de imóvel rural por estrangeiro residente no país ou pessoa jurídica estrangeira autorizada a funcionar no Brasil, e dá outras providências.

Lei n.° 5.717, de 26-X-71 (Mensagem n.° 388/71)

Autoriza a criação da Fundação Alexandre de Gusmão.

Lei n.° 5.719, de 27-X-71 (Mensagem n.° 79/71)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito de Cr$ 1.620.000,00 (hum milhão e seiscentos e vinte mil cruzeiros) para o fim que especifica.

Lei n.° 5.722, de 26-X-71 (Mensagem n.° 284/71)

Autoriza o Poder Executivo a doar uma aeronave à "Escola Nacional de Aeronáutica Civil" da República do Paraguai.

Lei n.° 5.754, de 3-XII-71 (Mensagem n.° 320/71)

Estima a Receita e Fixa a Despesa da União para o exercício de 1972.

Lei n.° 5.763, de 15-XII-71 (Projeto de Lei n.° 84/71, do Senador Ruy Santos)

Altera a Lei n.° 4.319, de 16 de março de 1964, que "Cria o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana", e dá outras providências.

Lei n.° 5.765, de 18-XII-71 (Projeto de Lei n.° 504/67-CD, do Deputado Alceu de Carvalho)

Aprova alterações na ortografia da língua portuguesa e dá outras providências.

Acordos e Convenções Internacionais — Em Tramitação — 1971

Projeto de Decreto Legislativo n.° 3/71 (Mensagem n.° 8/71)

Submete ao Congresso Nacional texto do Acordo de Co-Produção Cinematográfica entre a República Federativa do Brasil e a Itália, firmado em Roma, a 9 de novembro de 1970.

ANDAMENTO: Publicado no Diário do Congresso Nacional, Seção II, em 8 de junho de 1971. Distribuído na Comissão de Relações Exteriores, ao Senador Franco Montoro.

CÂMARA

Projetos de Lei em Tramitação — 1971

Projeto de Lei n.° 1.560-C/63

Emendas do Senado ao Projeto n.° 1.560-B/63, que "Cria o prêmio Adriano da Costa Ramalho e dá outras providências". De autoria do Deputado Newton Carneiro.

ANDAMENTO: em 22/IX/71 — A Comissão de Relações Exteriores aprovou o parecer do Relator, Deputado Raymundo Diniz, favorável quanto ao mérito da emenda que determina faça parte da comissão conferidora do prêmio o Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal.

Projeto de Lei n.° 2.140/70

Institui o "Dia da Comunidade Afro-Brasileira" e dá outras providências. De autoria do Deputado Adalberto Camargo.

ANDAMENTO: Comissão de Justiça em 26/VI/70 — É aprovado o parecer favorável do Deputado Petrônio Figueiredo, com substitutivo (DCN-23/7/70) Ofício n.° SRC/G/48, de 23/VI/71, do Ministério das Relações Exteriores, encaminhado ao Subchefe do Gabinete Civil da Presidência da República para Assuntos Parlamentares, sobre o assunto. Encontra-se (parado) na Comissão de Educação e Cultura.

Projeto de Lei n.° 2.282/70

Altera disposições do Decreto-lei n.° 914, de 1969, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil. De autoria do Deputado Américo de Souza.

ANDAMENTO: Ofício n.° 66/71, da Comissão de Relações Exteriores, solicitando parecer do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Justiça sobre a matéria. Em 24/XI/71, aprovado unanimemente o parecer do Relator, Deputado Rogério Rego, pela apresentação de Substitutivo.

Projeto de Lei n.° 2.306/70

Dispõe sobre a validade do passaporte comum brasileiro e o visto de saída. De autoria do Deputado Américo de Souza. Sustado o andamento. Está com o Relator da Comissão de Relações Exteriores, Deputado Cláudio Leite.

Projetos de Lei Arquivados no Congresso Nacional — 1971

Projeto n.° 40/63

Dispõe sobre a representação do Senado Federal em conferências ou reuniões no exterior para atender a convite de Governos estrangeiros. Do Senador Jefferson Aguiar. Arquivado pelo Senado.

Projeto n.° 24/63

Concede o título honorífico "post-mortem" de cidadão brasileiro a Winston Leonardo Churchill. Arquivado pelo Senado.

Projeto n.° 11/66

Estabelece representação obrigatória do Congresso Nacional e de Oficial General das Forças Armadas, nas Conferências, Assembléias, Congressos ou Reuniões Internacionais, dos níveis de Chefes de Estado e Ministro de Estado, nas quais tenha participação o Brasil, e dá outras providências. Do Senador Bezerra Neto.

Projeto n.º 346/67

Extingue a Delegacia do Tesouro Nacional no Exterior e dá outras providências. Do Deputado Breno da Silveira. Arquivado na Câmara.

Projeto n.º 527/67

Altera o art. 1.º do Decreto-lei n.º 44, de 19-11-66, aumentando para 200 milhas submarinas a largura da faixa do mar territorial do Brasil. Do Deputado Aroldo de Carvalho. Arquivado na Câmara (de acordo com o art. 104, do Regimento Interno).

Projeto n.º 31/ 68

Extingue a Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York. Do Senador Vasconcelos Torres. Arquivado no Senado.

Projeto n.º 70/68

Cria a Ordem do Mérito do Congresso Nacional e dá outras providências. Do Deputado Glenio Martins. Arquivado na Câmara.

Projeto n.º 92/68

Revoga o Decreto Legislativo n.º 68/65, que aprova o Acordo para estabelecimento de um programa de colaboração para o preparo de mapas topográficos e cartas aeronáuticas no Brasil. Do Deputado Paulo Macarini. Arquivado na Câmara.

Projeto n.º 1.131/68

Regula as condições de acesso nos quadros do Ministério das Relações Exteriores. Do Deputado Mendes de Moraes. Arquivado na Câmara.

Projeto n.º 1.181/68

Permite a vinda de estrangeiros para o Brasil, portadores de enfermidades nas condições que estabelece. Do Deputado Francisco Amaral. Arquivado na Câmara.

Projeto n.º 293/71

Dispõe sobre direitos de cidadãos portugueses com residência principal e fixa no território nacional e com mais de dez anos de permanência efetiva. Arquivado na Câmara.

Projeto n.º 6.968/71

Estende os benefícios e compromissos da legislação previdenciária brasileira (Lei Orgânica da Previdência Social n.º 3.807, de 26-8-70), aos empregados estrangeiros de órgãos públicos do Brasil sediados no exterior. Do Deputado J. G. de Araújo Jorge. Arquivado na Câmara.

ASSESSORIA DE IMPRENSA

ASSESSORIA DE IMPRENSA DO GABINETE

No decorrer de 1971, a AIG teve como preocupação básica a escolha e implementação das linhas de ação que, no mais curto prazo e pela maneira mais efetiva, pudessem contribuir para a correção da imagem do Brasil na imprensa estrangeira.

Dessas linhas de ação, pareceu à AIG que a mais efetiva e a que melhor atenderia àquele objetivo, em termos de rapidez e de poder de persuasão, seria a de se promover a vinda ao Brasil de jornalistas estrangeiros, sobretudo dos que procedessem das áreas mais atingidas pela campanha difamatória movida contra o País.

Paralelamente a essa diretriz — que implicou na organização de um programa de convites, feito em estreita cooperação com as Missões Diplomáticas —, empenhou-se a Assessoria em atender e dar apoio às visitas feitas ao Brasil, por iniciativa própria, por jornalistas e representantes dos demais meios de comunicação.

Para a execução desse programa, foi necessário desenvolver previamente um sistema de atendimento em algumas cidades do País, de maneira a facilitar a obtenção dos contatos desejados pelos jornalistas, bem como promover suas visitas aos

principais empreendimentos em curso (Transamazônica, Urubupungá, Aratu, "campi" do Projeto Rondon, etc.). A criação dessa infra-estrutura, que ainda se encontra em processo de aperfeiçoamento, resultou de um trabalho de coordenação entre a AIG e a AERP, através do qual foi assegurada a indispensável e valiosa cooperação dos setores de Relações Públicas dos Ministérios, das Autarquias e de diversos Governos estaduais.

Essa cooperação permitiu que fossem atendidos, em 1971, oitenta e sete representantes da imprensa estrangeira (12 ingleses, 29 franceses, 9 alemães, 4 dinamarqueses, 2 noruegueses, 3 suíços, 3 holandeses, um português, um italiano, um belga, um sueco, um finlandês, 14 norte-americanos, 2 argentinos, 2 panamenhos, um peruano e um boliviano), dos quais dezoito convidados pelo Itamaraty.

Ao mesmo tempo, a AIG participou de iniciativas tendentes a favorecer um maior contato entre os setores governamentais e os correspondentes estrangeiros, sediados quase todos no Rio de Janeiro. Entre tais iniciativas, caberia citar: o almoço oferecido pelo Senhor Ministro de Estado, das Relações Exteriores, no dia 30 de junho, à nova diretoria do Clube dos Correspondentes; a visita de um grupo de correspondentes à Amazônia, no mês de outubro; e o convite feito ao presidente do Clube, Senhor Kurt Klinger, para participar da cobertura da viagem do Senhor Presidente da República aos Estados Unidos da América. A par da ação desenvolvida junto aos representantes da imprensa estrangeira, procurou a AIG aumentar e diversificar o material informativo destinado às Repartições brasileiras no exterior, às quais remeteu, em 1971, 147 Circulares contendo dados e esclarecimentos sobre os principais temas da atualidade nacional.

Finalmente, e além do noticiário diário distribuído aos jornalistas brasileiros credenciados junto ao Ministério das Relações Exteriores, caberá mencionar a participação da AIG na organização da cobertura das visitas de personalidades estrangeiras ao Brasil, bem como nos atos e cerimônias realizados no Itamaraty.

ASSESSORIA ESPECIAL

ASSESSORIA ESPECIAL

MEIO-AMBIENTE

Com relação ao problema da preservação do Meio-Ambiente, assunto que assumiu em 1971 proporções inusitadas, a atuação do Itamaraty ligou-se fundamentalmente à necessidade de orientar a preparação da Conferência sobre o tema que a ONU realizará em Estocolmo em 1972. Tratou-se assim, inicialmente, da obtenção de diretrizes claras para a formulação da própria política brasileira nessa área. A partir dessas diretrizes foi possível estabelecer as condições para uma atuação vigorosa nos diferentes foros internacionais e reuniões de peritos que trataram desse complexo problema.

As linhas mestras da política brasileira alicerçaram-se nas premissas de que toda a poluição de significado mundial origina-se em áreas altamente desenvolvidas, em função de suas grandes atividades industriais; de que as áreas subdesenvolvidas, em geral e o Brasil, em particular, sofrem um tipo de deterioração ambiental ligado à escassez de recursos e não ao excesso de atividades criadoras de recursos; a chamada "poluição de pobreza", e demonstra que a mesma só pode ser eliminada pelo desenvolvimento acelerado; e, finalmente, de que a poluição é um conceito relativo, ligado à capacidade de certos volumes de substâncias emitidas (naturais ou artificiais), sendo assim,

indústrias poluidoras em países já saturados, não serão necessariamente poluidoras em países ainda subdesenvolvidos.

Desse conjunto de premissas e seus corolários foi formulada a política brasileira a ser seguida, para a qual já se conseguiu apoio internacional tão valioso e crescente que deverá mudar o próprio enfoque da Conferência. Essa política se baseia nos seguintes princípios: a) cabe aos países desenvolvidos, culpados de toda poluição de caráter mundial, eliminar, reduzir, neutralizar ou compensar essa poluição; b) a solução dos principais problemas ambientais dos países subdesenvolvidos será obtida através do desenvolvimento econômico acelerado; c) a melhoria das condições ambientais mundiais exigirá melhor distribuição da capacidade industrial mundial, estabelecendo-se indústrias de base nos países subdesenvolvidos e reduzindo-as nos desenvolvidos; d) padrões internacionais de coibição à poluição são nocivos, porque não atendem à imensa diversidade de condições do ambiente e o seu grau relativo de saturação e capacidade de neutralizar poluintes; e) a fim de obter a colaboração dos países subdesenvolvidos naquelas áreas de atuação ambiental que interessam à comunidade internacional, a assistência financeira internacional deverá ser "adicional" à assistência para desenvolvimento econômico, pois, caso contrário, surgiria contradição entre desenvolvimento e meio ambiente, desviando-se recursos daquele para este.